

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIEL AUGUSTO ARPELAU ORTA

TAMTAS COUSAS NOTAVEIS PERA ESCREVER:  
RELAÇÕES DE PODER E PERFIS IDEAIS NA CRÓNICA DO CONDE D. PEDRO  
DE MENESES DE GOMES EANES DE ZURARA (1385 - 1460)

CURITIBA  
2010

DANIEL AUGUSTO ARPELAU ORTA

TAMTAS COUSAS NOTAVEIS PERA ESCREVER:  
RELAÇÕES DE PODER E PERFIS IDEAIS NA CRÓNICA DO CONDE D. PEDRO  
DE MENESES DE GOMES E ANES DE ZURARA (1385 - 1460)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-  
Graduação em História, Setor de Ciências  
Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do  
Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Fátima Regina Fernandes

CURITIBA  
2010

Catálogo na publicação  
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Orta, Daniel Augusto Arpelau

Tamta coua notavei pera ecrever: relação de poder e  
perfi e ideal na Crónica do Conde D. Pedro de Menes de  
Gome Eane de Zurara (1385-1460) / Daniel Augusto Arpelau  
Orta. – Curitiba, 2010.  
162 f.

Orientadora: Profª. Drª. Fátima Regina Fernandes  
Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Huma-  
na, Letra e Arte, Universidade Federal do Paraná.

1. Portuguee – relação cultural – muçulmano na África -  
Séc.XV. 2. Península Ibérica – historiografia – Séc.XV. 3. Portu-  
gal – política e governo – Séc.XV. I. Título.

CDD 946.902



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,  
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.  
E-mail: [cpghis@ufpr.br](mailto:cpghis@ufpr.br) Website: [www.poshistoria.ufpr.br](http://www.poshistoria.ufpr.br)

### PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de Daniel Augusto Arpelau Orta, intitulada: *Tamtas cousas notáveis pera escrever. Relações de poder e perfis ideais na Crônica do conde D. Pedro de Meneses de Gomes Eanes de Zurara (1385-1460)*, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua ..... **APROVAÇÃO** ....., completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, vinte e cinco de outubro de dois mil e dez.

Prof. Dr. Renan Frighetto (Presidente)  
Presidente da Banca Examinadora

Prof.ª Dr.ª Renata Cristina de Sousa Nascimento (UFG)  
1º Examinador

Prof.ª Dr.ª Marcella Lopes Guimarães (UFPR)  
2º Examinador

## **AGRADECIMENTOS**

O primeiro agradecimento é uma dedicatória. Para Francisco Dieter Schaffer e Ivone Alves Cavalcanti, muito obrigado pelo que fizeram por mim, pela lembrança sempre positiva da plena amizade. A memória e o exemplo, questões essenciais na minha pesquisa, têm aqui o papel de não esquecer o quanto a presença de vocês foi fundamental.

A minha família (Carmen, Maria e Luiz), pelo apoio e compreensão do estudo que fiz como formação profissional e humana. Sempre tive liberdade para realizar minhas pesquisas e interesses, e espero que esta confiança possa ver vertida agora no que minha dedicação tenha me transformado.

À Lorena Pantaleão da Silva, pela paciência e atenção em me ouvir falar do tema, principalmente quando não era o momento. E mais ainda, pelo carinho e amor em que me acolheu em sua vida, fazendo da minha mais feliz e completa.

À professora Dra. Fátima Regina Fernandes pela orientação sempre atenciosa, por ter confiado em minhas propostas de estudo e nos nossos resultados.

Aos amigos, que estando algumas vezes mais distantes do que deveria, compreenderam a situação e me apoiaram. Em especial a Robson, Luiza, Lourdes, Evandro, Vânia, Luciane, Leandro, Andrea, Iolanda, Dionísio.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, com os quais pude participar de eventos, cursos e disciplinas. Com a pesquisa finalizada hoje, consigo ver suas contribuições científicas.

Aos colegas discentes, tanto aqueles que participaram das disciplinas como os do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED), pelo debate do projeto e dos primeiros resultados.

A André Luiz Bertoli, que em Portugal viabilizou a aquisição da Chancelaria régia de Dom João I. Com ela, pude ter uma interpretação das crônicas que permite novas pesquisas.

À banca de qualificação (Prof. Dr. Renan Frighetto e Profa. Dra. Marcella Lopes Guimarães) pelas sugestões de abordagem e principalmente pela reflexão levantada naquela situação. Também à banca de defesa, que contou além da profa. Marcella com a participação da profa. Dra. Renata Cristina de Sousa Nascimento; nos dois momentos, ideias e compartilhamento de pensamentos e hipóteses foram muito proveitosos.

A secretaria do Programa, em especial a pessoa de Maria Cristina pela atenção dedicada, esclarecimentos e suporte aos trâmites burocráticos e acadêmicos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos.

## RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar a ação de nobres portugueses que migraram para o noroeste africano durante o século XV, ficando em constante conflito militar e ideológico com os muçulmanos que ali habitavam. O estudo procurou se inserir no debate sobre os móveis do expansionismo ultramarino português, através da correlação de fortalecimento da autonomia régia na península ibérica e do interesse de nobres ascenderem social e politicamente com a permanência em região de fronteira. Seguiu-se como ordenamento teórico as concepções de Cultura e Poder, entendidas como apropriadas para a interpretação da documentação, especialmente no que se refere à significação cultural de estratégias políticas. Com a análise da documentação cronística, classificada como historiográfica, o estudo procurou compreender as motivações políticas para a composição, uma vez que ela foi escrita com a diferença no relatado de quatro décadas. Foi realizada análise da forma como o cronista elaborou sua redação, assim como os objetivos projetados com tal texto. Localizaram-se os principais argumentos retóricos que conferiram ao texto a identificação no gênero historiográfico, como o estilo plano, a sequência cronológica e prováveis origens de seus dados. Acredita-se que seu texto tenha sido bem recebido, por atender as principais expectativas daquele estilo textual, qual seja, a ideia de preservação da memória de feitos ilustres. Posteriormente, a pesquisa analisou alguns casos descritos, buscando com isso compreender o significado esperado ao público destinado. Do conjunto de descrições observadas, notou-se a existência de vários grupos e interesses, sendo de conformações heterogêneas. Teve-se a prioridade de analisar os casos em que a evocação de qualificativos positivos por parte dos cristãos não fosse tão evidente, para caracterizar o significado do dissonante em contraste. Chegou-se a conclusão de que tais casos expressam o confronto entre expectativas e aspirações dessincronizadas, mas se sobrepondo aquelas de virtudes e gestos congruentes com os projetos de permanência na localidade africana. Desta forma, uma estratigrafia social foi identificada, através da percepção do que cada grupo via de si e dos demais, configurando um mosaico de interesses. Foi entendida a hierarquia da sociedade política observada, que se definia pela conjunção de práticas, serviço, sangue, virtudes e ordem. Desta forma, a pesquisa aqui apresentada visou contemplar o aspecto personalista das relações políticas no período tardo-medieval, procurando analisar as ações nobiliárquicas imersas em argumentos ideológicos de defesa da fé cristã e da cavalaria.

Palavras-chave: Historiografia ibérica; Crônicas; Ideologia; Portugal; Século XV; Relações régio-nobiliárquicas.

## RESUMEN

La presente investigación tuvo como objetivo central analizar la acción de los nobles portugueses que se fijaron en el noroeste africano a lo largo del siglo XV, quedando desde entonces en constante conflicto militar e ideológico con los musulmanes allí establecidos. El estudio intentó insertarse en el debate relativo de cuales fueron los móviles de la expansión ultramarina portuguesa, a través de la correlación establecida entre el fortalecimiento de la autonomía regia en la Península Ibérica y los intereses de la nobleza en alzar hacia un nuevo status social y político gracias a su permanencia en una región de frontera. Utilizamos para tanto el ordenamiento teórico de las concepciones de Cultura y Poder, entendidas como apropiadas según la interpretación de la documentación, en particular con relación a la significación cultural de las estrategias políticas. Con el análisis de la documentación crónica, clasificada como historiográfica, el estudio procuró comprender las motivaciones políticas para la composición ya que ella fue escrita en un lapso cronológico de cuatro décadas después de los hechos narrados. Se analizó la forma de cómo el cronista elaboró su redacción, así como los objetivos proyectados con aquél texto. Fueron localizados los principales argumentos retóricos que han conferido al texto su identificación al género historiográfico, como el estilo plano, la secuencia cronológica y probables orígenes de sus datos. Se creó que la recepción del texto haya sido muy buena pues atendió a las principales expectativas de aquél estilo textual, o sea, la idea de la preservación de la memoria de los hechos ilustres. Posteriormente la investigación fue direccionada al análisis de algunos casos presentados, buscando de esa forma comprender el significado esperado hacia el público destinado. Del conjunto de descripciones observadas, se notó la existencia de varios grupos e intereses portadores de configuraciones heterogéneas. Se estableció como prioridad analizar los casos en los cuales la evocación de calificativos positivos por parte de los cristianos eran menos elocuentes, con la intención de caracterizarse el significado del disonante en contraste. Se sacó la conclusión de que tales casos expresan la confrontación entre expectativas y aspiraciones sin sincronía que se sobreponen hacia aquellas de virtudes y gestos congruentes con los proyectos de permanencia en el noroeste africano. De esta manera se identificó una estratigrafía social a través de la percepción de lo que cada grupo veía de sí mismo y de los demás, configurando un mosaico de intereses. Fue comprendida la jerarquía de la sociedad política observada, definida por la fijación de prácticas, servicio, sangre, virtudes y orden. De esta forma, la investigación presentada visó contemplar el aspecto personalista de las relaciones políticas en el periodo tardo-medieval, buscando analizar las acciones nobiliarias inmersas en argumentos ideológicos de defensa de la fe cristiana y de la caballería.

Palabras-clave: Historiografía ibérica; Crónicas; Ideología; Portugal; Siglo XV; Relaciones regio-nobiliarias.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
1 CONTEXTO .....	20
1.1 FIM DA DINASTIA AFONSINA E AFIRMAÇÃO DA AVISINA .....	20
1.2 OPÇÃO POR CEUTA: INTERPRETAÇÕES .....	33
1.3 ERUDIÇÃO NA CORTE PORTUGUESA DO SÉCULO XV.....	45
1.4 INTERLÚDIO REGENCIAL .....	50
1.5 PERÍODO AFONSINO E EXALTAÇÃO NOBILIÁRQUICA.....	53
1.6 ALGUMAS PONDERAÇÕES .....	57
2 GÊNERO HISTORIOGRÁFICO .....	60
2.1 DEFINIÇÃO DE ESTILO.....	60
2.2 RETÓRICA E HISTORIOGRAFIA .....	69
2.3 EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E CULTURA MEDIEVAIS .....	75
2.4 GOMES EANES DE ZURARA E A ESCRITA CRONÍSTICA .....	78
2.5 SOBRE O CONCEITO DE HISTORIOGRAFIA .....	91
3 MODELOS, PRÁTICAS E VALORES .....	93
3.1 DESCRIÇÃO E PRESCRIÇÃO VALORATIVAS.....	93
3.2 ESTRATIGRAFIA SOCIAL E PODER .....	97
3.2.1 Delegação da capitania.....	98
3.2.2 O descontentamento dos populares.....	105
3.2.3 Dos primeiros ataques à experiência de liderança.....	112
3.2.4 O desejo pela honra sem hierarquia .....	119
3.2.5 A referência ibérica em África .....	127
3.2.6 Uma genealogia política em Duarte de Meneses.....	132
3.3 DO PASSADO EXEMPLAR AO PRESENTE DA ESCRITA.....	140
CONCLUSÃO.....	146



REFERÊNCIAS.....	153
DOCUMENTAÇÃO.....	153
DICIONÁRIOS.....	153
MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES.....	154
LIVROS, ARTIGOS E COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS .....	154
ANEXOS .....	161

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa histórica tem por objeto de análise a escrita de acontecimentos sobre portugueses que tiveram em comum a permanência e interesse na localidade de Ceuta, no noroeste africano, durante o século XV. Pode-se afirmar que este é o ponto inicial que se insere em um campo de investigação mais amplo, que certamente ultrapassa esta região, inclui outros interesses, mas como parâmetro toma-se este universo de pessoas.

O tema desta dissertação é uma continuação e ampliação de pesquisas já concluídas, que buscaram entender a formação da dinastia de Avis à luz da relação régio-nobiliárquica<sup>1</sup>. O transcurso daquelas evidenciou o papel da monarquia como polo de atração na aspiração sociopolítica do reino em questão, e mesmo de orientação dos nobres que desejavam se aproximar do rei para receber benefícios simbólicos e materiais, como igualmente no interesse do rei em ter apoio em suas escolhas e decisões. Os critérios definidores da nobreza – sangue, patrimônio e serviço<sup>2</sup> – encontravam-se hierarquizados sob a égide do serviço, o que pode ter propiciado a ascensão social de pessoas outrora desprivilegiadas, ou ainda, na renovação pessoal dos influentes e mais ativos próximos da esfera régia.

O primeiro contato com a documentação ocorreu a partir do interesse pelo estudo das **Grandes Navegações**. Lendo a bibliografia sobre o tema, notou-se a baliza cronológica situando 1415 como o marco inicial de tal período, referindo-se à conquista da cidade norte africana de Ceuta<sup>3</sup>. A bibliografia consultada cita para este

---

<sup>1</sup> A título de exemplo, vejam-se alguns trabalhos recentes. FERNANDES, Fátima Regina. Estratégias de legitimação linhagística em Portugal nos séculos XIV e XV. **Revista da Faculdade de Letras (Série de História)**, Porto, v. 7, p. 263-284, 2007.; FERNANDES, Fátima Regina. Construção da sociedade política de Aviz à luz da trajetória dos Pereira. In: JORNADAS LUSO-ESPANHOLAS DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 7, 2008, Coimbra. **Anais**, Torres Novas, 2009. p. 421-446.

<sup>2</sup> MATTOSO, José. **A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.; NOBREZA In: BOBBIO, NORBERTO (Org.) **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: Editora UnB, 2007. vol. 2, p. 827-833.; NOBREZA. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coords.) **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2006. v. 2.

<sup>3</sup> As principais referências do tema e mais acessíveis são: SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. (Dir.) **Nova História da Expansão Portuguesa**. A expansão quatrocentista. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.; THOMAZ, Luís Filipe. **De Ceuta a Timor**. 2. ed. Lisboa: Difel, 1994.; BOXER, Charles R. **O império marítimo português 1415-1825**. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

caso o registro da **Crónica da tomada de Ceuta**, obra escrita por Gomes Eanes de Zurara. Este autor foi cronista e guarda-mor da chancelaria régia portuguesa, e o ano de escrita situa-se entre 1449 e 1450, ou seja, cerca de 30 anos depois do ocorrido, a pedido do rei Dom Afonso V (1449-1481)<sup>4</sup>. Inicialmente, os dados e principalmente o contexto externo de produção não foram suficientemente considerados, uma vez que se valeu da documentação para seguir o entendimento do expansionismo ibérico, que era o recorte inicial do estudo e da bibliografia consultada até então. Várias interpretações sobre tal obra já foram produzidas, sendo ela objeto e instrumento de aplicação de modelos teóricos entre a medievalidade da cavalaria<sup>5</sup> e o modernismo econômico da burguesia<sup>6</sup>. Por considerar tal período transacional<sup>7</sup>, a presente pesquisa pondera aquelas opções teóricas e procura abordá-lo sob o ponto de vista da coexistência de comportamentos e motivações, sem que um exclua ou substitua a outra, ainda mais considerando o hiato temporal de escrita e principalmente a diversidade de grupos sociais com seus respectivos objetivos.

Com acesso à referida crônica, confirmou-se algumas das interpretações contidas na historiografia que a aborda e, além disso, notou-se a importância que o autor deu para listas contendo os principais apoiadores da empresa. Estes nomes chamaram a atenção pela extensão e inserção, uma vez que a grande maioria deles aparece apenas nas tais listas, sem descrições posteriores ou participação ativa das ações no conjunto da obra. Alguns se destacam sem, contudo, deixar que os protagonistas sejam os infantes e o monarca Dom João I (1385-1433). Chegou-se a identificar algumas personagens na documentação, mas a análise extensa das trajetórias não pode ser realizada devido à carência de outras fontes naquele estágio, bem como o tempo disponível para a apresentação de resultados.

---

<sup>4</sup> As datas entre parênteses referem-se ao período de reinado e não ao nascimento e morte.

<sup>5</sup> CORTESÃO, Jaime. **A Expansão dos Portugueses no Período Henriquino**. Lisboa: Horizonte, 1975.

<sup>6</sup> Os dois principais autores que difundiram esta perspectiva foram: GODINHO, Vitorino Magalhães. **Os descobrimentos e a economia mundial**. Lisboa: Editorial Presença, 1983. 3 vols.; SÉRGIO, António. **Breve interpretação da História de Portugal**. Lisboa: Sá da Costa, 1977.

<sup>7</sup> GUENÉE, Bernard. Y a-t-il un Etat dès XIVe et XVe siècles? **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, 26e année, n. 2, p. 399-406, 1971.; BASCHET, Jérôme. Os modelos de transição. **Signum. Revista da ABREM**, n. 8, p. 9-32, 2006.; SOUSA, Laura de Mello e. Idade Média e Época Moderna: fronteiras e problemas. **Signum. Revista da ABREM**, n. 7, p. 221-248, 2005.

A sequência do estudo deu-se com a investigação pormenorizada dos objetivos de escrita contidos internamente na documentação, ou seja, de que forma o cronista justifica seu texto em níveis de suporte historiográfico e função social de escritor. Desta pesquisa, observou-se uma circularidade entre a vontade de escrita, o elogio de práticas aristocráticas e militares, passando incentivos aos prováveis leitores de repetirem o comportamento descrito<sup>8</sup>.

Notou-se, portanto, um duplo elogio, tanto para as ações descritas como para o fato de registrar em texto o que se passou na localidade. O autor sutilmente sinalizava a favor da continuidade do descrito como maneira de manter seu ofício de cronista. Algumas considerações sobre o contexto foram levantadas, principalmente sobre objetivos nobiliárquicos de afirmação de identidade frente à disputa de grupos políticos no conflito de Alfarrobeira (1449), mas sem conexão direta e evidente com relação à fonte, isto é, não se encontrou dados concretos que permitissem afirmar o vínculo da crônica com aquele evento.

A função de cronista no reino português não foi iniciada por Zurara, e este foi influenciado e seguiu uma longa tradição historiográfica ibérica. Lembre-se, por exemplo, da produção de Afonso X de Castela (1252-1284) ou do conde Pedro de Barcelos em Portugal no século XIV<sup>9</sup>. O predecessor de Zurara, Fernão Lopes, teve um destaque na escrita de crônicas, incentivado pelo monarca Dom Duarte (1434-1438) e por seus ideais culturais. O reinado deste rei, assim, é caracterizado pelo incentivo à escrita de obras sobre o comportamento nobiliárquico e de crônicas sobre os feitos régios da dinastia borgonhesa e avisina. Desta maneira, construiu-se pelo relato a noção de reino pela tradição, uma vez que as crônicas não são apenas biografias régias, mas a participação dos reis conjuntamente com a sociedade política que os circundavam, transpassando noções qualificativas de pertencimento

---

<sup>8</sup> ORTA, Daniel Augusto Arpelau. Para a glória dos nobres: relações de poder no noroeste africano e a produção cronística de Gomes Eanes de Zurara. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 8, 2009, Vitória. **Caderno de Resumos**, Vitória, 2009, p. 49.

<sup>9</sup> Sobre historiografia ibérica consultar: DIAS, Isabel de Barros. **Metamorfoses de Babel**. A historiografia ibérica (Sécs. XIII-XIV). Construções e estratégias textuais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.; KRUS, Luís. **A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)**. Geografia dos Livros de Linhagens medievais portugueses. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.; MOCELIM, Adriana. **Por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha**: O Livro de Linhagens do Conde Pedro Afonso no contexto tardo-medieval português. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

e autonomia com a coletividade do território régio; e principalmente, o passado recuperado representava uma consolidação de hábitos e ações, em nível providencialista aos membros da dinastia atuante na época de redação, qual seja, a própria de Dom Duarte<sup>10</sup>.

A organização do Arquivo Régio, com as compilações e transcrições de documentos, confirma a preocupação em dispor de dados para a condução dos assuntos régios, como o início da organização na chancelaria, que posteriormente ficou conhecida como **Leitura Nova**<sup>11</sup>. As **Ordenações Afonsinas**, igualmente, ilustram a preocupação compilatória e de atualização da legislação e justiça. Lembre-se que o cargo de guarda-mor da Torre do Tombo exercido por Zurara englobava todas estas funções sendo, portanto, um conhecedor das informações para a escrita de seus textos sob pedido do rei, como possivelmente de obras e escritos sobre História. Ainda que não se tenham informações biográficas e de sua formação intelectual, entende-se que fora instruído para exercer o cargo, com habilidades características.

Com acesso às demais obras do referido cronista, observou-se uma continuidade dos objetivos e valorações, mas se na primeira crônica o rei e seus filhos têm o protagonismo das decisões, nas demais se observa a preponderância dos nobres que ficaram no norte da África, a começar pelos títulos pessoais. Provavelmente esta mudança tenha relação com o contexto de solicitação e ênfase de escrita, o que esta pesquisa busca identificar. Estas foram escritas na sequência e seus conteúdos ainda se remetem ao ambiente africano. A segunda crônica chama-se **Crônica dos feitos de Guiné**, tem por conteúdo um longo panegírico a Dom Henrique, infante colocado como grande incentivador das viagens marítimas. Outra parte do mesmo texto se ocupa da narrativa minuciosa das expedições realizadas na costa atlântica, das personagens e interação com a população local. Seu conteúdo se aproxima mais da crônica anterior do que viria a escrever em seguida.

---

<sup>10</sup> GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): o espelho do rei**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

<sup>11</sup> **CHANCELARIAS PORTUGUESAS**. D. João I (1385-1433). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004-2006. 4 tomos.

Na **Crónica do conde D. Pedro de Meneses**, o autor retorna ao contexto de Ceuta, mas para descrever as principais ações após a conquista e sob a capitania de Pedro de Meneses. Trata-se de um texto dividido em dois livros, com descrições heterogêneas dos diversos grupos que ali ficaram. Na última crônica existente de Zurara, nomeada de **Crónica do conde D. Duarte de Meneses**, filho ilegítimo de Pedro, o autor faz a continuação dos relatos, mas sobre um período mais próximo de sua escrita. Leva-se em consideração a participação e interação do capitão Duarte junto com o rei Dom Afonso V. Estas três crônicas foram escritas entre as décadas de 1450 e 1460. Optou-se nesta pesquisa pelo estudo da crônica do primeiro governador de Ceuta, por existir uma inflexão em relação às anteriores, principalmente pela atenção dada ao grupo nobiliárquico.

Outra observação paralela do conjunto cronístico foi a atenção para o contexto ibérico, pois em certa medida sua circunstância cultural e política permitiu o interesse para que houvesse a opção de Ceuta, fruto de ambições e valores ideológicos, e sua recuperação em forma de crônica posteriormente. Assim, avalia-se a documentação em dois recortes temporais, e não somente ao seu conteúdo. Note-se também que na corte avisina a produção de textos doutrinários como, por exemplo, o **Leal Conselheiro** do rei Dom Duarte e **Virtuosa Benfeitoria** do infante Dom Pedro, sinalizam para o interesse intelectual de demonstrar valores e virtudes, como marcos identitários e hierárquicos<sup>12</sup>. Desta maneira, a documentação utilizada nesta pesquisa encontrava-se em ambiente de propaganda de ideias, através da comunicação que visava a manutenção de comportamentos e privilégios, ou mesmo a identificação ao público a qual foi dirigida aquela mensagem.

A relevância deste estudo encontra-se na pontecialidade de analisar ações nobiliárquicas em relação com o poder régio português, e no foco específico do comportamento descrito na cronística de Zurara. Note-se que tais práticas foram levadas a cabo no contexto onde o caráter personalista era predominante, que permite justamente tais ações socialmente reconhecidas serem um parâmetro interessante para o estudo sociopolítico. Lembre-se que o critério pessoal, portanto, era a forma de vinculação usual, e as posturas segmentadas nos documentos

---

<sup>12</sup> Sobre este tema, consultar: SKONIECZNY, Graziela da Silva. **Dom Duarte, O Leal Conselheiro e a virtude da prudência**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

possibilitam sua interpretação. A documentação apresenta-se farta de tais condutas, em níveis diversos, o que permite o entendimento social e histórico de tais práticas, assim como o relacionamento entre os estratos sociais. A situação que envolve migração de espaço permite, igualmente, entender se tal mudança foi proveitosa e acrescentou benefícios aos adeptos.

A importância de tal abordagem está no entendimento das práticas políticas e dos valores culturais ibéricos no século XV. Argumentos como combate do muçulmano através da fé cristã, lealdade régia, e exemplaridade de comportamento podem ser interpretados através de alianças e benefícios materiais e simbólicos, em relação de poder e, conseqüentemente, na composição sociopolítica. Tem-se a hipótese de que tais textos historiográficos compunham um instrumento político de afirmação de privilégios e memória a ser valorizada, e a análise do corpo documental auxilia na definição de perfil político em contexto marcado pela saída de ibéricos em busca de espaços para o exercício do poder, o que permite o entendimento dos móveis ultramarinos através da migração nobiliárquica. Lembre-se, outrossim, que os valores culturais são importantes para a compreensão das atitudes analisadas, sendo suas ações não apenas respostas diretas à estímulos voluntários a anseios de poder. Procura-se, pois, situar historicamente a atuação analisada imersa de valores simbólicos e imagéticos aceitos naquela sociedade.

Diferenças de comportamentos e percepção da sociedade entre aquele contexto importam nesta pesquisa na medida em que marcam uma separação de ordenamentos e princípios, maneiras de lidar com o político e a memória, seus usos e definições, sendo justificável apreender o que, onde, como e porque tais fundamentos existiam e se diferenciavam. O componente histórico demarca pouca distância de posturas entre os contextos, e desta forma, a reverberação dos feitos africanos tem ligação com o momento de escrita das crônicas, pois se tomou como hipótese uma valorização positiva de memorar, a destacar aquelas atitudes, exemplificando ao público destinado a conduta de pessoas que apoiaram a casa régia, marcando assim uma identidade nobiliárquica de destaque na sociedade portuguesa. Poder-se-ia também optar por analisar o percurso das pessoas na longa duração, com os efeitos advindos pela permanência na região, em nível familiar; no entanto, o corpo documental seria extenso frente ao universo selecionado. E esta abordagem poderá ser revisitada posteriormente, a partir do entendimento amplo

dos textos cronísticos e do manuseio com a chancelaria do período correspondente. Neste sentido, esta pesquisa contribui na abordagem mais especializada das atitudes e valores das personagens descritas, as quais anteriormente foram tomadas como hipótese de migração objetivando ascensão social e novos espaços de poder, como no caso do capitão Pedro de Meneses<sup>13</sup>.

A fim de desenvolver tais perspectivas, a prosopografia parece possibilitar a realização das etapas traçadas. Esta metodologia<sup>14</sup> tem por característica a organização das informações contidas na documentação, gerando um banco de dados a partir de critérios estabelecidos previamente como, por exemplo, o grupo a ser pesquisado, suas vinculações, origens, condição social e familiar, propriedades e percursos. Note-se que a prosopografia permite justamente coligir as trajetórias, pois a partir do grupo definido, busca-se a maior quantidade de informações, biografando as pessoas que no conjunto podem ser analisados, constituindo multi-biografias. Dentro da execução da pesquisa, esta é a etapa mais alongada porque implica na busca e leitura extensiva dos documentos, preparando-os e organizando-os para a fase de interpretação. Jean Glenisson faz referência que se trata de um arquivo fabricado pelo historiador a partir do arquivo original<sup>15</sup>. Sua viabilidade encontra-se na padronização dos critérios, o que permite classificar o comportamento por comparação, alocados em subgrupos; pode-se relacionar ou combinar os dados biográficos com a análise ampla e objetiva, entendendo os mecanismos concretos de poder em sua característica pessoal e sociológica.

Referente ao aspecto teórico optou-se pela reflexão sobre os conceitos de Cultura e Poder, eixo da Linha de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação à qual este estudo está vinculado. Entende-se o conceito de Poder em situação relacional, com interesses dos grupos sociais que disputam o mesmo baseados em delimitações de pertencimento e exclusão, próprios da identidade e suas dinâmicas.

---

<sup>13</sup> Um estudo sobre esta personagem e indicação de tal hipótese foi levantado em: CAMPOS, Nuno Silva. **D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)**. Lisboa: Edições Colibri, 2004.

<sup>14</sup> Veja-se, em língua portuguesa, uma introdução à metodologia. HEINZ, Flávio M. (Org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006.

<sup>15</sup> GLÉNISSON, Jean. Prosopographie et informatique. In: INFORMATIQUE ET HISTOIRE MEDIEVALE, 1977, Roma. **Actes du Colloque de Rome**. Publications de l'École Française de Rome, 1977, p. 227-229.



O poder tem por definição a potencialidade de agir e produzir efeitos, e faz-se através de mecanismos simbólicos ou institucionais que demonstram autoridade e reconhecimento, quando não pelo uso da violência<sup>16</sup>.

O estudo do Poder visto pela **Nova história política** privilegia os estudos de estratégias e formas de consenso. Como afirmou Francisco Falcon<sup>17</sup>, pode-se estudá-lo tanto na manifestação da História como nos usos que a História faz dele. No encaminhamento desta pesquisa, contemplaram-se os dois aspectos, por considerar as crônicas elegidas como símbolos de poder, solicitadas e objetivadas como fonte de saber que gerou uma delegação do mesmo. Os documentos chancelares, por sua vez, constituem exemplos de manutenção e divulgação de privilégios, ou pelo contrário, a sua eliminação, o que configuram também expressões do exercício do poder.

Percebe-se que os documentos em seu conteúdo reforçam os laços políticos entre os portugueses descritos e seus interessados. A dupla temporalidade – do acontecimento e da escrita – é analisada como produto de uma cultura política interessada na materialidade da memória e em suas relações régio-nobiliárquica, e os mecanismos para a redação bem como seus objetivos mostram uma camada destas relações de poder. Esta pesquisa trata, assim, com tipologias documentais que tiveram em seu contexto de produção uma atenção pelo uso consciente visando a obtenção de benefícios e definição identitária, sendo objetos de memória e uso do poder.

O conceito de Cultura, em sua conotação antropológica, apesar da amplitude de definições, toma-se como formador e transmissor de comportamentos, demarcador de identidade<sup>18</sup>. Não se considera a cultura como acumulativa, na medida em que tal abordagem pode significar um evolucionismo etnocêntrico. Opta, em contra partida, pela ideia de ordenação de sentido que cada sociedade confere à

---

<sup>16</sup> PODER. In: BOBBIO, Norberto (Org.) **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: Editora UnB, 2007. vol. 2, p. 933-943.

<sup>17</sup> FALCON, Francisco. História e Poder. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. (Org.) **Domínios da História**. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campos, 1997. p. 61-90.

<sup>18</sup> CULTURA. In: ABBAGNANO, Nicola (Org.) **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 261-265.

aparente confusão das relações e desafios<sup>19</sup>, e pela apropriação dos valores da tradição que julgam adequados. A coerência de um comportamento cultural só pode ser analisada dentro do sistema circunscrito a qual pertencente, e no âmbito do estudo histórico, implica compreender o contexto e as influências exercidas no recorte delimitado. Estudar uma cultura, portanto, é interpretar códigos de símbolos partilhados pelos membros da mesma, entendidos num conjunto de motivações e consensos, o que não exclui o conflito e a pluralidade de sentidos.

Desta forma, uma configuração capaz de atrelar os conceitos de Poder e Cultura é possível, e pode-se mesmo afirmar indissociável<sup>20</sup>, pois se entende a documentação como geradora de legitimação política através de instrumentos e símbolos culturais socialmente partilhados. Procurou-se, ainda, unir os conceitos em torno da noção de **cultura política**, isto é, na apropriação simbólica de objetivos políticos, constituídos socialmente através de relações de força reconhecidas e aceitas, integrando estratégias de legitimação e afirmação de identidade dos grupos politicamente beneficiados, em representações ideológicas. Na terminologia da Ciência Política, entende-se também o conceito como “[...] a multiplicidade de práticas e instituições políticas existentes, como também as crenças, os ideais, as normas e as tradições que dão um peculiar colorido e significação à vida política em determinados contextos”<sup>21</sup>.

O conceito de Ideologia também é pertinente neste estudo, pois segundo Marilena Chaui, “um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar as idéias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais idéias expliquem aquela realidade, quando na verdade é a realidade que torna compreensíveis as idéias elaboradas”<sup>22</sup>. Neste sentido, procura-se manusear com a documentação que descreve parte da sociedade, mas a considera como totalizadora, ou ainda, em representações pelas quais procuram explicar e

---

<sup>19</sup> LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**. Um conceito antropológico. 23. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

<sup>20</sup> Estabelece-se um paralelo de entendimentos conceituais conjugados em: PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean Pierre & SIRINELLI, Jean François (Org.) **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

<sup>21</sup> CULTURA POLÍTICA. In: BOBBIO, Norberto (Org.) **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: Editora UnB, 2007. vol. 1, p. 306.

<sup>22</sup> CHAUI, Marilena. **O que é ideologia?** 38, ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 11-12.

compreender sua própria realidade sem, contudo, apresentar o modo como as relações sociais foram estabelecidas e a origem e princípio dos privilégios. O texto historiográfico, naquele contexto, fez-se deste dispositivo ideológico para produzir o consenso e legitimação política, por descrever e prescrever práticas que deveriam ser entendidas como naturalmente instituídas e ordenadas, e assim exemplares e quase que inquestionáveis.

Com base na problemática de definir o perfil da nobreza que conquista e permanece em África no século XV, descrita nas crônicas de Zurara, algumas etapas objetivas foram traçadas para atender aos requisitos de interpretação. Primeiramente, foi preciso compreender os objetivos dos envolvidos – tanto a nobreza como a monarquia – em ir à África e estruturar a permanência de portugueses. Inúmeras versões e explicações foram já desenvolvidas, tendo esta pesquisa o papel de compreendê-las e se posicionar sobre tal debate. Posteriormente, procurou-se definir as principais características do suporte historiográfico, a fim de perceber como ele foi produzido e quais seus principais traços. Por fim, analisaram-se algumas descrições que apresentam valores enaltecidos e criticados, sendo estes qualificativos expressivos sobre a qualidade dos atos passados e da mensagem a se transmitir ao público destinado a conhecer aquelas informações.

A organização dos dados analisados foi dividida em três capítulos. No primeiro, um panorama contextual procurou aventar as principais características políticas e culturais, adotando como baliza inicial o fim da dinastia de Borgonha em 1383 e a formação da dinastia de Avis, através dos acordos e estratégias levadas a cabo tanto pelo monarca elevado, Dom João I, como de um ramo da nobreza que o apoia. Seguiu-se no entendimento do reino português em relação com os demais ibéricos, em sua definição de autonomia e identidade. Passada esta primeira parte, chega-se a questão das motivações para aqueles portugueses irem à África.

A questão da expansão ultramarina também é central na condução desta pesquisa, pois é compreendida como prolongamento do processo político de alianças iniciado pela dinastia instaurada, ou pelo menos condiciona certo

interesse<sup>23</sup>. Também tal movimentação insere-se na reapropriação de signos tradicionais da formação régia ibérica, isto é, no confronto contra o muçulmano como justificativa de ação nobiliárquica e definição de identidade. Do ponto de vista das personagens selecionadas para pesquisa, o recorte estaria completo, mas o elemento cultural de maior relevância se prolonga por mais algumas décadas, e mesmo foi este elemento que permitiu a redação das crônicas, o que necessitou o acompanhamento do contexto até o reinado de Dom Afonso V, ultrapassando os meados do século XV.

A importância conferida pela dinastia avisina ao tratamento intelectual foi fundamental para a compreensão da valorização do comportamento regado e pela solicitação de crônicas, que depois de escritas mostraram uma identidade a ser espelhada. Os textos produzidos pelos infantes Dom Duarte e Dom Pedro, filhos de Dom João I, ilustram claramente a significação de virtudes e expectativas, que nas crônicas analisadas significam a execução vinculada aqueles preceitos. Assim, esperou-se cobrir os eventos que tiveram um efeito a longo prazo, ou ao menos entendidos dentro de um quadro referencial do pensamento de justificativa das práticas, tanto descritas como prescritas.

No segundo capítulo, deu-se atenção especial para uma classificação da documentação, uma vez que ela é entendida no gênero historiográfico e implica em uma abordagem que compreenda suas características, objetivos, referenciais e público destinado. As crônicas são subprodutos do gênero histórico, possuem tópicos próprios que seguem uma tradição de longa duração europeia e ibérica que visam uma idealização de entendimento do que foi narrado, em sua conotação ideológica. Os tipos documentais são entendidos dentro do aspecto cultural e político discutido no capítulo inicial, conforme as orientações afirmadas, mas levando em conta também o ponto de vista construtivo que contribuem para a sociedade política em análise.

No terceiro capítulo, a atenção da interpretação recaiu sobre algumas das descrições e relatos contidos na documentação cronística, na tentativa de observar a constituição de dois eixos de referencial ideológicos pautados na representação

---

<sup>23</sup> FERNANDES, Fátima Regina. A participação da nobreza na expansão ultramarina portuguesa. **Estudos Ibero-americanos**, Edição Especial, v. 1, Porto Alegre, p. 107-124, 2000.

das ações em solo africano. O primeiro eixo definido baseou-se no projeto de combate ao muçulmano, através de suas justificativas políticas e religiosas, dentro da tradição ibérica de Reconquista<sup>24</sup>. O segundo eixo foi identificado pelas características dos protagonistas de tais condutas, notadamente em nível nobiliárquico, através dos valores de consanguinidade e serviço. Assim, o propósito deste capítulo foi perceber quais os elementos selecionados e valorados positivamente na escrita cronística, contribuindo para o entendimento da sua dupla construção de relato do passado e de propaganda de qualidades ao público destinado, configurando o aspecto de identificação de características de reconhecimento, como fator prescritivo, e ao mesmo tempo, a sua inserção na prática cotidiana em ambiente fronteiriço.

---

<sup>24</sup> GARCÍA FITZ, Francisco. La Reconquista: un estado de la cuestión. In: BAZÁN, Iñaki (Org.) **Guerra y violencia en la Edad Media**. Clío & Crímen. 2009. 1 CD-ROM.

## 1 CONTEXTO

Como panorama amplo da sociedade estudada, algumas informações precisam ser apresentadas e discutidas a fim de construir uma linha de pensamento capaz de compreender a documentação e o sentido da mesma. Note-se que a elaboração contextual exposta é seletiva, e foram tomados como critérios os assuntos que direta ou indiretamente contribuem na análise da fonte, do que ela descreve e do período de escrita. Tal abordagem, enfim, visa mostrar algumas relações sociopolíticas, e não tomar o contexto apreendido a partir da leitura apenas dos documentos como reflexos da realidade, o que significaria reproduzir alguns valores ideológicos e não uma crítica das intenções e interesses em disputa. Ponderam-se, desta maneira, os fatos enquanto acontecimentos e construções de memória, que diante da objetividade científica, não podem ser excluídos da exposição e compreensão histórica do objeto de estudo, mas investigados com os instrumentos interpretativos disponíveis. O recorte temporal definido abarca o final do reinado de Dom Fernando em Portugal, no ano de 1383, até o início da reorganização na chancelaria por Gomes Eanes de Zurara em 1460. Assim, cobre-se tanto o contexto das personagens como o ambiente propiciador da redação das crônicas.

### 1.1 FIM DA DINASTIA AFONSINA E AFIRMAÇÃO DA AVISINA

O último rei da dinastia de Borgonha, Dom Fernando sobre ao trono em 1367 com apenas 21 anos de idade. Herdou um reino em tranquilidade e com erário abastecido, apesar da crise passada por todo Ocidente Medieval<sup>25</sup>. Bem relacionado com a nobreza e os reinos vizinhos, teve como problemas à vista o fato de estar solteiro e sem esposa negociada aos interesses da monarquia, e ter como rei castelhano Henrique II Trastâmara, assassino de seu meio-irmão Pedro I de Castela. A questão do casamento se mostrou a mais litigiosa, pois entre a vontade

---

<sup>25</sup> O século XIV é conhecido nos estudos como um período de crise, dos mais variados pontos de vista. Algumas sínteses a respeito ao invés de entender aquele momento como o fim de um ciclo, entretanto, abordam através da ideia de adaptação. BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**. Do ano mil à colonização da América. Trad. Marcelo Rede. São Paulo: Globo, 2006. De posição semelhante, porém focado mais nas estruturas governamentais e institucionais, Bernard Guenée também dedicou estudos ao período. GUENÉE, Bernard. **O Ocidente nos séculos XIV e XV**. Os Estados. Trad. Luiza Maria F. Rodrigues. São Paulo: Pioneira / EDUSP, 1981.

individual e do reino, o desacordo foi determinante para os rumos de Portugal no cenário ibérico da segunda metade do século XIV. Segundo Armindo de Sousa, “casamentos políticos e política de casamentos, amor fora de questão, era assim. E casamentos por obrigação e destino. [...] O seu corpo, já que engendrado por reirainha, era para bem da dinastia e destinado a procriar. A procriar com parceiro que os políticos indicassem”<sup>26</sup>.

Assim fica mais coerente entender o motivo pelo qual Dom Fernando foi visto como temerário, casando-se com Leonor Teles e esquecendo tratados e conveniências. Muitas revoltas populares situam suas justificativas sob tal casamento, mas lembre-se que problemas advindos da fome, peste e a guerra também devem estar nos argumentos explicativos; talvez seja mais interessante pensar que tal casamento não consentido no reino foi um complicador aos demais fatores supra citados. A imagem historiográfica de Dom Fernando, ainda, foi motivo de depreciação, pois teria deixado o reino em más condições<sup>27</sup>. Antes, porém, segundo Fátima Regina Fernandes, “ao identificarmos a crise do século XIV como um fenômeno estrutural, consideramos a sua causalidade ligada às transformações ao nível de economia, de concepções de poder, de religiosidade, enfim, de aspectos desta realidade que respeitando os ritmos diversos das estruturas e dos espaços geográficos encaminharia o Ocidente para a época Moderna”<sup>28</sup>.

Com Castela, naquele reinado houve três momentos de guerras envolvendo diretamente os portugueses: 1369-70, 1372-3 e 1381-2. Um dos motivos apresentados para tais conflitos foram as migrações de nobres de ambos os lados, aderindo às causas alheias conforme os próprios interesses, e outrossim, pela subida ao trono de Henrique II Trastâmara. Dom Fernando resolveu intervir na

<sup>26</sup> SOUSA, Armindo de. Realizações. In: MATTOSO, José (Dir.) **História de Portugal**. A monarquia feudal (1096-1480). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. p. 491.

<sup>27</sup> Estudos recentes buscaram compreender o reinado de Dom Fernando levando em conta aspectos conjunturais mais amplos, e em especial com relação com a nobreza interna. FERNANDES, Fátima Regina. **Sociedade e poder na baixa Idade Média portuguesa**. Dos Azevedos aos Vilhena: as famílias da nobreza medieval portuguesa. Curitiba: Editora da UFPR, 2003. Em outras perspectivas analíticas, Salvador Dias Arnaut procurou rever tal imagem depreciativa ao monarca. ARNAUT, Salvador Dias. **A crise nacional dos fins do século XIV**: a sucessão de D. Fernando. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. Antonio de Vasconcelos, 1960. 2 vols.

<sup>28</sup> FERNANDES, Fátima Regina. A monarquia portuguesa e o Cisma do Ocidente (1378-85). In: GUIMARÃES, Marcella Lopes; FRIGHETTO, Renan (Coord.) **Instituições, poderes e jurisdições**. I Seminário Argentina – Brasil – Chile de História Antiga e Medieval. Curitiba: Juruá, 2007. p. 154.

situação vizinha, achando ser mais apto que o ilegítimo assassino. Recebe apoio das famílias nobres dos Teles de Meneses, Castros e Vilhenas, e com adesão interna castelhana, entrou em guerra a qual obteve relativa vantagem, tendo Henrique II que lidar com várias frentes de combate e inimigos ao mesmo tempo. A paz foi acertada em março de 1371, conseguido Dom Fernando adquirir territórios no leste e norte, além de casar-se com Leonor Teles, filha do inimigo.

Mas tal casamento rompia o Tratado de Alcoutim (1371), e anulava as obtenções territoriais e as pazes. Passados alguns meses, Portugal adere à Inglaterra contra Henrique II de Castela e seus aliados franceses. A Guerra dos Cem Anos (1337-1453) reflete-se na Península Ibérica. E desta vez quem invade o reino vizinho foram os castelhanos, sem oposição do rei português, sendo Lisboa ocupada. A paz foi assinada em Santarém, tendo como cláusula o rompimento com Inglaterra, fato não cumprido.

As condições do reino quanto à economia parecem que não estavam como no início, isto é, moeda em desvalorização, inflação e revoltas populares voltam com intensidade. Como alternativa, o rei tenta salvar o reinado administrativamente através de: melhorias das cidades, murando-as, legislando contra abusos senhoriais, regulando os privilégios jurisdicionais da nobreza, leis para reforma da administração pública, Sesmarias, etc<sup>29</sup>. Enfrenta ainda o início do Cisma do Ocidente (1378-1417), com dois papas, um em Roma e outro em Avinhão. Nova configuração propícia a polarização, com móveis justificantes de guerra entre cristãos, agora opostos como cismáticos, com frequente alternância às obediências pontifícias. O caso de Portugal é interessante, pois adere e oscila conforme os interesses e o contexto favorável<sup>30</sup>.

A morte de Henrique II despertou a motivação de nova invasão, agora em 1381, já que Don Juan I de Castela se mostrava aos olhos de Dom Fernando um adversário fácil. Nesta situação, o rei português pede auxílio à Inglaterra, sob

---

<sup>29</sup> SOUSA, Armindo de. Realizações. In: MATTOSO, José (Dir.) **História de Portugal**. A monarquia feudal (1096-1480). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. p. 492.

<sup>30</sup> Veja-se discussão detalhada em: FERNANDES, Fátima R. A monarquia portuguesa e o Cisma do Ocidente (1378-85). In: GUIMARÃES, Marcella Lopes; FRIGHETTO, Renan (Coord.) **Instituições, poderes e jurisdições**. I Seminário Argentina – Brasil – Chile de História Antiga e Medieval. Curitiba: Juruá, 2007.



intermédio de João Fernandes Andeiro, para tirar vantagem da sucessão régia castelhana. Do acordo luso-inglês, a ajuda militar viria em contrapartida do casamento da infanta Dona Beatriz com o príncipe Eduardo, e por fim, se tal guerra fosse vitoriosa, o inglês seria rei amistoso dos aliados ibéricos. A chegada do contingente inglês antes de ajudar gerou conflitos com os portugueses, e prejuízos por onde passou.

Convencidos de que não houve vencedores, após muitos confrontos e baixas, Don Juan de Castela e Dom Fernando assinaram mais um acordo de paz, o qual ficara decidido que a infanta Dona Beatriz casaria com herdeiro de Castela. Com a viuvez de Don Juan, outro acordo em Salvaterra transfere o casamento para o monarca, sob aprovação das Cortes. Uma cláusula no contrato, ainda, condicionava se Dom Fernando não deixasse descendente masculino legítimo, as coroas de Portugal e Castela, ainda que mantidas separadas, estariam sob governo unificado de Don Juan e Dona Beatriz. Após a morte destes, passaria o controle aos descendentes, e se não houvesse sucessão apta, Dona Leonor Teles ficaria como regente de seu reino. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão,

Não estava ainda traçado o futuro da infanta D. Beatriz. Prometida a vários noivos, tudo parecia indicar o seu casamento com o segundo filho do rei de Castela, o que afastava os receios da integração dos dois reinos. Mas tal não era o pensamento do monarca vizinho que, tendo perdido a esposa em 13 de Setembro de 1382, decidiu substituir-se ao filho e veio a negociar o matrimónio com a herdeira do trono português. Apesar de o cronista atribuir o projecto a D. Fernando, não é difícil concluir que o pobre rei, doente e a um ano da sua prematura morte, foi apenas o comparsa de um plano gizado por forças alheias e que entregava Portugal de mão beijada ao poderio de Castela<sup>31</sup>.

Após a morte de Dom Fernando em 22 de outubro de 1383, aclamou-se Dona Beatriz e seu marido, e logo Dona Leonor Teles tomou o governo. A influência de João Andeiro não era bem vista, pois julgavam que este podia tender ao lado castelhano, colocando em risco a autonomia portuguesa. O seu assassinato em dezembro de 1383 foi a solução encontrada, tendo participação indireta de Dom João I, filho ilegítimo de Dom Pedro. O agito em Lisboa logo se espalhou pelo reino. Dom João, temendo por sua vida, pensou em retirar-se para a Inglaterra. O sentido

---

<sup>31</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. Estado, pátria e nação (1080-1415). 3. ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1979. p. 293.

da crise sucessória acabou por trazer aos estudiosos do tema inúmeras explicações, que Serrão entende como

O seu movimento durou apenas 16 meses e teve forçosamente causas políticas, económicas e sociais. Tudo o que se passa depois da elevação do novo monarca e que ressalta da última parte do testemunho do cronista [Fernão Lopes] é a explosão de um processo que toma outras variantes e já não corresponde ao motor do grande movimento. Sucede que a explicação da crise de 1383-1385 se coloca muitas vezes para além do seu quadro temporal, o que falseia a análise histórica, pois confundem-se os seus móveis e aproveitamento<sup>32</sup>.

António Sérgio, por exemplo, interpretou tal situação como abalo consequente da peste, fome e revoltas populares, e quando da morte do rei, o grupo mercantil lisboeta se aproveitara para mudar o quadro sócio-estrutural<sup>33</sup>. Tal abordagem, porém, enfatiza variáveis que não eram hegemônicas, e procura aplicar uma teoria marxista do móvel capitalista onde dificilmente este existia ou ainda fosse efetivamente atuante. Uma alternativa é entender tal crise como confronto entre grupos que tomaram posições ideológicas distintas, em um choque entre homens que se opunham por interesses. Ou por fim, que foi o “testemunho claro de um sentimento nacional que a guerra contra Castela e o perigo que ela permitiu vencer acabou por transformar em consciência de um povo”<sup>34</sup>. Pondera-se tal visão, entretanto, porque as ações de todos os lados eram antecipadas das suas respectivas justificativas, numa rede de interesses e acordos velados, que posteriormente tiveram como imagem retroprojetada o heroísmo na defesa do interesse português. Misturam-se, assim, projetos políticos, grupos, estratégias e resultados, cambiados em escalas representativas e discursivas levados a cabo.

O apoio à pessoa do Mestre de Avis não foi provavelmente obra do acaso, ainda mais pela personalidade hesitante que tinha; pode-se pensar num movimento contrário, isto é, o acordo seria o seguro para levar a cabo o assassinato, tendo algumas personagens um posicionamento de defesa com a morte do Andeiro. Na

<sup>32</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. Estado, pátria e nação (1080-1415). 3. ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1979. p. 299.

<sup>33</sup> SÉRGIO, António. Sobre a revolta de 1383-1385. In: \_\_\_\_\_. **Ensaio**. Lisboa: Sá da Costa, 1946. p. 153-204.

<sup>34</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Opus citatum**, p. 304.

interpretação das crônicas de Fernão Lopes, Marcella Lopes Guimarães entende que o apoio vinha cercado de contradições próprias das relações políticas:

É interessante perceber o movimento dos nobres em torno do assassinato do Andeiro. Depois de executar um ato que afrontava diretamente a rainha, com o apoio dos fidalgos que apoiavam a regência da esposa do monarca falecido, [...] o Mestre vai cercado por esses pedir perdão à Leonor Teles. Na verdade, sabemos que essa ação culminará com a passagem da regência para D. João de Avis, o que significará a deserção de vários desses fidalgos que queria a morte do Andeiro. Podemos afirmar que a sua morte era uma necessidade entrevista pelos nobres para reequilibrar a balança de honra e proveito que a influência do conde João Fernandes Andeiro fazia pender-lhes desfavorável<sup>35</sup>.

No início de 1384, o rei de Castela invade Portugal, realizando um cerco à cidade de Lisboa, que por alguns motivos, em especial a peste que ataca a parte externa dos muros, acaba propiciando a vitória portuguesa. Esta manutenção de soberania desperta, segundo as crônicas, um sentimento de unidade em torno do Mestre de Avis, que parecia não mais ser apoiado apenas por alguns, ou nas palavras de Armindo de Sousa, “[...] a causa do Mestre já não era a de uns rebeldes que se ergueram em Lisboa, mas a de Portugal erguido contra Castela. Para que o Mestre fosse rei só faltava uma eleição confirmada pelos três braços da nação. Em cortes, obviamente”<sup>36</sup>. O acordo estabelecido antes das cortes foi de que o Mestre de Avis defendesse o reino, e a realização dos objetivos de alguns nobres em aliar-se a ele estava cada vez mais sólida.

Mesmo com a retirada dos castelhanos, a situação no reino era complicada, pelo fato do mesmo estar no chamado interregno, isto é, a inexistência de um rei ou autoridade que responda por ele, e alguns portugueses tomavam a palavra em nome da coletividade, causando divisões típicas em períodos de crise, ou revolução como querem alguns historiadores. Vozes como as de Álvaro Pais e Álvaro Gonçalves solicitam ao então Mestre de Avis que fosse regedor e defensor do reino.

<sup>35</sup> GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): o espelho do rei**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004, f. 169-170.

<sup>36</sup> SOUSA, Armindo de. Realizações. In: MATTOSO, José (Dir.) **História de Portugal**. A monarquia feudal (1096-1480). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. p. 495.

Um dos registros sobre tal evento encontra-se na crônica que Fernão Lopes<sup>37</sup> redigiu sobre o monarca, que no capítulo XXVI simula a fala daqueles:

[...] vaamos ao Mestre e peçamos lhe aficadamente, que seja sua merçee em toda guisa, **tomar carregado de defender este çidade e o rregno**; e nos o serviemos com os corpos e averes, e **lhe daremos todo quanto teemos**; e assi farom todollos outros do rregno que verdadeiros Portugueses forem; e nom curem de mais enviar rrecado aa Rainha, nem da rreposta que lhe ha de mamdar. Estomçe ho comuõ poboo livre e nom sogeito a alguõs que o comtrario disto semtissem, lhe pedirom por merçee que se chamasse Regedor e Defensor dos rregnos; e ell veemdo seu grande desejo, desi o comsselho de frei Johane, e dos outros que lhe sobristo aviam fallado, outorgou de o fazer.<sup>38</sup>

Neste período, Dona Leonor foi expulsa do reino, e em 1385 as Cortes de Coimbra são convocadas, para eleger um novo rei. Nela havia alguns candidatos, mas no plano comparado não existia alguém com as propriedades legais para a ocupação legítima do reino, e diante das argumentações advogadas por cada um, ou melhor, na fala do orador, grupos dividiram-se entre as qualidades e atributos políticos e sociais dos elegíveis, como sugere Armindo de Sousa:

As cortes, de que estavam ausentes os partidários de D. Beatriz, dividiram-se em dois blocos: um, apoiado pelos concelhos e pela nobreza de segunda; e outro, pelos nobres de primeira e provavelmente pela maioria dos prelados. Aquele votava em D. João I, Mestre de Avis, 'Governador e Regedor do Reino' desde a expulsão de D. Leonor; este votava no outro D. João, meio-irmão do anterior, considerado por muitos como infante legitimado por casamento clandestino.<sup>39</sup>

Desta polarização, surge o orador oficial das cortes, João das Regras, que assume a posição do Mestre de Avis, tendendo seus argumentos a este. Durante cerca de um mês ficaram em reuniões para decidir o novo rei de Portugal, já que o reino estava vulnerável a ameaças externas e ao caos interno. Fernão Lopes enfatiza a importância das Cortes em Coimbra para a garantia da soberania portuguesa, em especial nas palavras de João das Regras no capítulo CLXXXIII:

<sup>37</sup> Edição consultada da **Crônica de El-Rei D. João I**, publicada pela Livraria Civilização em 1991, com introdução de Humberto Baquero Moreno e prefácio de António Sérgio, segundo o códice n. 352 do Arquivo Nacional Torre do Tombo. Adotou-se a sigla FL-CDJI com referência a cada livro, com a paginação correspondente.

<sup>38</sup> **FL-CDJI**, Livro I, p. 52. (Sem grifos na edição).

<sup>39</sup> SOUSA, Armindo de. Realizações. In: MATTOSO, José (Dir.) **História de Portugal**. A monarquia feudal (1096-1480). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. p. 496.

Elles todos em huĩ paaço, postos em assesego e boa hordenamça, era hi huĩ notavell barom, **homem de perfeita autoridade**, e comprido de sçiemça, mui **grande leterado em lex**, chamado doutor Joham das Regas, cuja **sotilldade e clareza de bom fallar amtre os leterados**, oje em dia he theuda em comta. Este propos naquellas Cortes, teemdo cuidado de mostrar per sçiemça e rrazom, a verdade e proveito de tam gram negoço como este, e aos poboos ficar depois emcarrego, escolher quall determinaçom quisessem. [...] ‘Bem sabees como somos aqui jumbtos, pera com a graça de Deos e sua ajuda avermos de trautar e acordar as cousas que compridoiras som pera rregimento e governamça destes rreinos; espeçiallmente em feito de deffemssõ da guerra, na quall somos postos e tã prestes teemos como todos bem sabees’. ‘E mais pera fallarmos, se estes rreinos depois da morte delRei dom Fernando, que delles foi postumeiro possuidor, ficaram vagos e desemparados, sem rei e deffemssor lidemo que os possa e deva herdar de dereito, pera sobrello proveermos como nos Deos ajudar, **de guisa que o rreino seja mantheudo em dereito e justiça, e nos guardados e deffesos de nossos emmiigos e contrairos**’.<sup>40</sup>

João das Regras procura demonstrar que havia vários prováveis candidatos, e que todos apresentavam o mesmo empecilho: a ilegitimidade. Para contornar seu argumento a favor do Mestre de Avis, destacando-o dos demais, o orador procura identificar no monarca ideal algumas qualidades, a saber: ser de boa linhagem, ter bom coração para defender o reino, e amor aos súditos. Qualidades que marcariam uma harmonia entre o corpo político português, sendo as Cortes de Coimbra o espaço apropriado para selar o acordo em favor daquele que se adequasse às condições. Com a defesa militar que o Mestre de Avis fez ao cerco de Lisboa em 1384, ele assumira uma posição importante para conquistar a confiança dos membros das Cortes, bem como a demonstração de controle naquela situação de instabilidade e interesse na causa portuguesa.

Tem-se nas Cortes de Coimbra a vitória do Mestre de Avis como novo monarca de Portugal, instalando a dinastia de Avis. Armindo de Sousa vê neste movimento mais um temor à ação de Nuno Álvares Pereira, nobre de grande destaque a atuação política no reino, do que uma concordância integral aos argumentos de João das Regras. Observe-se também que frente a conjuntura ibérica instável, uma demora na solução poderia revelar-se problemática, dada a iminência da invasão castelhana; ou por fim, o papel das Cortes como instrumento legitimador de uma posição já definida em termos práticos. Esta pressão, que para alguns foi fatal, indica o estado das relações entre os diversos setores sociais, em especial aqueles preocupados com as decisões políticas de abrangência ampla.

<sup>40</sup> FL-CDJI, Livro I, p. 393-394. (Sem grifos na edição).

Posteriores questionamentos, nesta lógica, se tornariam inferiores na qualidade das deliberações tomadas e acertadas em Cortes.

De qualquer forma, constata-se que o grupo apoiador de Dom João era essencialmente a nobreza de segunda linhagem, que desde o assassinato de João Fernandes Andeiro adere a seu favor; uma espécie de renovação ou espaço vago, já que com a mudança dinástica, alguns nobres portugueses migram ou se exilam para o reino de Castela. Sobre isso, Humberto Baquero Moreno afirma que o recém eleito teve “[...] de defrontar ao longo do seu reinado sucessivas arremetidas da nobreza que a troco do apoio que lhe havia concedido quando da revolução de 1383 e da guerra que se lhe seguiu, se sentia no direito de lhe exigir terras e outros bens de natureza material”<sup>41</sup>. Ou ainda, o que ocorreu foi uma transferência para outros membros da linhagem. Por algum tempo, por exemplo, o poder de Nuno Álvares Pereira, descrito por Fernão Lopes, quase se equipara ao do novo monarca, o que marca um posicionamento afirmativo daquele para o estabelecimento dos interesses de parte da nobreza presentes naquele contexto<sup>42</sup>.

Através desta abordagem, percebe-se como a noção de identidade, como alguns historiadores afirmam, acaba por ser entendida pelos interesses sociais, que em consequência se refletem na afirmação de uma heteroimagem. Segundo Bernard Guenée os temas da identidade e da relação com o aspecto institucional dos reinos europeus podem ser vistos por alguns como anacrônico, e propõe que

[...] no Ocidente, nos séculos XIV e XV, de um Estado a outro, de uma classe a outra, de uma pessoa a outra, variam a profundidade e a natureza do sentimento que une cada qual a seu país. É evidente também que esse sentimento ‘nacional’ é muito diferente de nossos modernos sentimentos nacionais. Ele se forma através de um nome comum, de um príncipe comum, de interesses comuns, de uma língua comum, da consciência de uma origem comum, do orgulho de uma história comum, de uma religião comum. O que não impede que, desde essa época, um Estado seja tanto

<sup>41</sup> MORENO, Humberto Baquero. Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média. **História. Revista da Faculdade de Letras**, Porto, n. 4, p. 103, 1987.

<sup>42</sup> Veja-se o gráfico elaborado por Marcella Lopes Guimarães sobre a presença de Nuno Álvares Pereira na crônica lopeana. GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): o espelho do rei**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. ANEXOS.

mais sólido e durável quanto os seus habitantes tenham o sentimento, mais ou menos complexo, mais ou menos elaborado, de formar uma nação<sup>43</sup>.

Ainda que os termos empregados possam ser questionados ao objeto de estudo, o mais importante da reflexão levantada pelo autor refere-se sobremaneira a noção de que um determinado grupo construiu uma representação de unidade, voltado a agrupar características que estabelecem a separação ou limite com o outro, e que no contexto analisado, apresenta-se frente à Castela e seu controle a reino português.

Não tardou e o rei de Castela resolve cobrar os seus direitos sobre o tratado que assinara com Dom Fernando. A invasão de Castela a Portugal marcaria para Dom João I a própria afirmação da sua posição enquanto monarca do reino português, agora vencedor de duas batalhas que Fernão Lopes enaltece com especial brilho. E esta, que ocorre perto de Leiria, na aldeia de Aljubarrota, diferentemente do cerco de Lisboa, era campal e com grande descompasso numérico entre os portugueses e castelhanos, estes em maior número<sup>44</sup>.

De situação adversa, os portugueses atribuem a vitória a um milagre, obra divina que confirmaria então a escolha de Dom João I e os rumos que deram ao reino; e milagre entendido também dentro do pensamento cismático, pela polarização entre o papa de Roma e do Avinhão, onde a escolha do papa e esta vitória militar eram sinais da aprovação sobrenatural. A própria figura do rei, que foi eleito em um contexto conturbado, se beneficiou com mais uma vitória frente à Castela. No entender de Marcella Lopes Guimarães,

Um dos aspectos mais interessantes a serem apontados depois da vitória portuguesa em Aljubarrota é a transformação do rei de Portugal, pois o saldo mais importante da batalha foi prová-lo como viável. Do hesitante Mestre, passando pelo simples cavaleiro que, com facas, comporta-se como alguém apenas desejoso de ganhar fama, a representação de D. João I vai ganhando uma modulação mais inteira e consistente de um perfil régio [...]. Seus gestos, palavras e justiça, cada vez mais presentes no texto [de

---

<sup>43</sup> GUENÉE, Bernard. **O Ocidente nos séculos XIV e XV**. Os Estados. Trad. Luiza Maria F. Rodrigues. São Paulo: Pioneira / EDUSP, 1981. p. 110.

<sup>44</sup> Sobre esta batalha, encontra-se bibliografia bastante diversificada, inclusive com páginas da Internet que abordam de forma didática e museológica, como a Fundação Batalha de Aljubarrota. Disponível em: <<http://www.fundacao-aljubarrota.pt>> Acesso em: 13 de setembro de 2010.

Fernão Lopes], aparecem individualizados, e a sua necessidade à frente do reino ganha raízes profundas.<sup>45</sup>

Em situação favorável, Dom João procura reaver territórios que considerava usurpados pelo reino vizinho, e de incursões e recuos, paulatinamente consegue agrupar várias cidades que tendiam à Castela. Apesar do desejo por trégua, o rei português na década de 1390 foi acusado de prejudicar as relações luso-castelhanas na fronteira. Dos acordos frágeis e rompidos, chegou-se em Segóvia (1402) a uma paz, onde alguns exilados voltam ao reino. A estratégia, pelo que tudo indica, era manter uma relativa tolerância, conter os rápidos assaltos fronteiriços, e diminuir as despesas e prejuízos que oneravam os vários grupos sociais.

A consolidação da diplomacia ibérica tem um ponto marcante em 1411 quando Portugal, Castela, França e Aragão assinam um tratado com objetivos mais duradouros. Os moradores de Portugal e Alvarge teriam livre entrada para efeitos de comércio em Castela. Uma ratificação do tratado ocorreu em 1423, devido à maioria de Don Juan II de Castela. Para além da guerra como motor político e estreitamento de acordos, a trégua entre eles se mostrara uma tomada de posição mais ponderada, ou ainda,

o longo reinado de D. João I decorreu assim num ambiente de receio político face a Castela e que só encontrou uma alternativa válida na empresa de conquistas em Marrocos e nas viagens de exploração no Atlântico. Quanto ao reino vizinho, buscava acabar com a presença muçulmana em Granada, o que também lhe impunha resolver o dissídio de quase meio século com Portugal<sup>46</sup>.

Ainda no plano externo, a monarquia buscou estreitar novamente suas relações com a Inglaterra, a fim de ter um aliado em caso de futuros problemas ibéricos. Um tratado foi assinado em 1386, e previa ajuda militar e cooperação comercial. No entanto, o aspecto mais relevante para a monarquia portuguesa foi a concretização do casamento da princesa Dona Filipa, filha do duque de Lencastre. Tiveram filhos que se destacaram por iniciativas e qualidades no plano político e intelectual, o qual Camões batizou de **Ínclita Geração**.

<sup>45</sup> GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): o espelho do rei**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. f. 211.

<sup>46</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. A formação do Estado Moderno (1415-1449). 3. ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1980. p. 18-19.



Ao longo destes acontecimentos, a ascensão da dinastia de Avis significou para Portugal uma estabilidade interna dentro de um contexto marcado na Europa pela Guerra dos Cem Anos e o Grande Cisma do Ocidente, e que na Península Ibérica assumia distensões entre os reinos. Alguns nobres viam no conflito militar a forma de se estabelecerem enquanto grupo social distinto dos demais, e o próprio monarca poderia projetar nas armas uma estratégia de fortalecer sua posição perante o reino.

Entretanto, não apenas de guerra a condição política foi levada a termo, mas de acordo diplomáticos e casamentos, entre outras estratégias. Num primeiro momento, pode-se perceber como o contexto conturbado de transição dinástica desencadeia a iniciativa de manutenção da autonomia política de Portugal; e dentro desta, uma parcela do corpo político procurou fortalecer as bases do poder que regiam a sociedade, abrindo possibilidades de ações capazes de atender aos seus interesses. Outros, pelo contrário, viram uma situação desfavorável e migraram, buscando outras redes políticas. Neste sentido, o reinado de Dom João I apresenta-se em dois momentos e a duas possibilidades, a saber: da sua ascensão e viabilidade, e posteriormente na condução de práticas capazes de atender aos objetivos da esfera política mais próxima dele, mantendo a sua própria autonomia enquanto reino; e frente a tal conjuntura, as relações políticas poderiam ser entendidas como favoráveis ou não, o que variou conforme a visão de cada um.

Ainda, a condução de tais práticas não se mostrou consensual, como pode-se observar nas Cortes de Coimbra de 1397 e 1398. Os fidalgos queixavam de vários assuntos, dentre os quais de terem que pagar as sisas, pela desvalorização das rendas fundiárias, o impedimento de alguns cargos administrativos, e que nos termos de Humberto Moreno,

ao abrigo deste e doutros agravos os fidalgos lembravam ao rei que durante o cerco que os castelhanos haviam feito a Lisboa em 1384 ele lhes prometera respeitar todos os seus foros e costumes, compromisso novamente realizado quando da sua eleição como rei nas cortes de Coimbra<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> MORENO, Humberto Baquero. Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média. **História. Revista da Faculdade de Letras**, Porto, n. 4, p. 105, 1987.

Para alguns nobres, mesmo que beneficiados pelas doações joaninas, o exílio mostrou ser a solução, em alguns casos de forma temporária. Ao estudo de Humberto Moreno,

a série de exilados pertencentes à grande e média nobreza que abandonaram Portugal nos fins do século XIV traduz na sua essência o forte descontentamento deste grupo social contra a política absolutista e centralizadora do monarca português, que assim fazia tábua rasa das promessas feitas aos fidalgos nas cortes de Coimbra de 1385.<sup>48</sup>

Note-se, enfim, que se travava de relações políticas e intenções de acordos, onde a monarquia procurava reaver suas propriedades e garantir uma governabilidade pautada na autoridade, ainda que cedendo aos desejos de retribuição e privilégios próprios da nobreza. Desta forma, o consenso e mesmo a satisfação dos efeitos de alianças não se mostraram vinculados às respostas diretas e de garantia confirmada, antes em expectativas e disputas de poder.

Com estes acontecimentos, percebe-se que na instalação da dinastia de Avis, e no conjunto das monarquias europeias tardo-medievais, as relações régio-nobiliárquicas assentaram-se em bases pessoais, onde o apoio do grupo aristocrático era fundamental, mas dentro de limites para a própria existência enquanto instituição régia. A constituição da autonomia reinol diante dos interesses externos também sugere a complexa lida entre os entendimentos e anseios que configuraram os pilares de justificação identitária, ou ainda, nas características que marcaram as adesões e pactos pelo projeto político em comum. A exposição destes pactos aparece parcialmente nos documentos, e a configuração linear da sua descrição tende a uma percepção evolutiva, que é equivocada. Estas a falar da mescla de projetos políticos e princípios ideológicos, que social e historicamente aplicados constituem características únicas, e por isso a variação de comportamentos que indicam diversas intenções em conflito. E é neste ambiente que a ideia de poder como relação possui coerência e visibilidade.

---

<sup>48</sup> MORENO, Humberto Baquero. Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média. **História. Revista da Faculdade de Letras**, Porto, n. 4, p. 113, 1987.

## 1.2 OPÇÃO POR CEUTA: INTERPRETAÇÕES

Tema extensamente discutido na historiografia, as variadas explicações sobre o início do expansionismo ibérico acabaram por misturar, quando não confundir, análise e abordagem coerente. Entende-se que algumas vezes a divergência de uma tese significou a inversão do raciocínio, ou uma seleção arbitrária de documentos para apoiar o fundamento. Nos termos de Charles Boxer, “[...] os impulsos fundamentais por trás do que se conhece como a ‘Era dos Descobrimentos’ sem dúvida surgiram de uma mistura de fatores religiosos, econômicos, estratégicos e políticos, é claro que nem sempre dosados nas mesmas proporções”<sup>49</sup>. Fazendo-se uma recuperação de alguns destes raciocínios explicativos<sup>50</sup>, entende-se que tal processo não significou somente uma abordagem científica, mas a constituição de um ícone nacional português. Tome-se, por exemplo, o caso do infante Dom Henrique, codinominado de **Navegador**. A partir do século XX, edições como a **Monumenta Henricina**<sup>51</sup>, ou os ciclos comemorativos na década de 1960, referindo-se ao quinto centenário de morte do infante, tiveram como frutos a publicação de vários documentos, antes dispersos, e de livros<sup>52</sup> sobre personagens de destaque, o que permitiu discutir o assunto levando-se em consideração a amplitude documental e sua decorrente variedade temática.

A bibliografia sobre este tema é disforme com relação às crônicas escritas por Zurara, em especial às duas últimas que tratam dos governadores das cidades norte africanas. Sugere-se que o motivo para tal fato é a baixa quantidade de edições existentes, o que permite menor acesso e produção de estudos a respeito. Acredita-se também no interesse dos relatos da conquista de Ceuta e descoberta de terras na costa atlântica africana como signos de identidade portuguesa ao longo dos

<sup>49</sup> BOXER, Charles R. **O império marítimo português 1415-1825**. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 33.

<sup>50</sup> A trajetória extensa destas abordagens encontra-se em SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. (Dir.) **Nova História da Expansão Portuguesa**. A expansão quatrocentista. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 250-256.

<sup>51</sup> ALMEIDA, Manuel Lopes de; BROCHADO, Idalino Ferreira da Costa; DINIS, António Joaquim Dias (Subcomissão). **Monumenta Henricina**. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960. 15 vols.

<sup>52</sup> JOÃO, Maria Isabel. **O Infante D. Henrique na historiografia**. Lisboa: Ministério da Educação, 1994.; NEMÉSIO, Vitorino. **Vida e obra do infante D. Henrique**. 3. ed. Lisboa: Edições Panorama, 1967.

séculos. Justifica-se desta forma a existência de mais edições das duas primeiras crônicas, pela apropriação e elogios que tiveram posteriormente.

As últimas obras de Zurara, nesta lógica, referem-se inclusive a práticas bastante criticadas, pois diante da visão dos benefícios oriundos das descobertas, a manutenção de postos militares em África significava pesados ônus financeiros de uma mentalidade ultrapassada. Como será discutida a frente, esta é uma interpretação que precisa de ponderações sobre o sentido atribuído pelos coevos, exatamente como estratégia de grupo e interesse, uma vez a manutenção de portugueses no norte de África não seria interessante a uma parcela da sociedade, mas que recebia a contramedida em parte da monarquia. Sabe-se, evidentemente, que a postura régia mudou depois, mas a localização temporal e ideológica do objeto de estudo encontra-se em transição, e por isso necessita-se de atenção para não se confundir intenções políticas e representações.

Além da questão da apropriação iconográfica ao nacionalismo português, houve da mesma forma o interesse de discorrer sobre o assunto do ponto de vista ibérico<sup>53</sup>, quando não como símbolo da Europa, promotora da civilização e dos tempos modernos<sup>54</sup>. Luís Filipe Thomaz, a este respeito, entende que tal argumento

---

<sup>53</sup> Lembre-se, por exemplo, do ensaio de Sérgio Buarque de Holanda sobre a formação do Brasil em seus aspectos econômicos, sociais e institucionais, onde o ibérico teria como característica a vocação pela aventura, do proveito e da adaptação por regiões e sociedades, o que diferia dos demais europeus pelo apego ao catolicismo e à posição geográfica propícia a contatos. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Na opinião de Gilberto Freyre, também, o elemento da miscigenação, capitaneada pelos portugueses, teria como origem seus contatos com os muçulmanos na Península Ibérica e depois na África, e serve como base de sua tese sobre a formação da sociedade escravocrata. FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49. ed. São Paulo: Global, 2004. Em manuais mais recentes, com suas devidas divergências com relação aos autores citados, apresentam introduções do tema americano que retornam aos ibéricos em suas principais características, o que sugere da preocupação pela ligação do tema sendo o expansionismo parte do desenvolvimento da colonização em larga escala pela Europa a partir do século XVI. SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

<sup>54</sup> O desenvolvimento posterior aqui projetado não toma a interpretação de processo civilizatório e eurocêntrico, como parece para Charles Boxer: “A característica principal da história da sociedade humana antes dos descobrimentos de portugueses e espanhóis era a dispersão e o isolamento dos vários ramos da humanidade. [...] Os europeus ocidentais, com exceção de alguns comerciantes empreendedores, italianos e judeus, conheciam apenas vaga e fragmentariamente as grandes civilizações asiáticas e norte-africanas. Estas, por sua vez, sabiam pouco ou nada da Europa que existia ao norte dos Pireneus e da África ao sul do Sudão, e desconheciam tudo acerca da América. Foram os pioneiros portugueses e os conquistadores castelhanos da orla ocidental da cristandade que uniram, para o melhor e para o pior, os ramos enormemente diversificados da grande família humana. Foram eles, ainda que vagamente, os primeiros a tornar a humanidade consciente de sua

não se sustenta devido principalmente ao fato de que comparando com os demais reinos europeus, Portugal não estava técnica e politicamente avançado, e que os critérios que podem explicar a sua saída não podem ser definidos dentro de uma concorrência por um objetivo previamente traçado<sup>55</sup>.

Apesar de o cronista Gomes Eanes de Zurara ser a referência coeva mais analisada, o **Livro dos arautos**, escrito anônimo de 1416, portanto, anterior ao cronista e muito próximo do acontecimento, informa como objetivo da conquista de Ceuta a eliminação dos muçulmanos na península<sup>56</sup>. Esta obra, destinada a registrar batalhas, tratados e descrições de reinos, servia de modelo e informação aos arautos em suas missões diplomáticas por toda a Europa. Ainda no século XV, a crônica de Zurara procurava enfatizar o tom nobiliárquico e militar, em especial o rito de armação de cavaleiros dos infantes Dom Duarte, Dom Pedro e Dom Henrique<sup>57</sup>. Esta concepção, conforme a natureza das crônicas realizadas a partir de Fernão Lopes, procurava afirmar o papel decisivo da casa régia, e também precisa ser entendida através do público a qual foi destinada.

No século XVIII, a questão militar continuou a ser a tônica das explicações. O Cardeal Saraiva interpretou que a iniciativa portuguesa foi uma resposta à pirataria muçulmana na costa ibérica<sup>58</sup>. Oliveira Martins, algumas décadas depois, considerou a movimentação extra peninsular como complemento da **Reconquista**, na busca de aliados cristãos, como o mítico reino de Preste João, rotas comerciais e

---

unidade essencial.” BOXER, Charles R. **O império marítimo português 1415-1825**. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 15-16.

<sup>55</sup> THOMAZ, Luís Filipe. Expansão portuguesa e expansão europeia – reflexões em torno da génese dos descobrimentos. In: \_\_\_\_\_. **De Ceuta a Timor**. 2. ed. Lisboa: Difel, 1994.

<sup>56</sup> ANÔNIMO. **Livro dos arautos (De Ministerio Armorum)**. Estudo codicológico, histórico, literário, linguístico de Aire Augusto Nascimento. Lisboa: [s. n.], 1977. Disponível em: <<http://purl.pt/702>> Acesso em: 13 de setembro de 2010.

<sup>57</sup> ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da tomada de Ceuta**. Edição de Reis Brasil. Lisboa: Europa-América, 1992.

<sup>58</sup> SARAIVA, Cardeal. **Obras completas**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874. Tomo 3.

especiarias<sup>59</sup>. Na mesma linha de **Reconquista** e combate aos assaltos marítimos se enquadra a visão de David Lopes<sup>60</sup>.

Uma mudança significativa na maneira de abordar o assunto ocorreu com António Sérgio, que em texto de 1919 define a execução do plano ao vedor da Fazenda, representante este que seria da burguesia emergente da revolução de 1383<sup>61</sup>, ideia já exposta neste capítulo. A conquista de Ceuta seria para este autor a entrada de comerciantes portugueses nas redes africanas, sendo a cidade um ponto de apoio, em clara aplicação do pensamento marxista. O elemento nobiliárquico não foi mencionado, e a faixa cronológica entre 1383 e os preparativos no século XV, isto é, um arco temporal de quase 30 anos ligado diretamente.

Note-se como é emblemática que uma explicação da ida dos portugueses à África do ponto de vista econômico surja no início do século XX, momento de divulgação da teoria marxista, do nacionalismo europeu e da partilha imperialista colonizadora advinda dos resultados da Revolução Industrial<sup>62</sup>. Com isso, antes, não se deve considerar tal linha de raciocínio como de estímulo e resposta, mas que anteriormente a aquele momento uma resposta no nível da Economia política não era clara pelo desenvolvimento teórico e analítico de seus pressupostos, e pela forma de compreender a explicação social dos acontecimentos.

Contemporaneamente a António Sérgio, o historiador Jaime Cortesão refutou a ideia marxista daquele, e procurou englobar mais de uma variável, como a busca do ouro e chegada à Índia, além do combate à pirataria<sup>63</sup>. Uma interpretação como desemprego da nobreza surgiu no final da década de 1920, com João Lúcio de

---

<sup>59</sup> MARTINS, Oliveira. **Os filhos de D. João I**. Lisboa: Guimarães, 1983.

<sup>60</sup> LOPES, David. Os portugueses em Marrocos. In: PERES, Damião. (Dir.) **História de Portugal**. Barcelos: Portucalense, 1931.

<sup>61</sup> SÉRGIO, António. **Ensaio**. Lisboa: Sá da Costa, 1971. Tomo 1.

<sup>62</sup> Os estudos de Eric Hobsbawm a este respeito, ainda que não voltados em especial para a Península Ibérica, são interessantes para se pensar as ideias de nacionalismo e da interpretação do avanço capitalista no controle de regiões da África e Ásia, em sua ênfase na compreensão do funcionamento da sociedade naquele período na Europa. HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios**. 1875-1914. 11. ed. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steindel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

<sup>63</sup> CORTESÃO, Jaime. **A Expansão dos Portugueses no Período Henriquino**. Lisboa: Horizonte, 1975.

Azevedo<sup>64</sup>, ou ainda, a ideia do Plano das Índias pelo perigo turco, segundo Joaquim Bensaúde<sup>65</sup>. Estas visões procuravam debater António Sérgio e o móvel económico, que apesar das críticas se manteve devido em parte à interpretação de fôlego e respeito intelectual de Vitorino Magalhães Godinho, que em linhas gerais entendia Ceuta como a representação de um cruzamento tanto entre o Mediterrâneo como o Atlântico, onde teriam os mercadores portugueses acesso ao ouro, cereal e novas áreas de pescaria, além do resgate de cativos<sup>66</sup>. Godinho, ainda, teve a ponderação de afirmar na mutação de comportamento, cunhando o termo **cavaleiro-mercador**, como uma síntese do espírito pelas viagens marítimas, mas o mote económico sempre esteve no centro de sua explicação.

Novamente buscou-se refutar tal interpretação económica a partir de bulas de cruzada e combate à pirataria, que prejudicavam os portugueses através dos aprisionamentos<sup>67</sup>. Na década de 1970 a ênfase recaiu na ideia de Ceuta como ponto estratégico das atividades marítimas, tanto militar como defensivamente. Jorge Borges de Macedo, por exemplo, viu fatores que não deviam ser buscados a partir das prioridades atuais do historiador, mas a operação militar como estratégia, um equilíbrio de forças entre os reinos, principalmente a fim de assegurar a Portugal um equilíbrio ibérico, pressionando indiretamente Castela<sup>68</sup>. Esta interpretação se aproxima do contexto descrito no tópico anterior, onde o desencadeamento dos fatos foi entendido como dependente de circunstâncias internas e externas, o que elimina a análise de autonomia e escolha de disponibilidade de alternativas. Em raciocínio semelhante António Farinha entendeu a conquista de Ceuta como a afirmação de Dom João I no plano interno e externo<sup>69</sup>.

---

<sup>64</sup> AZEVEDO, João Lúcio de. **Épocas de Portugal Económico**. Esboços de História. 4. ed. Lisboa: Clássica, 1988.

<sup>65</sup> BENSAÚDE, Joaquim. **Origine du Plan des Indes**. Études sur l'Histoire des Découvertes Maritimes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1929.

<sup>66</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. **Os descobrimentos e a economia mundial**. Lisboa: Editorial Presença, 1983. 3 vols.

<sup>67</sup> DINIS, A. J. Dias. Antecedentes da expansão ultramarina portuguesa. Os diplomas pontifícios dos séculos XII a XV. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, t. 10, p. 86-106, 1962.

<sup>68</sup> MACEDO, Jorge Borges. História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. **Estudos de Geopolítica**. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 1987. vol. 1.

<sup>69</sup> FARINHA, António Dias. O interesse pelo Norte de África. In: ALBUQUERQUE, Luis de (Coord.) **Portugal no Mundo**. Lisboa: Alfa, 1989. vol. 1. p. 101-136.

Nas últimas décadas alguns estudos, ao invés de propor uma solução definitiva que demonstre a inviabilidade das precedentes, procuraram justamente analisar estas interpretações, e fragmentando em blocos o que antes era considerado genericamente expansão ultramarina. Assim, por exemplo, a organização da coleção **Nova História da Expansão Portuguesa**<sup>70</sup>, quando aborda o século XV, optou por separar em expansão no Atlântico e no Norte de África, por julgar que as motivações, objetivos e consequências de ambas as regiões foram distintas. Assim, no caso norte africano, os autores enfatizaram uma continuidade da ideia de **Reconquista**, mas inserida em contexto europeu, onde Ceuta representava uma importância a nível econômico e estratégico. O decorrer da costa atlântica, por sua vez, se mostra em interesses diferentes, e por isso esta divisão se apresenta adequada a evitar generalizações temporais e espaciais.

A partir da caracterização entre expansão marroquina e descobrimentos atlânticos, os objetivos gradualmente se separam, o que justificou a divisão de interpretações e preocupações dos historiadores, mas não a ponto de abandonar por completo os motivos geradores, ou nas palavras de Luís Filipe Thomaz “o capitalismo parece, pois, ser no tronco da expansão marítima portuguesa um enxerto – um enxerto que, como frequentemente sucede nos bacelos selvagens, lhe permite crescer e produzir frutos, sem contudo apagar totalmente certos caracteres atávicos da raiz”<sup>71</sup>. Desta forma, estas a falar de gênese, de princípio, e não de desenvolvimento. Tem-se a compreensão de não esgotar o tema em explicações, mas estas precisam estar bem definidas e sincronizadas, isto é, no presente caso de estudo, discutir o início e o contexto propiciador do interesse externo dos ibéricos.

Além dos interesses comerciais estarem mais evidentes, principalmente a partir do século XVI, o contato com outros continentes mostrou ao que parece uma maneira de interação diversa da até então praticada em solo africano com os muçulmanos; ou ao menos os interesses se pautariam em um discurso de conversão, em vários níveis, diferente do combate ao maometano. A este respeito, o

---

<sup>70</sup> Trata-se de uma coleção dividida em 11 volumes, abordando desde o que se entende por origens passando pelo império oriental, luso-americano e africano. SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. (Dir.) **Nova História da Expansão Portuguesa**. A expansão quatrocentista. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

<sup>71</sup> THOMAZ, Luís Filipe. Expansão portuguesa e expansão europeia – reflexões em torno da gênese dos descobrimentos. In: \_\_\_\_\_. **De Ceuta a Timor**. 2. ed. Lisboa: Difel, 1994. p. 35.



ensaio de Charles Boxer sobre a Igreja militante é um exemplo paradigmático. O estudo mostra como o contato com outras regiões e povos provocaram atritos pelo interesse na escravidão africana por parte dos portugueses, que incluía um preconceito racial, e que gerou animosidades. Objetivo dos missionários, a expansão da fé cristã passou por outros problemas em solos coloniais, como as condições climáticas e a infra-estrutura para a formação religiosa na própria região, ou mesmo distinções sociais ou raciais. Desta forma, não se pode generalizar tais contatos como estritamente econômicos, ainda mais envolvendo uma sociedade que se organizava na junção entre religião e política régia<sup>72</sup>.

Em artigo de 1983, Luís Filipe Thomaz reviu estas interpretações, e agrupou possíveis motivações em causas, como a centralização régia, a localização geográfica, o desejo pelo encontro do reino de Preste João, a busca do ouro sudanês, e a conquista do norte de África antes de Castela. Estes componentes existem quando vistos em conjunto sócio-econômico e político, como sugerido por Charles Boxer. A ideia de cruzada como fator ideológico possui um significado consistente, se entender a ideologia como um conjunto sistemático e coerente de representações e normas que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar. Lembre-se, ainda, que tal noção de conflito entre cristãos e muçulmanos apresentava-se como reorganizada contextualmente. Nos termos de Luís Filipe Thomaz,

Esquece-se, sobretudo, que o confronto que desde o século VII se dá no Mediterrâneo não é meramente o choque entre duas religiões, mas a rivalidade entre dois blocos políticos, culturais e econômicos, organizados cada um em torno de seu credo. [...] Lutar pela religião não é, pois lutar por algo de ideal e exterior à sociedade, mas pelo elemento central da sua própria individualidade cultural – logo, pela sua subsistência como entidade colectiva<sup>73</sup>.

Ainda que tal espírito ainda se fizesse presente na Península Ibérica e, portanto, não seria inovador ao contexto, pelo contrário, ele produziu uma carga discursiva muito atrativa aos objetivos dos mais interessados em levar a cabo um projeto expansionista. Talvez a grande ênfase dada pelo mote econômico teve

<sup>72</sup> BOXER, Charles R. **A Igreja Militante e a Expansão Ibérica: 1440-1770**. Trad. Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>73</sup> THOMAZ, Luís Filipe. Expansão portuguesa e expansão europeia – reflexões em torno da génese dos descobrimentos. In: \_\_\_\_\_. **De Ceuta a Timor**. 2. ed. Lisboa: Difel, 1994. p. 11.

inspiração nos modos de exploração da teoria marxista, que dentro desta lógica, agiria de forma revolucionária<sup>74</sup>. Desta forma, estas explicações buscaram antes ver um movimento econômico que substituiu completamente a linha de pensamento anterior do que uma continuidade de mentalidade, com ampliação de objetivos e interessados, e o peso da identificação da transição da Idade Média à Modernidade como blocos homogêneos e até antagônicos certamente contribuiu naquele sentido.

Em última hipótese, pode-se aventar a explicação em termos econômicos como retroprojetada, isto é, como de fato houve um interesse crescente no trato mercantil e escravista, e que levou ao comércio com outros continentes, vincular-se-ia tal objetivo desde os primeiros gestos embrionários, como que buscando uma comprovação nas ações iniciais das intenções que depois se mostraram voltadas à dinâmica econômica. Mas tal posição não se mostra muito comprovada nos documentos, e Luís Filipe Thomaz em outro artigo com Jorge Santos Alves faz tal interpretação entendendo uma mutação processual inclusive para a noção providencialista do Quinto Império da História ao reino português, o que inviabiliza a gênese expansionista apenas através do mercantilismo<sup>75</sup>. Desta forma, tal período é entendido como residual da tradição, com confluências e adaptações de posturas. O contrário, ou seja, pensar que não houve um projeto ou um plano de ações, que elas foram sanadas conforme o deparar das ocasiões seria também desprezar toda estrutura de pensamento e organização do governo.

Não se trata de propor exatamente uma longa Idade Média<sup>76</sup>, mas dentro deste recorte temporal existiram algumas alterações que marcam uma diferença

---

<sup>74</sup> Veja-se, por exemplo, o raciocínio de Karl Marx e Friedrich Engels, que influenciou tal interpretação: “A burguesia, historicamente, teve um papel extremamente revolucionário. Em todas as vezes que chegou ao poder, pôs termo a todas as relações feudais, patriarcais e idílicas. Desapiedadamente, rompeu os laços feudais heterogêneos que ligavam o homem aos seus 'superiores naturais' e não deixou restar vínculo algum entre um homem e outro além do interesse pessoal estéril, além do 'pagamento em dinheiro' desprovido de qualquer sentimento. Afogou os êxtases mais celestiais do fervor religioso, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo filisteu, nas águas geladas do calculismo egoísta. Converteu mérito pessoal em valor de troca.” MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 15. ed. Trad. Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 13.

<sup>75</sup> THOMAZ, Luís Filipe; ALVES, Jorge Santos. Da cruzada ao Quinto Império. In: BETHENCOURT, Francisco; COUTO, Diogo Ramada (Org.) **A memória da nação**. Lisboa: Sá da Costa, 1991.

<sup>76</sup> A reflexão levantada por Renan Frighetto, referindo-se à Antiguidade Tardia, parece ser pertinente para a condução desta pesquisa, como referencial teórico: FRIGHETTO, Renan. A longa Antiguidade Tardia: problemas e possibilidades de um conceito historiográfico. In: SEMANA DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 7, 2009, Brasília. **Programa de Estudos Medievais** (UnB), 2009 (Inédito).

conceitual, e permanências evidentemente podem ser observadas. Humberto Baquero Moreno sintetiza isto, considerando continuidades e rupturas:

Uma questão que tem dividido os historiadores portugueses consiste na determinação do momento exacto ou aproximado em que Portugal entra na Idade Moderna. Este problema encontra-se directamente relacionado com a caracterização dos ingredientes que definem o modernismo face o medievalismo representativo de um conjunto de manifestações que o determinam. Todo este processo traduz-se em assintonias que nos permitem considerar que existem diversos momentos, que pela sua heterogeneidade não permitem afirmar em termos cronológicos o salto da Idade Média para a Idade Moderna. Verifica-se a existência de diversos patamares cujo ritmo de desenvolvimento é assimétrico e desigual.<sup>77</sup>

A eleição do muçulmano como inimigo pode ser compreendida como uma entre algumas alternativas, pelo fato de ser um inimigo anteriormente conhecido e a escolha ter ocorrido em um momento onde a saída ibérica seria a condição mais favorável dentro do concerto político régio. De o itinerário coincidir com a presença muçulmana, dos pareceres favoráveis de tal prática como serviço de Deus, entende-se como a reativação de uma carga simbólica tradicionalista, em que justificava aquelas atitudes<sup>78</sup>. Pela tradição de hostilidades ibéricas entre eles e sua vinculação no discurso de ação religiosa, a ideia foi agregadora de adeptos. Torna-se, inclusive, impreciso definir como blocos de antagonismo perene, uma vez que pelo período em estudo a mistura do que se poderia julgar de cristão e muçulmano é considerável. Havia, obviamente, diferenças culturais e religiosas, que eram evocadas em momentos de instabilidade ou em afirmações identitárias, e sabe-se que o saldo ibérico fez-se de conflitos e interações dos dois lados. Não se deve, portanto, considerar apenas o contido diretamente na documentação, uma vez que ela é ideológica e implica na exaltação de uma parte dos envolvidos, a fim de exagerar e simplificar a realidade existente. Desta forma, nota-se como a guerra era um elemento constante naquela sociedade, mas dentro de uma lógica que permitia igualmente relações de outra maneira.

Naquela conjuntura, o peso da participação nobiliárquica e dos interesses de estabelecimento régio contribuíram para o conjunto de variáveis que podem ser

<sup>77</sup> MORENO, Humberto Baquero. A Idade Moderna entre luzes e sombras. In: NOVAES, Adalto. (Org.) **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 163.

<sup>78</sup> SANTOS, João Marinho dos. A expansão pela espada e pela cruz. In: NOVAES, Adauto (Org.) **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

observadas, bem como as relações diplomáticas ibéricas. Note-se que a questão do proveito material, amplamente referendado na documentação, existiu como objetivo dos envolvidos, mas na compreensão de bem advindo do providencialismo religioso e cultural, e não como lucro capitalizado. A precaução que se toma em relação à explicação econômica é devida a inexistência de ideais de um racionalismo estritamente financeiro. Jacques Le Goff afirma, por exemplo, que no período medieval como um todo “trata-se de figura de uma longa Idade Média, na qual os homens novos eram esmagados sob os símbolos antigos, a modernidade dificilmente conseguia abrir caminho entre os tabus sagrados, e os artifícios enganadores da história consideravam a repressão exercida pelo poder religioso um instrumento do sucesso terrestre”<sup>79</sup>, ou seja, a existência de uma lógica econômica distinta daquela observada por Marx e Engels na sua teoria e entendimento da sociedade, e que posteriormente foi seguida pelos estudos desta linha.

Ponderando o processo que já foi definido com relação ao fim da dinastia afonsina, tem-se como hipótese o deslocamento de nobreza desejosa de conflitos e retribuições simbólicas e materiais. A noção de conquista e fronteira tem o seu âmbito e atribuição definida não apenas como elemento físico, mas como espaço propício a desenvolver práticas identificadas com o confronto entre cristãos e muçulmanos, em consequência de aspirações peninsulares de estratégia de controle de espaços e pessoas<sup>80</sup>. Ou ainda, a fronteira entendida como

relación causa-efecto, con situaciones de diferenciación, de separación entre grupos humanos; es una barrera a veces física, administrativa, jurisdiccional, lingüística o comercial con una permeabilidad diferente en cada uno de esos aspectos según los lugares y la época, y sobre la cual repercuten de manera inevitable, aunque matizada por una larga serie de circunstancias, el conjunto de las relaciones entre dos sociedades vecinas<sup>81</sup>.

<sup>79</sup> LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida**: economia e religião na Idade Média. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 11.

<sup>80</sup> FARINHA, António Dias. A apropriação do espaço. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. (Dir.) **História da Expansão Portuguesa**. A formação do Império (1415-1570). Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. vol. 1. p. 118-221.

<sup>81</sup> CARRASCO, Diego Melo. Algunas aproximaciones en relación con el espacio fronterizo entre Castilla y Granada (S. XIII-XV): espacio, instituciones, guerras y tregua. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes; FRIGHETTO, Renan (Coord.) **Instituições, poderes e jurisdições**. I Seminário Argentina – Brasil – Chile de História Antiga e Medieval. Curitiba: Juruá, 2007. p. 70.

A fronteira, assim, pode ser compreendida como um espaço periférico, alternativo, de segunda ordem, de separação, mas que também interessava pelo elemento de atração de grupos ou pessoas desejosos de praticar condutas ou proibidas ou concorrentes no espaço entendido como central<sup>82</sup>. A porosidade da fronteira, assim, variava conforme as ações levadas a cabo e do grau de interação e justificativa de tais práticas, mas destacando aquelas de maior autonomia e pragmatismo.

A conquista marroquina em 1415 e sua permanência não significaram uma concordância unânime, como quase sempre ocorre nesses casos, pois sua manutenção onerava setores sociais que não tinham tantos benefícios, isto é, a honra e o prestígio caro aos nobres e aos prelados que viam a luta contra o muçulmano um serviço a Deus, e em menor número aos demais setores da sociedade portuguesa. Este ponto, inclusive, será discutido no terceiro capítulo, com casos analisados da documentação.

No lado mais ocidental, o Atlântico ganhava aos poucos uma exploração ou contatos mais frequentes e sistemáticos, ainda que fruto de aventureiros que pediam autorização régia, como nos arquipélagos de Madeira (1419-21) e Açores (1427-33), e a costa africana no Bojador (1422-33). No âmbito europeu, conseguiu Dom João I estabelecer laços com outros reinos, assegurando prestígio e reconhecimento, e através de casamentos políticos e acordos diplomáticos, uniu-se com Inglaterra, Aragão, Borgonha, além do aval pontífice pela conquista de Ceuta. Com o fim de seu governo, em 1433, a imagem que se tem é de um rei voltado aos interesses portugueses, que buscou fortalecer a identidade reinol, expandir a fé cristã, além de garantir que a instituição monárquica tivesse uma base de legitimação consistente. Parte dos relatos sobre seus atos encontram-se nas crônicas de Fernão Lopes, que diante do conjunto de seus escritos, o difere positivamente dos monarcas anteriores em qualidade e o exalta<sup>83</sup>.

---

<sup>82</sup> CENTRO/PERIFERIA. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coords.) **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2006. v. 1. p. 208.

<sup>83</sup> GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): o espelho do rei**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

A recuperação de algumas trajetórias interpretativas sobre a saída dos portugueses, apesar de ser um pressuposto para a crítica historiográfica, foi mais detalhada que em relação aos demais contextos devido à necessidade e importância do tema para a pesquisa. Como a documentação, e mais ainda, os objetivos propostos em projeto de pesquisa referem-se ou tiveram consequências deste processo, a exposição de possibilidades de abordagens já realizadas, antes de ser um expediente pretensioso, visa permitir a situação da análise desta pesquisa dentro destas correntes intelectuais, e mesmo pensar como sintonizar a documentação em seu contexto, evitando ao máximo o anacronismo. Assim, não se optou por tomar ingenuamente uma abordagem, por mais recente que seja, e espera-se que esta pesquisa venha contribuir para este debate.

Genericamente, dois eixos explicativos puderam ser observados na historiografia consultada: a saída como continuidade de práticas medievais, relacionada à noção de guerra cruzada; ou a revolução comercial, rompendo uma nova época de ambições dentro de um racionalismo econômico. Ambas indicam, enfim, a dificuldade de situar uma transição<sup>84</sup> de valores, o que como citado de Humberto Moreno aponta o problema da conceitualização. A passagem histórica configura-se tanto pelo conteúdo dos documentos como pelas opções teóricas que o historiador se vale, e uma alternativa viável seja considerar os caracteres não em comparação horizontal, mas sobrepostos e coexistindo, numa dinâmica em que os mais apropriados e reconhecidos permanecem. Ao invés de apenas estipular o termo transição, Bernard Guenée entende que “s’il n’y a pas lieu de libérer les XIV<sup>e</sup> et XV siècles de leur complexe de transition et de partir à la recherche de leur personnalité propre”<sup>85</sup>. Como o período possui características intermediárias e próprias, e talvez não seja um objetivo do pesquisador eliminar tal instabilidade de caracteres, antes compreender como foram pensados e assim entender o encaminhamento e a forma que posteriormente tomaram suas escolhas. Pode-se,

<sup>84</sup> Uma discussão interessante sobre esta questão da transição da Idade Média ao Modernismo pode ser consultada em: BASCHET, Jérôme. Os modelos de transição. **Signum. Revista da ABREM**, n. 8, p. 9-32, 2006.; SOUSA, Laura de Mello e. Idade Média e Época Moderna: fronteiras e problemas. **Signum. Revista da ABREM**, n. 7, p. 221-248, 2005.

<sup>85</sup> Concordando que os séculos XIV e XV foram de transição, o historiador defende que “Je me demande, avec Fr. Graus, s’il n’y a pas lieu de libérer les XIV<sup>e</sup> et XV siècles de leur complexe de transition et de partir à la recherche de leur personnalité propre. GUENÉE, Bernard. Y a-t-il un Etat dès XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles? **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**. 26e année, n. 2, 1971. p. 399-406.

ainda, observar um comportamento dispare do conjunto, de difícil classificação, o que indica a heterogeneidade de expressões e comportamentos, e não a simplificação conceitual sem debate interpretativo que encaminhe a discussão dos motivos e opções de tal conjunto.

### 1.3 ERUDIÇÃO NA CORTE PORTUGUESA DO SÉCULO XV

Com o reinado de Dom Duarte, não se apresentam muitas alterações no plano do governo, pois esteve junto de seu pai praticamente desde a década de 1420, e prosseguiu com os conselheiros e altos funcionários, além de intensificar a guerra em África e disponibilizar incentivos aos desejosos pelo acesso ao Atlântico. Assim, quando ascende ao trono em 1433, com quase 42 anos, esteve a metade na cooperação do governo de Dom João I. Provavelmente este fato tenha dado a maturidade mais que suficiente, o que se reflete nos escritos que deixa sobre a arte do governo e de si, no senso de compromisso e justiça, e por fim na continuidade das ações monárquicas.

Exemplo desta vinculação na esfera do governo são os pareceres em 1432 sobre a guerra, um ano antes de Dom João I morrer. Para Dom Duarte, a questão se mostrava complicada na medida em que apesar dos acordos de paz entre os reinos cristãos, a conquista do reino de Granada traria uma nova instabilidade, e a ampliação das atividades em solo africano uma dispersão do contingente português, o que já teria ocorrido aos que tiveram que decidir pela permanência de efetivo português em Ceuta. Diante da indecisão, ele pede conselho para várias pessoas do seu círculo próximo, e tanto o pedido como as respostas sugerem os objetivos e expectativas pela condução da política régia, além dos argumentos para defender suas ideias; estas, como se verá a seguir, não eram unânimes, como dificilmente são quando compartilhadas em grupos. Apenas o infante Dom Pedro não responde a solicitação naquele momento por estar em viagem pela Europa.

Os infantes Dom Henrique e Dom Fernando se mostravam favoráveis a seguir a prática de confronto contra os muçulmanos, tanto na África como em Granada. Para estes, não era correta a guerra entre cristãos, mas serviço de Deus apenas contra os inimigos da fé. Quanto à guerra em África, não bastava a conquista, senão a instalação de recursos, que não era totalmente disponível. No caso de Dom

Fernando, o filho mais novo de Dom João I, note-se que alguns documentos sugerem como motivação militar o fato de não ter sido até então muito agraciado de títulos e reconhecimento, sendo desta forma, um desejo de obter reconhecimento pelas armas.

De posição diferente, os condes de Ourém, Arraiolos e de Barcelos mostram opiniões não propriamente contra a guerra, mas esta direcionada em África teria mais ônus que benefícios. Postura quase que contraditória se pensássemos na nobreza como grupo de opinião coesa. Lembre-se, novamente, da hipótese em que a origem e patrimônio dos interessados pela empresa africana seriam de segunda ordem, o que indica o choque de objetivos aqui observados. Interessante observar a posição daqueles nobres, o que pode demonstrar que os interesses por ações extra-ibéricas provavelmente eram de pessoas que visavam com isso uma alternativa para o exercício do poder, ou não detinham um patrimônio constituído de forma sólida. Caso interessante é do infante Dom João, que discorre sobre a conversão como forma de prestar um serviço a Deus, postura incomum naquele círculo e momento, mas que acaba mesmo por concordar com a guerra, se esta fosse a solução mais aceita; o que de fato veio a acontecer. Olhando em conjunto, Joaquim Serrão entende que

[...] a corrente favorável à intervenção em Marrocos, nas vésperas da morte de D. João I, não dispunha de grande peso nos meios senhoriais. Foi a vontade de D. Duarte, a possível influência da rainha D. Leonor [esposa de D. Duarte] e o apoio diplomático do Papado que vieram a fortalecer a posição do infante D. Henrique que levou à empresa de Tânger. Desvaneceu-se então o projecto de ajuda militar em Granada, que apenas podia redundar em benefícios de Castela e Aragão, para tomar corpo a política mauritana que visava acabar com o isolamento de Ceuta como praça de guerra e centro económico implantado no Magrebe<sup>86</sup>.

O prosseguimento ocorreu para o ataque da cidade de Tânger, sendo que Dom Duarte recebe do papa Eugênio IV uma bula intitulada **Rex Regnum**, solicitando auxílio dos demais reinos, o que não ocorreu. O ataque em 1437 se mostrou insucesso devido a alguns fatores, entre eles o mau cumprimento do planejado a partir de Ceuta e o baixo contingente português, além de que os muçulmanos prepararam uma defesa eficiente e numerosa, diferentemente do

---

<sup>86</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. A formação do Estado Moderno (1415-1449). 3. ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1980. p. 44.



ataque à Ceuta, pois foram avisados e se prepararam. Com a captura do infante Dom Fernando, uma longa deliberação sobre o que proceder teve início, pois em troca do infante exigia-se a entrega de Ceuta, o que gerou resistência e dúvidas sobre a aceitação desta condição.

As Cortes realizadas no ano de 1438 em Leiria tiveram como principal assunto a resolução desta questão. Analisando as posições dos vários grupos reunidos, chegou-se a quatro propostas, a saber: devolver Ceuta e cumprir o trato; perguntar ao papa o que fazer, já que Ceuta era considerada um símbolo cristão em África; realizar novas negociações, tentando o resgate de outra forma; e por fim, não entregar a cidade e aguardar as medidas dos muçulmanos<sup>87</sup>. Frente a tantas opções e divergências, Dom Duarte não toma uma posição a fim de evitar desagradar setores de quem tinha apoio, e mesmo assumir o peso da decisão, e o problema se arrastou por anos até a morte do infante Dom Fernando em cativo.

Outro aspecto do período duardino foi a nomeação de Fernão Lopes como cronista do reino em 1434, mas o cargo não se restringia apenas a esta função<sup>88</sup>. O cronista tinha por atividade a guarda da Torre do Tombo, ou ainda, talvez não seja de estranhar que antes já tenha dedicado à tarefa ou o contato com historiadores e o material que serviu de referência. Note-se também que a indicação para o cargo pressupunha habilidades nesta área. Alguns pesquisadores procuram indicar que esta orientação para a escrita adveio com a influência da esposa de Dom João I, de origem inglesa que traria erudição daquele reino insular<sup>89</sup>. Antes, talvez, seja mais produtivo observar a tradição ibérica e perceber se esta dinastia não recupera as reflexões produzidas na península de longa tradição no gênero historiográfico, ou então se o contato com a Inglaterra foi efetivamente mais decisivo.

---

<sup>87</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. A formação do Estado Moderno (1415-1449). 3. ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1980. p. 52.

<sup>88</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **A historiografia portuguesa**. Doutrina e crítica. Lisboa: Editorial Verbo, 1972. vol. 1.; HISTORIOGRAFIA. In: COELHO, Jacinto do Prado. (Dir.) **Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira**. Porto: Livraria Figueirinhas, 1960.

<sup>89</sup> SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. **História da literatura portuguesa**. 16. ed. Lisboa: Porto Editora, 1995.

De qualquer forma, esta primeira metade do século XV marca uma produção de ideias e textos entendidos como doutrinários, que para Aida Fernanda Dias significou a

[...] mola impulsadora de um movimento cultural, quer pela prática efectiva das letras, quer por uma acção de incremento e de patrocínio garante da sua própria afirmação como poder. As obras que os membros desta família nos legaram primam pela linha formativa, nelas se espelham homens cultos, de sólida formação, filha do meio em que viveram, homens educados para governar e para comandar outros homens, segundo padrões de justiça, de rectidão, de disciplina, caldeados num profundo sentimento religioso e nos mais nobres ideais da cavalaria<sup>90</sup>.

Do rei Dom Duarte, como comentado, inicia-se uma série de solicitações de crônicas a Fernão Lopes, que produz a **Crónica de El-Rei D. Pedro** no final da década de 1430 e antes de 1443, a **Crónica de El-Rei D. Fernando**, escrita no meio da década de 1440, e a **Crónica de El-Rei D. João I**, esta composta em duas partes, de redação posterior a 1450, em contemporaneidade das escritas por Zurara. Como se pode observar, a escrita seguiu a sucessão cronológica dos reinados. Ele poderia ter escrito apenas a partir da instalação avisina, ou na sequência oposta, o que poderia indicar a prioridade da História a partir da dinastia instalada sobre a anterior, o que parece menos condizente com aquela realidade. Acredita-se que o registro historiográfico era compreendido dentro da sequência cronológica habitual, e por isso aquela ordem, por acentos de personalidade. Isto, contudo, não inviabiliza a construção positivada de Avis, pois ao mesmo tempo em que recriava acontecimentos passados em forma de texto socialmente reconhecido, possibilitava a leitura, enquanto elemento gerador de sentido, de qualidades do monarca Dom João I, filho do rei Dom Pedro também contemplado em crônica lopeana. Conforme estudado,

[...] a crônica atingia seu componente prescritivo, pela exaltação de atributos positivados no monarca de Avis, e possibilitava a comparação de ações com os reis anteriores. Esta comparação poderia gerar a concordância aos atributos com relação ao corpo político instituído, exatamente no momento de elaboração dos textos cronísticos. Causa e

---

<sup>90</sup> REIS, Carlos (Dir.) **História Crítica da Literatura Portuguesa**. Lisboa: Editorial Verbo, 1998. vol. 1 p. 308-309.

efeito, neste sentido, difícil de separar; se é que podemos pensar em divisão<sup>91</sup>.

Outra medida na esfera do governo foi o processo de recompilação legislativa que culminará com as **Ordenações Afonsinas**, o que para Armando Carvalho Homem e Isabel Pita expressa “en definitiva, la labor de este soberano [Dom Duarte] constituye el mejor exponente de los vínculos que se establecen en este período entre cultura, ideología del poder y exaltación de la dinastía reinante”<sup>92</sup>.

Percebe-se, pois, uma preocupação do monarca pelo que alguns pesquisadores entendem ser advinda dos **Espelhos de príncipe**, destinados formar e apresentar modelos portadores de valores vinculados com a teoria de afirmação da autoridade monárquica, além de visualizar um potencial organizativo da sociedade política, sendo o príncipe a figura mediadora dos demais membros, através de preceitos teológicos da cristandade<sup>93</sup>. Se a afirmação do poder secular era iminente a partir do século XIII, restava aos teóricos expor ideias sobre o papel e atribuições da monarquia, o que fizeram com propriedade. Dom Duarte, neste sentido, responde como receptor destas teorias moralizantes, mas ao mesmo tempo educador aos membros de sua corte, a quem provavelmente assimilaram como signos de hierarquia e justificativa das posições e privilégios sociais. Sinal material e ideológico desta intenção é o **Leal Conselheiro**, compilado em 1437 e 1438, obra que procura a partir do relato de sua experiência, extrair exemplos de virtudes e vícios. Tanto os textos cronísticos como os moralizantes, vistos a partir deste ponto de vista, inferem na qualidade e proposta de uma pedagogia política, informando preceitos e autorizando práticas. Não se pode afirmar que em outros momentos tais comportamentos e pressupostos normativos não existiram, mas a constatação

<sup>91</sup> ORTA, Daniel Augusto Arpelau. **Escrita, poder e glória**: cronistas tardo-medievais portugueses e a nobreza no primeiro movimento expansionista no noroeste africano (c. 1385-1464). Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. f. 61-62.

<sup>92</sup> HOMEM, Armando Luís Carvalho; BECEIRO PITA, Isabel. Rey y “totalidad nacional” em la obra de Don Duarte: En torno a los conceptos de prudencia y consejo. **Hispania. Revista Española de Historia**, vol. 67, n. 227, p. 934-935, 2007.

<sup>93</sup> Sobre estes textos doutrinários, consultar. MARTÍN, Bonifacio Palacios. El mundo de la ideas políticas en los tratados doctrinales españoles: los “espejos de príncipes” (1250-1350). In: **Europa en los Umbrales de la crisis: 1250-1350**. Pamplona: Gobierno de Navarra, 1995.; MIETHKE, Jürgen. **Las ideas políticas de La Edad Media**. Trad. Francisco Bertelloni. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1993.; SOUSA, José Antônio de; BARBOSA, João Morais. **O reino de Deus e o reino dos Homens**: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

documental aponta para a importância conferida e direcionada. A quantidade de textos e pedidos de escrita também são indícios importantes nesta direção.

#### 1.4 INTERLÚDIO REGENCIAL

Do testamento de Dom Duarte, a vontade do rei era que sua esposa fosse regente do reino até que seu filho completasse 14 anos de idade. Como tutora de Afonso ficaria a mesma, Dona Leonor de Aragão. Mas levantaram-se dúvidas quanto a vontade ser válida, porque consideravam tal atribuição uma decisão de Cortes aprovada pelos estados sociais e não uma decisão pessoal. Outro agravante foi o fato do reino ficar sob regência de uma mulher, de origem estrangeira, pensando em influência negativa por parte de seus irmãos aragoneses, da lembrança e dos problemas que esta condição tivera ao reino.

Optou-se então por convocar Cortes em Torres Novas. Nela a rainha fez juramento na presença do infante Dom Pedro, comprometendo-se a respeitar a vontade de seu marido. Os infantes também firmaram voto de servir o jovem rei. A proposta de Dom Henrique, conhecida como **Regimento do Reino de 1438**<sup>94</sup>, foi aceita como a mais adequada para se cumprir a condução política durante a menoridade de Afonso. Segundo a proposição, o governo ficaria partilhado entre a rainha, responsável pela educação do filho; o infante Dom Pedro era encarregado pela guerra e defesa do reino; e por um grupo do conselho real. No entanto, o descontentamento logo surgiu, e Pedro consegue o apoio das cidades de Lisboa e Porto, centralizando a regência em sua pessoa, fato aprovado em 1439, nas Cortes de Lisboa. Na interpretação de Armindo de Sousa,

O regimento de Torres Novas foi anulado e o infante D. Pedro, tal como há muitos anos o pai, declarado por pressão do povo 'Regedor e Defensor do Reino'; e, mais ainda, tutor e curador do rei. A rainha tentou resistir, apoiada por forças internas e pela promessa de ajuda dos seus irmãos de Aragão. Vai haver movimentação de tropas e clima de invasão iminente, mas sem consequências dignas de nota. A rainha foge para Castela, é acusada de se conluir com estrangeiros, despojada de todos os seus bens, e acaba por morrer em Toledo, no ano de 1445. Regressará a Portugal mais tarde, para

---

<sup>94</sup> Este texto pode ser consultado em: ALMEIDA, Manuel Lopes de; BROCHADO, Idalino Ferreira da Costa; DINIS, António Joaquim Dias (Subcomissão). **Monumenta Henricina**. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1964. vol. VI, doc. 96.

dormir no Mosteiro da Batalha o sono da paz perto do marido, que tal decidiu o filho de ambos, Afonso V<sup>95</sup>.

A regência de Dom Pedro, irmão de Duarte e filho de Dom João I, não se instala como um ato ingênuo em nome da segurança portuguesa. Pelo contrário, este infante era conhecedor dos meandros políticos, das posições cortesãs ao longo da Europa, culto e astuto, e que atuou de maneira contraditória em algumas situações<sup>96</sup>. Observando seu discurso quando recebe o poder em Lisboa, nota-se que adota a postura de publicamente não se propor a beneficiar clientelas, quais sejam, as elites nobiliárquicas, e mostra-se apegado genericamente ao reino. Outro gesto que depois foi visto como politicamente arquitetado foi o casamento de sua filha Dona Isabel com o novo rei, e na nomeação de seu filho homônimo como condestável do reino. Assim, tentara ajustar a autoridade frente às pressões senhoriais inimigas, como a do conde de Barcelos, que também possuía interesse em casar sua filha com Dom Afonso. Destes dois personagens, o conde de Barcelos e Dom Pedro, identifica-se o interesse em advogar pela generalidade do reino, mas valendo-se de familiares para instituir vínculos com a esfera régia.

Diante destas primeiras atitudes, pode parecer que entrou abertamente contra a nobreza. Mas algumas medidas e nomeações a cargos não mostram que ele foi tão centralizador como defendem alguns pesquisadores. Talvez seja mais ponderado entender que dentro das relações políticas, acabou favorecendo alguns, principalmente de seus laços familiares, o que evidentemente não elimina a oposição e a heterogeneidade de intenções. Aquela situação demonstra uma diversidade de opiniões, desejos e projetos, que produziram divergências.

Indicativo da leitura do processo político por parte de Dom Pedro é seu livro **Virtuosa Benfeitoria**, com propósito moralizante. Seu pensamento foi norteador pelos princípios religiosos, em especial o modo de explicar a autoridade do rei, através da vontade divina. Segundo António Saraiva e Óscar Lopes, tanto os

<sup>95</sup> SOUSA, Armindo de. Realizações. In: MATTOSO, José (Dir.) **História de Portugal**. A monarquia feudal (1096-1480). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. p. 502-503.

<sup>96</sup> LIMA, Douglas Mota Xavier de. Um ilustre viajante português no século XV: perspectivas iniciais acerca das viagens do infante Dom Pedro. In: ENCONTRO ESTADUAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS DO RIO GRANDE DO SUL, 1, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: AEDOS – Pós-Graduação em História UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/viewFile/9846/>> Acesso em: 16 de setembro de 2010.

escritos de Dom Duarte como de seu irmão “[...] testemunham o predomínio da ideologia da nobreza, que procura fortalecer a sua autoridade e consolidar a sua posição dirigente, dentro de uma sociedade instável em que a direcção política era disputada por diversos grupos sociais”<sup>97</sup>. O escrito petrino, marcando uma diferença de abordagem em relação ao **Leal Conselheiro**, entende compreender a conduta humana em sociedade, e sem discutir muitos temas abstratos, Dom Pedro reconhece, pois, a necessidade de um entendimento objetivo e prático dos governantes em suas medidas políticas.

No ano de 1446, o regente Dom Pedro resolve convocar Cortes, desta vez para por em prática o teor do acordado anteriormente, em face da aproximação da maioria de Dom Afonso, além obviamente de tratar de outros assuntos, como decisões jurídicas e económicas. Para Joaquim Serrão,

Uma das mais valiosas decisões respeitava à paz com Castela, que fora mantida, segundo os procuradores, graças ao bom governo havido. Como não era de recear qualquer novo ataque, deviam os fidalgos deixar as 'frontarias', entregando os castelos da fronteira à sua guarda a escudeiros ou pessoas de confiança. Impunha-se evitar o malefício de, entre as pessoas recrutadas para a defesa da raia, haver homiziados e outra gente que se dedicavam a roubos e à passagem de gado para Castela, o que era motivo de agravo para os povos e origem de conflito com os vizinhos<sup>98</sup>.

A crise que teve desfecho na batalha de Alfarrobeira em 1449 foi agravada um ano antes, com a incompatibilidade de Dom Pedro e a casa de Bragança, e também por Dom Afonso solicitar uma devassa nas doações feitas entre 1438 e 1446<sup>99</sup>. Boatos de intenções de invasão ao reino de Castela e preparação de tropas contra o monarca instaurado também tiveram peso para instabilizar a imagem do tutor do futuro monarca.

Frente ao estado de tensão, Dom Afonso ameaça confiscar bens e privilégios daqueles que se posicionassem a favor tanto do infante como do condestável Dom Pedro, seu filho. Do impasse partiu-se para o confronto civil, ocorrido próximo de

<sup>97</sup> SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. **História da literatura portuguesa**. 16. ed. Lisboa: Porto Editora, 1995. p. 114.

<sup>98</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. A formação do Estado Moderno (1415-1449). 3. ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1980. p. 67.

<sup>99</sup> Veja-se o estudo mais detalhado a respeito: MORENO, Humberto Baquero. **A Batalha de Alfarrobeira**. Antecedentes e significado histórico. Coimbra: Lourenço Marques, 1973. 2 vols.

Lisboa, entre partidários de Dom Afonso e Dom Pedro, sendo o momento de afirmação do filho de D. Duarte e morte de seu tio. Segundo Humberto Moreno,

a oposição de D. Pedro à alienação do património da coroa em benefício da nobreza aumenta significativamente o número dos seus inimigos. Assim, quando D. Afonso V alcança a maioridade o antigo regente começa a perder terreno. A brutal reacção da nobreza, com acusações infundadas, conduz o duque de Coimbra [D. Pedro] ao drama de Alfarrobeira, em 20 de Maio de 1449, onde os seus partidários se vêem confrontados com a confiscação de seus bens e a perda dos seus direitos cívicos, cuja reparação apenas resultaria com a concessão de cartas de perdão e a amnistia geral de 1455<sup>100</sup>.

A representação que foi fixada após a batalha procurou afirmar uma intenção do antigo regente em derrubar o futuro monarca, ou ainda, que tal medida de guerra foi necessária diante dos mecanismos tomados por Dom Pedro. Assim, a ambição pelo poder foi a principal tese apresentada, e diante de sinais de que o duque de Coimbra não demonstrasse tal propósito, seria antes uma dissimulação para eliminar o seu sobrinho. Lembre-se, evidentemente, que se trata da explicação a partir dos vencedores e opositores de Dom Pedro, mas que também sugere a quanto estava a rivalidade entre os setores da sociedade política, com a culminação do conflito militar interno.

## 1.5 PERÍODO AFONSINO E EXALTÇÃO NOBILIÁRQUICA

Do ponto de vista da administração e da condução da monarquia, o reinado de Dom Afonso V é visualizado na historiografia como de fortalecimento da nobreza, seja através de privilégios, seja pelo simbolismo hierárquico. Renata Cristina do Nascimento pesquisou as queixas em Cortes do período afonsino, e chegou a conclusão de que

as tensões que se polarizaram entre o poder senhorial e real explicam as alianças preferenciais e a constante concessão de privilégios à nobreza. Os nobres queriam reforçar a hierarquia social favorável a estes e encontraram em Afonso V meios para que isso se processasse. Os abusos cometidos pela nobreza expressam a forma encontrada por esta camada para sobreviver às mudanças que ameaçava, seu status quo. As disputas devidas à ascensão de indivíduos oriundos de outros grupos sociais, a ingerência crescente do mundo urbano com novos referenciais e a concorrência com o poder da coroa fizeram que este grupo tentasse manter

<sup>100</sup> MORENO, Humberto Baquero. Portugal: do Mediterrâneo ao Atlântico, no século XV. **História. Revista da Faculdade de Letras**, Porto, vol. 13, p. 201, 1996.

a todo custo seus privilégios. D. Afonso V, como vimos, representou a possibilidade de perpetuação de uma ordem social em um mundo que estava prestes a ruir<sup>101</sup>.

A política externa afonsina foi marcada com grande acento para a África, o que levou ao epíteto de **Africano**. Antes de caracterizar tal postura como anacrônica, precisa-se sugerir uma explicação contextual, relacionada principalmente com os pedidos de crônicas sobre a região e o público a qual se destina. Uma pista pode ser encontrada no contexto tardio de Cruzadas na Europa, que após a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453 propicia a convocação de uma pelo papa Calisto III. Tal preocupação com os avanços orientais iniciou-se algumas décadas antes, mas segundo Armindo de Sousa,

É ver D. Afonso V disputar a dianteira nos preparos e fervor. Tomou a causa como sua e dá mostras de temer que outros príncipes cristãos o ultrapassem no empenho. [...] Preparou-se. Cortes para obter dinheiro; amnistias para obter guerreiros; cunhagem nova para obter moeda forte. Enviou embaixadas e cartas aos países; reforçou Ceuta para dissuadir oportunismos da moirama; obteve fáceis bulas para indulgências e dízimos. E, prontíssimo, aguardou sinal de marcha. Que não veio. Os outros reis não quiseram. Que fazer dos preparos e das bulas? África. Marrocos. A cruzada aqui ao pé, guerra nossa de cada dia, igual substância<sup>102</sup>.

Com o fracasso da cruzada ao Oriente, assim, o interesse pela África parece ter sido uma alternativa condizente. Note-se, obviamente, que a presença portuguesa ocorria desde algumas décadas, incentivada por outros monarcas, mas o desejo pelas informações inseridas na História coincide com reinado afonsino. Não se tratava apenas da escrita de crônicas, mas da continuidade da presença na região, inclusive com a tomada de Alcácer Ceguer em 1458 com colaboração de Dom Duarte de Meneses, filho do primeiro governador de Ceuta e protagonista de uma crônica de Zurara.

A divulgação dos feitos passados através da crônica surge como instrumento propagandístico de exemplo e incentivo, ou pelo menos justificativa. Para Humberto Moreno, “apesar das graves dificuldades económicas que se vivem em Portugal,

<sup>101</sup> NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. **Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição: o reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. f. 215.

<sup>102</sup> SOUSA, Armindo de. Realizações. In: MATTOSO, José (Dir.) **História de Portugal**. A monarquia feudal (1096-1480). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. p. 505-506.



devido sobretudo aos excessos da coroa, D. Afonso V aparece-nos vocacionado para uma política africana, tudo parecendo indicar que o seu principal mentor foi D. Henrique como representante dos interesses da nobreza cujo património ia crescendo, com bruscos aumentos nas vésperas das operações militares”<sup>103</sup>. Como será discutido nos próximos capítulos, tem-se a hipótese que as crônicas foram dispositivos políticos de justificativa aos privilégios nobiliárquicos, e o retorno ao passado o mecanismo adequado a expor argumentos de hierarquia e benefício.

Em 1460, por exemplo, o rei Dom Afonso V recebe uma carta do condestável Dom Pedro<sup>104</sup>. Os laços familiares tinham sido reconstituídos, e aquele apresenta um argumento sobre a guerra em África em termos de legitimidade. O que é mais interessante da sua opinião não é propriamente se a guerra contra o muçulmano é correta, mas se o rei deveria ser o executor de tal objetivo. E para o condestável, o monarca não teria por principal obrigação tal empresa, ainda que legítima. Acima da intenção, havia na argumentação o senso de prioridade, ou ainda, de viabilidade e execução. Através dos valores políticos e morais, entende o ofício régio como reger com justiça a sociedade, e a batalha não declarada uma prática não recomendada, isto é, apenas caso houvesse ameaça, o que não considerava ao momento. A observação dos princípios norteadores dos **Espelhos de príncipe** sugere tal opinião, isto é, da figura real como mediadora dos grupos sociais, idealizado, portanto.

Foi neste contexto, pois, que se inserem novamente as solicitações de escrita cronística. Note-se que Gomes Eanes de Zurara foi nomeado guarda-mor das escrituras da Torre do Tombo em 1454, o que encarregava também da escrita de crônicas, cargo até então sob responsabilidade de Fernão Lopes. Se atentar para as datas de provável primeira composição dos textos, observa-se que após o insucesso da convocação pontifical à cruzada, isto é, em 1457, os temas e o grupo enaltecido passam da monarquia para a nobreza. A sequência dos escritos de Zurara inicia com a **Crónica da tomada de Ceuta**, começada em 1449 e terminada no ano

---

<sup>103</sup> MORENO, Humberto Baquero. Portugal: do Mediterrâneo ao Atlântico, no século XV. **História. Revista da Faculdade de Letras**, Porto, vol. 13, p. 202, 1996.

<sup>104</sup> A transcrição do documento, bem como a apresentação do assunto pode ser encontrada em: FONSECA, Luís Adão da. Uma carta do Condestável dom Pedro sobre a política marroquina de D. Afonso V (1460). **História. Revista da Faculdade de Letras**, Porto, vol. 1, 1970.

seguinte; esta é aceita como a terceira parte das crônicas de Dom João I, pela maneira como este monarca é retratado. No caso **Crónica dos feitos de Guiné**, teve a versão elaborada entre 1452 e 1453. Perceba que ambas foram escritas antes da nomeação oficial de guarda-mor, e tratam de acontecimentos envolvendo membros da casa dinástica, como na primeira parte da **Crónica dos feitos de Guiné** com o elogio explícito ao infante Dom Henrique. Para as duas últimas, as **Crónica do conde D. Pedro de Meneses** e **Crónica do conde D. Duarte de Meneses**, foram compostas entre 1458 e 1464 para a primeira, e 1464 e 1468 para a segunda. São documentos mais extensos, e com o foco a destacar os exemplos nobiliárquicos em contato de guerra contra os muçulmanos em África e, portanto, mais próximos dos interesses e objetivos identificados como o monarca Afonso V.

Os acontecimentos narrados já haviam ocorrido à época com mais de três décadas, mas transpor em crônica, em categoria historiográfica, pode ter significado a visualização de práticas desejadas por uma parcela do corpo político português, ou ainda, reconhecer tal grupo como portador de privilégios e encaminhamentos valorados positivamente.

De papel destacado, ainda que Dom Afonso V não tenha sido o iniciador, as **Ordenações Afonsinas** constituem uma compilação legislativa com finalidade de gerir o reino de maneira mais eficaz e unificada, ainda obviamente com os problemas e dificuldades de sua efetiva aplicação; mas trata-se de um projeto com vista ao controle político e social.

No plano dos registros chancelares, isto é, a repartição responsável pelas validação e expedição dos atos escritos de autoria régia, o reinado de Dom Afonso V iniciou uma atualização dos mesmo, que segundo estudos de Avelino de Jesus da Costa, “tendo-se os Povos queixado a D. Afonso V, nas Cortes de Lisboa de 1459, da grande dificuldade que tinham em obter certidões dos registros reais da Torre do Tombo, [...] el Rei ordenou ao seu cronista que passasse para novos livros os documentos mais importantes, deixando ficar os outros”<sup>105</sup>. Assim a Zurara foi solicitado que procedesse a uma triagem de todos os registros originais até o ano de 1449, e encarregou ao escrivão Fernando de Elvas a tarefa de copiar por extenso os

---

<sup>105</sup> COSTA, Pe. Avelino de Jesus da. A Chancelaria Real Portuguesa e os seus registros, de 1217 a 1438. **História. Revista da Faculdade de Letras**, Porto, vol. 13, p. 95-96, 1996.

documentos de maior interesse, e fazer um resumo de outros. Depois de feitas as transcrições, e conferido os originais, marcava-se os documentos e podia-se destruir ou abandoná-los<sup>106</sup>. Lembre-se, ainda, que tais documentos transcritos devem ser entendidos como reduzidos do universo original, pelo número e conteúdo, já que alguns pesquisadores identificam equívocos de leitura paleográfica<sup>107</sup>.

## 1.6 ALGUMAS PONDERAÇÕES

Do que foi proposto nesta exposição, e do encaminhamento seguido, algumas observações precisam ser feitas a fim de estabelecer os eixos temáticos pertinentes. Primeiramente, a seleção contextual foi baseada no arco cronológico que cobre as personagens da pesquisa e o período em que foram produzidos os documentos, e tal hiato temporal não foi excessivamente extenso, o que permitiu sua apresentação em conjunto.

A leitura da discussão historiográfica permitiu evidenciar que o período em apreço é transicional, e além da sua caracterização habitual, percebeu-se que algumas maneiras de abordar o tema ou vinculam a uma continuidade medieval ou um início moderno, como partes segregadas. Sugere-se, no entanto, relativizar tais posturas e tentar observar a pertinência analítica de situações sobrepostas, ou por contraste, evitar um pensamento que tome aspectos medievais como sendo desapegados à anseios materiais e econômicos, ou no caso oposto, a burguesia entendida como classe social sem uma carga tradicionalista, apropriada ideologicamente. Espera-se que o estudo das trajetórias das personagens contidas na documentação permitam compreender sua origem, interesses e consequências, para com isto entender o nível de confluência dos valores acima descritos, bem como contribuir para o esclarecimento da definição de transição.

Não se entende a transição como ausência de características, ou como se estas fossem simplesmente a junção de dois elementos, mas que a mesma é fruto de escolhas das pessoas conforme suas posturas e ciência do que consideravam

---

<sup>106</sup> Apesar do processo de seleção e redução do volume documental, alguns livros foram mantidos até que no século XVI não constavam mais no inventário do Arquivo da Torre do Tombo.

<sup>107</sup> **CHANCELARIA RÉGIA**. Direcção-Geral de Arquivos. Arquivo Nacional Torres do Tombo, Lisboa. Disponível em: <<http://digitalq.dgarq.gov.pt/?ID=3813585>> Acesso em: 16 de setembro de 2010.

adequados. Identificar tais valores e compreender o motivo de alguns manterem uma tradição, resignificar um comportamento, ou por oposição, abandonar práticas e pensamentos, faz parte dos objetivos desta pesquisa histórica.

O estudo historiográfico produzido sobre o período também permitiu entender e deixar mais claro o quanto a heterogeneidade dos interesses políticos esteve presente no grupo nobiliárquico que cercava a monarquia portuguesa, apesar deste grupo auto-representar uma identidade homogênea. Tem-se como pressuposto a disputa por poder através das relações políticas personalistas, e mesmo onde estas pareciam bem estabelecidas, como aos apoiadores de Dom João I na elevação a qualidade de rei, percebeu-se como alguns anos depois alguns dos seguidores exilaram-se em Castela, outros foram alçados, enfim, o que demonstra justamente a qualidade e fragilidade dos vínculos pessoais; estes são tecidos no serviço e apoio, em relações instáveis de acordo com a viabilidade dos contatos. Do estudo ora apresentado, busca-se entender tais dinâmicas através deste ponto de vista, ou ainda, identificar os comportamentos e as linhas seguidas visando os interesses em nível de atuação na esfera pública.

E por fim, percebeu-se como a tipologia documental necessita de uma abordagem particularizada, pois as crônicas eram objetos reconhecidos em um circuito restrito, fruto de interesses legitimadores e identitários. O anseio pela informação pretérita, e mesmo a produção doutrinária dos infantes, sinalizam para a importância do comportamento regado em sinais distintivos, com significado no campo da cultura política. No caso da chancelaria, ainda que sendo registros régios e produzidos para uso corrente, a triagem iniciada com Zurara significou uma seleção material, o que implica entender os mecanismos de afirmação de privilégios e direitos senhoriais.

Assim, por fim, espera-se desenvolver o estudo histórico a partir dos eixos de Cultura e Poder, compreendidos dentro das relações sociais historicamente documentadas. As informações discutidas e apresentadas nesta parte da pesquisa visaram esclarecer informações importantes para perceber quais eram as linhas mais destacadas, para posteriormente à luz da documentação cotejada, fazer sua devida vinculação e evitar interpretações previamente fundadas em pressupostos

estritamente teóricos. Desta maneira, espera-se ponderar as discussões já realizadas com a contribuição aqui desenvolvida.

## 2 GÊNERO HISTORIOGRÁFICO

Este capítulo tem por objetivo realizar uma discussão acerca do gênero cronístico produzido por Gomes Eanes de Zurara no baixo medievo português. A escrita cronística, como será discutido adiante, compõe um subgênero da História, e sua devida classificação se faz necessária. Posteriormente, uma análise do objeto selecionado e seu contexto se torna mais eficaz, baseado em tipologias que permitem comparar e perceber tradições. Desta forma, o estudo ganha relevância em sua perspectiva analítica, e não se torna apenas uma interpretação sem referenciais; procura-se, também, evitar generalizações a partir do autor e sua obra. Será tomada como hipótese a sua inserção dentro de uma tradição historiográfica ampla, onde as informações contidas teriam um significado de destaque devido à categoria historiográfica, transpondo dimensões de percepção interpretativa, ou ainda, no valor de reconhecimento e crédito do suporte historiográfico.

A estrutura deste capítulo será dividida em algumas partes: uma que abordará a construção historiográfica e suas características, envolvendo História e poder; outra que versará sobre a Retórica e os dispositivos de formação da argumentação, em especial os apropriados aos textos historiográficos. Por fim, será dada atenção a formação e produção culturais europeia e ibérica, em sua generalidade, e ao conteúdo selecionado do cronista em questão. Assim, portanto, espera-se definir a percepção de historiografia de Gomes Eanes de Zurara, dentro de uma tradição de longa duração.

### 2.1 DEFINIÇÃO DE ESTILO

A produção historiográfica provavelmente desde sua origem enquanto entendimento da relação presente-passado procurou estabelecer uma conexão entre o que registrava e seu ato de registro. John van Seters, quando procurou balizar suas premissas para o trabalho extensivo sobre as origens da historiografia bíblica, se inspirou na seguinte definição de Johan Huizinga como linha condutora ao seu estudo: “História é a forma intelectual na qual uma civilização presta contas

do seu passado a si própria”<sup>108</sup>. Esta se caracteriza por alguns pontos essenciais, que ao longo do proposto neste trabalho serão buscados e analisados. Estás a falar da noção de historiografia, e o que o historiador holandês definiu por forma intelectual é uma vinculação identitária, aquilo que ela deseja ser enquanto formação da coletividade, justificando atitudes e personagens.

A referência identitária acaba por ser inserida dentro de um contexto marcado por uma historicidade, própria do gênero histórico. Tal referência acaba por ter uma conotação tradicionalista, e nas palavras de John van Seters “a tradição é usada para fortalecer a crença, explicar ou atribuir significado à maneira de ser das coisas, dominar pessoas e instituições com autoridade, legitimar práticas, controlar o comportamento, criar a noção de identidade pessoal e coletiva e comunicar habilidades e conhecimento”<sup>109</sup>. Por isso a historicidade é essencial para determinar seu valor, isto é, a época em que foi produzida, seus referenciais e o público destinado. Neste sentido, a produção historiográfica é ao mesmo tempo uma atividade constante e que varia conforme o local e tempo, vindo a se constituir referência de coesão social, ou identidade advinda da memória coletiva<sup>110</sup>.

Outro ponto importante da proposta acima enunciada refere-se à capacidade de organizar o texto conforme princípios e objetivos, que o torna historiográfico na elaboração repleta de referenciais e dispositivos constituintes, ou ainda, um gênero ou estilo. Entende-se por gênero

uma variedade de texto historicamente estável, dotado de traços distintivos evidentes. [...] O fato fundamental a respeito de um gênero é que ele tem alguns traços distintivos, prontamente identificáveis, que o opõem a outros gêneros, e que esses traços permanecem estáveis por um período de tempo considerável. Na maioria dos casos, um gênero particular também ocupa um lugar bem definido na cultura do povo que o utiliza<sup>111</sup>.

<sup>108</sup> HUIZINGA, Johan. A Definition of the Concept of History. In: Philosophy and History: Essays Presented to Ernest Cassirer, p. 9. Apud. SETERS, John van. **Em busca da História: historiografia no mundo antigo e as origens da História bíblica**. Trad. Simone Maria de Lopes Mello. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 19.

<sup>109</sup> **Ibidem**, p. 21.

<sup>110</sup> A este respeito, consultar LE GOFF, Jacques. Memória. In: \_\_\_\_\_. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

<sup>111</sup> GÊNERO. In: TRASK, R. (Org.) **Dicionário de linguagem e lingüística**. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004. p. 123.

Desta maneira, compreende-se o produto historiográfico dentro de um universo, caracterizado principalmente por ser mais que um registro de uma época, pois sua elaboração, o que se entende por forma intelectual, permite investigar a maneira de sua composição e objetivos, os referenciais ou tópicos de discurso, e não apenas um registro de dados e informações; é justamente seu caráter construtivo que interessa ao pesquisador, que pode relacionar sua construção, os elementos e o contexto a qual foi destinado.

Assim, John van Seters acaba por definir critérios para seu estudo, que podem ser também empregados para a presente análise. São eles: a escrita da história é uma forma específica da tradição, não uma qualquer acumulação de dados; ela não é um relato preciso do passado, mas leva em conta o motivo de se recordar o passado e o significado atribuído; a escrita da história busca causas das condições no presente de sua redação; tal escrita tem conotação coletiva, faz parte da tradição literária de um grupo. Note-se que tais definições são marcadas fortemente pelo conteúdo dos textos analisados pelo autor, não sendo, pois, uma classificação universal ao estudo histórico, tão pouco para outras tipologias documentais. Entretanto, suas balizas são compatíveis com a documentação selecionada para análise, por ser esta também do tipo historiográfico. Ao longo de sua pesquisa, pode-se perceber que tipologias foram estabelecidas, mesmo onde elas não fossem auto-referenciais. Sua preocupação foi, sem dúvida, pela característica da escrita historiográfica: ela ser uma construção do passado, se referir ao mesmo e possuir vinculações ao presente a qual foi elaborada. Outro aspecto decorrente é de que a escrita historiográfica marca-se como gênero, o que vale afirmar que possui características e limites.

Esta questão do gênero historiográfico pode trazer alguns mal entendidos, que precisam ser esclarecidos. Primeiramente, os textos que são classificados nesta categoria por muito tempo foram considerados os únicos referenciais para o estudo do passado<sup>112</sup>. A própria forma e conteúdo permitem entendê-los desta maneira, já que seus autores procuravam construir uma dimensão temporal e simbólica com

---

<sup>112</sup> Boa parte da historiografia do século XX que teorizou sobre a ciência história observou uma preocupação e seleção anteriores sobre tal tipologia. REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**. A inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.; BURKE, Peter (Org.) **A escrita da História**. Novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.; DOSSE, François. **A História**. Trad. Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru: EDUSC, 2003.



seus relatos, desvinculando-os de outros tipos de expressão. No entanto, tratava-se de um recurso retórico, ideológico e estilístico que conferia legitimidade à tais escritos, e que posteriormente foram criticados, assim como outros tipos de documentos.

Com a crítica que questionou tal premissa retórica, demonstrando que se tratava de um objetivo de afirmação textual e baliza linguística, e ao mesmo tempo em que outros objetos foram entendidos como indícios do passado, os textos historiográficos ficaram à margem dos estudos. A ampliação do universo das fontes, atrelando novos interesses e grupos com novas problemáticas, contribuíram igualmente para o descrédito de tais documentos, vistos a partir de então como lugar-comum, elogios superestimados e questionados quanto à premissa de verdade. A desconfiança tendeu praticamente à consideração oposta, ou seja, de textos tendenciosos e esquecidos de análise. Pode-se igualmente afirmar que tais documentos foram pesquisados por muito tempo, e que novas problemáticas seguiam novos documentos<sup>113</sup>.

Uma possibilidade de enquadramento teórico deste aspecto pode ser buscada nas reflexões levantadas por Francisco Falcon<sup>114</sup>. Segundo este historiador, História e Poder foram por muito tempo conceitos associados, isto é, o poder pode ser tanto um objeto para o estudo da História como também vinculado à produção historiográfica. Desta duplicidade, a crítica feita sobre a chamada **História política tradicional** afirmou que boa parte da historiografia outrora produzida privilegiou a política (ação pública abarcando a coletividade) como único campo do poder e mesmo da História. Note-se que o autor delimita seu conceito de História como produção historiográfica, o que permite relacionar suas perspectivas com o presente estudo. Assim, o conteúdo, os produtores e os referencias destes documentos imbricaram na união de História e Poder, seja pelos assuntos privilegiados, seja pelos objetivos. Por outras palavras, pode-se identificar tais textos pelo tratamento dado a determinados aspectos da política, na produção e no conteúdo.

---

<sup>113</sup> Uma reunião de temas e reflexões a respeito pode ser encontrada em: LE GOFF, Jacques. (Org.) **A nova História**. 5. ed. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

<sup>114</sup> FALCON, Francisco. História e Poder. In: VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro Flamarion. (Org.) **Domínios da História**. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

A **Nova história política** buscou, em contrapartida, revisitar o tema do poder, no plural, com suas relações, bem como os saberes enquanto poderes e seus discursos. Prestando atenção aos elementos simbólicos da representação e suas conexões com as práticas sociais, a pesquisa histórica necessita, na opinião de Falcon, de três tarefas: a primeira é marcar uma distância com a História política tradicional; depois se apropriar de métodos e teorias (principalmente da Sociologia e da Ciência Política) para produzir abordagens e hipóteses no campo da História política; e por fim, definir novas problemáticas. Ao que parece, o percurso da História política nas últimas décadas se aproxima dos demais campos de investigação histórica, qual seja, da crise de paradigmas ou senão a contestação de premissas interpretativas, tanto do ponto de vista ideológico ou metodológico<sup>115</sup>.

As indefinições de um projeto coerente e da multiplicidade de opções interpretativas acabam criando um diálogo entre surdos, com a baixa possibilidade de conexão entre os estudos, ainda que inseridos no mesmo campo de pesquisa histórica. A própria definição de conceitos, ou sua aplicação e constatação em documentos e pesquisas amplas, se torna reduzida, devido ao entendimento do relativismo e auto-percepção da carga pessoal do pesquisador sobre seu objeto de estudo. Em outras palavras, o componente científico de abordagem da realidade histórica se dilui com a constatação da variedade de perspectivas de análise, ocupando tais questões de fundo teórico demasiada atenção em relação ao estudo empírico. No caso desta pesquisa, não se busca a verdade, a totalidade histórica, a padronização homogênea de conceitos e métodos, um programa de funcionamento do estudo histórico, mas realizar uma pesquisa de como os documentos foram produzidos, percebidos e utilizados, buscando com isso definir um conceito de historiografia a partir das conclusões levantadas.

Espera-se não debater extensamente nesta questão, mas o estudo da produção historiográfica não deve ser descartado, pois como já mencionado, seu caráter construtivo, seus recursos e objetivos são o cerne da proposta desta pesquisa. O que significa afirmar que estudar textos marcados como História não significa em hipótese alguma concordar passivamente ao seu conteúdo e sua

---

<sup>115</sup> Sobre este balanço e mesmo crise de paradigmas, consultar. REVEL, Jacques. História e ciencias sociais: os paradigmas dos Annales. In: \_\_\_\_\_. **A invenção da sociedade**. Trad. Vanda Anastácio. Lisboa: Difel, 1990.

retórica; antes disso, espera-se compreendê-los à luz de uma crítica, e busca-se localizar os tópicos e maneiras de composição, além é claro de compreender o que foi relatado. Entender a historicidade dos textos historiográficos implica, portanto, na aceitação que foram produzidos dentro de um contexto em que tais premissas não apenas eram válidas como também bem recebidas, e talvez seja considerado anacronismo propor uma crítica que leve em consideração as questões atuais do tratamento e mesmo do estudo histórico aos historiadores analisados; antes, pretende-se analisar a elaboração historiográfica para compreender seu significado contextualizado, e definir o entendimento daquela sociedade sobre os textos históricos e os valores sociais contidos neles.

Como o objeto selecionado para análise é uma crônica, centrar-se-á uma discussão sobre o que pode ser classificado para este gênero. Segundo Pedro Juan Galán Sánchez, a obra de Eusébio de Cesaréia (séc. IV) marca o modelo, e entre a teoria, causas da aparição e evolução do estilo, traça elementos muito importantes para uma definição. Para aquele pesquisador, a crônica é um subgênero da historiografia, e possui quatro eixos constituintes, que podem ser indicativos para comparações: a cronologia, o estilo plano, o universalismo e a visão providencialista<sup>116</sup>.

No primeiro aspecto, apesar de Galán Sánchez entender que a sequência cronológica não seria a base da crônica de Eusébio, como posteriormente se tornou aos demais textos do gênero, ela marca um referencial organizador dos eventos, ainda que sem relação interna entre eles. O estilo plano, por sua vez, significa impessoalidade de escrita, ainda que hipotética e programática. Tomado como registro do passado, e dentro da lógica de legitimação e afirmação da dimensão temporal, o autor apenas se propõe a relatar, procurando não comentar ou dar juízo de valor, seguindo uma descrição padronizada dos relatos. A função entendida do cronista era estabelecer um breviário de acontecimentos, extraído de várias fontes ou autoridades, e estas seriam justamente o ponto de afirmação do que entendiam por verdade. Como consequência, a falta de originalidade é típica, ou melhor, seguia ao escritor da crônica não inserir informações que não fossem comprovadas pela

---

<sup>116</sup> GALÁN SÁNCHEZ, Pedro Juan. **El género historiográfico de la Chronica**. Las crónicas hispanas de época visigoda. Cáceres: Universidad de Extremadura, 1994.

sua organização, ou que pudessem gerar dúvidas aos leitores. Seu papel era de organizar o conhecimento sobre o passado, objetivando clareza das informações e creditando veracidade dos acontecimentos narrados. Assim, buscava legitimidade pelas referências transcritas e pelo método adotado.

Outra característica do texto cronístico, segundo Galán Sánchez é o universalismo do tempo e do espaço, apesar de que algumas crônicas posteriores acabarem por adotar certo regionalismo e condensação de tempo e espaço. Este universalismo foi decisivo para o texto de Eusébio, em especial aos seus objetivos; a crônica que foca o regional também tem um objetivo, mas serve-se dos demais pontos característicos para se enquadrar no gênero. Tal universalismo envolve também diversidade de assuntos, mas geralmente direcionados aos grupos privilegiados das sociedades, nos tópicos do chamado tradicionalismo: política, biografia de reis, guerras, descrição de paisagens, milagres, anuários, etc.

Por fim, o providencialismo é outro ponto comum dos textos cronísticos; se foi afirmado que o cronista não deveria aventar explicações, quando estas existem são entendidas a partir da vontade divina, sendo a História para estes autores organizada teleologicamente como, por exemplo, a eleição de um povo à ação de Deus. Em situações em que o sobrenatural é apresentado, este pode estar como prêmio, prova, castigo ou cólera divina, conforme a interpretação do cronista sobre o ocorrido.

Além das questões de forma, faz-se necessário entender que a origem do gênero, no caso de Eusébio e seu continuador Jerônimo, marca igualmente uma causa ideológica com objetivo apologético. Segundo Galán Sánchez,

en definitiva, es claro que el uso que Eusebio hace de la cronología obedece a una finalidad apologética, y viene determinado por una causa muy concreta: la acusación de falta de antigüedad que los filósofos paganos hacían al cristianismo. Y fue esa concreta acusación lo que llevó a Eusébio a elaborar una cronografía con la que poder demostrar, mediante argumentos no tanto históricos como cronológicos, la antigüedad negada al cristianismo. Su obra es, pues, básicamente, una cronografía, y más concretamente, una cronografía apologética<sup>117</sup>.

---

<sup>117</sup> GALÁN SÁNCHEZ, Pedro Juan. **El género historiográfico de la Chronica**. Las crónicas hispanas de época visigoda. Cáceres: Universidad de Extremadura, 1994. p. 45.

Como afirmado no final desta citação, Eusébio tipologicamente teria composto uma cronografia, e os autores posteriores que o seguiram acabaram por entender a cronologia como essência e não como expediente construtivo da vinculação entre cristianismo e Antiguidade. Esta, talvez, seja a principal diferença nos eixos de prioridade explicativa definidos pelos cronistas seguintes, pois praticamente todos seguem os quatro pontos centrais descritos acima. Lembre-se, antes, que a classificação adotada por Galán Sánchez é matizada pela obra de Eusébio, sendo as produções cronísticas posteriores fruto de influências tanto deste autor como de outros gêneros e obras. Talvez apenas as crônicas definidas pelo universalismo temporal possam ser definidas igualmente nesta sequência, ainda que conforme o objetivo do cronista por seguir tal opção. Ou antes, as tipologias regionalistas também procuram marcar uma vinculação, e ligação justamente com o específico, e em isto residia seu objetivo de legitimidade. Desta forma, algumas características mudam, mas no conjunto elas seguem um padrão, como será discutido com os trechos selecionados de Zurara.

Pode-se, por fim, pensar que os elementos identificados por Galán Sánchez na obra de Eusébio de Cesaréia são de constituição, variando em intensidade, e que no conjunto caracterizam as obras no gênero cronístico; ou ainda, não se pode esperar dos cronistas posteriores à Eusébio uma análise classificatória feita por Galán Sánchez, para que entendessem seus escritos dentro de um gênero tão restrito. Talvez seja mais coerente entender uma continuidade dentro da tradição historiográfica, com influências das características cronísticas, sejam estas advindas direta ou indiretamente do texto eusebiano. Se pensar retrospectivamente sobre a própria obra de Eusébio, também deverá ser levado em conta que a definição de crônica, ou ainda, suas opções processuais, ocorreram a partir de escolhas de outros gêneros historiográficos, e conforme o que considerava apropriado para seus objetivos, produziu um texto que foi estudado e definido pelo historiador espanhol.

Então, o limite do que se define por gênero tem a qualidade de separar grupos de textos, e que estes foram conhecidos e pensados anteriormente a sua escrita. Entretanto, tal linha de argumento não deve pressupor a pureza de um ideal tipológico, mas o manejo de elementos e características que atenderiam minimamente à expectativa do autor e do propósito do gênero, a partir de estratégias

linguísticas reconhecidas pelo ambiente existente com a mescla de propriedades e tópicos a serem seguidos, como no caso da crônica, os pontos descritos acima.

Quanto à questão apologética, esta deve ser entendida como motivação do ato historiográfico, na medida em que a construção textual da crônica de Eusébio de Cesaréia visa um objetivo, como os demais textos do gênero. Ainda que não tendo o mesmo fim de vinculação do cristianismo em um ambiente contestador, os cronistas geralmente apresentam seus textos tendo objetivos, às vezes não explicitamente claros devido ao estilo plano, o que torna sua seleção dos dados e forma de estabelecê-los em sequência pontos a serem investigados. Desta forma, portanto, espera-se ter deixado claro que o gênero cronístico possuía propriedades, que se enquadram dentro de um processo cultural historiográfico, já apresentado por John van Seters. A questão apologética precisa ser igualmente pensada no momento de análise da documentação, pois ela compõe sem dúvida um dos motores para a execução da escrita.

Em resumo, o que pode ser definido como um texto historiográfico para a pesquisa em questão é a conjunção de três elementos: o objetivo enquanto construção intelectual de uma dimensão de passado, o que implica em uma seleção de informações; a auto-percepção e reconhecimento social do local de passado marcado por procedimentos de construção textual; e, por fim, suas motivações ideológicas e políticas para composição, implicando em uma expectativa de recepção do elaborado, em sua conotação simbólica e exemplar. Compreendendo estes três aspectos em conjunto, entende-se porque os prólogos das crônicas insistem em afirmar serem o relicário do passado, com credibilidade, com objetivos que podem ser diversos além dos enunciados, frutos de relações entre grupos e forças políticas<sup>118</sup>.

O cruzamento das análises, bem como a definição dos valores culturais e contextuais indicam uma dupla perspectiva: a forma como tais relatos foram compilados, e a seleção dos acontecimentos, seguidos de critérios políticos e identitários, para enaltecer comportamentos. Sugere-se uma interpretação que toma tais textos como indícios dos valores da sociedade e modelos a serem observados,

---

<sup>118</sup> HISTÓRIA. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coords). **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2006. vol. 1.

diagnosticando abusos ou expectativas por parte dos solicitantes ou de qualquer outro grupo social, em vista a alertar, ilustrar ou legitimar de forma pedagógica, ainda que não diretamente concebidos como manuais de conduta. Nisso entende-se um movimento circular da produção historiográfica, pois vincula identidade e apreciação do espaço social do poder configurado pela dimensão monumental do relato<sup>119</sup>. Em outros termos, significa analisar tais textos historiográficos como espaços de memória, reafirmação de comportamentos e exemplos, e limites identitários e políticos entre os grupos sociais.

## 2.2 RETÓRICA E HISTORIOGRAFIA

Além de geralmente afirmar que o lugar do passado estaria nos textos que se definem como historiográficos, sua construção visava credibilidade, o que significa afirmar uma organização retórica de sua textualidade. Segundo Olivier Reboul, a retórica tem por finalidade persuadir pelo discurso, isto é, levar alguém a crer em alguma coisa, sem ser pela ameaça<sup>120</sup>. O expediente pode ser escrito ou verbal, e entre os argumentos mais usados, estão o raciocínio silogístico, o exemplo e a demonstração. A evolução da retórica, a começar pelos gregos, mostra que sua principal qualidade é a eficácia, quando bem empregada. No entanto, como mostra Carlo Ginzburg,

o descrédito no qual a retórica caíra no final do século XVII durou até as últimas décadas do XX. Mas a redescoberta da retórica, e da retórica de Aristóteles em particular, teve pouco eco nas discussões recentes sobre a metodologia da história, por razões que estão implícitas no que foi dito até aqui. A visão de Retórica que hoje prevalece impede de perceber que o texto com o qual, como se costuma dizer, começa o método crítico moderno – ou seja, a demonstração da falsidade da doação de Constantino, feita por Lorenzo Valla em meados do século XV – está baseado numa combinação de retórica e prova<sup>121</sup>.

<sup>119</sup> Veja-se a discussão sobre o potencial monumental do documento em: LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: \_\_\_\_\_. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

<sup>120</sup> REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

<sup>121</sup> GINZBURG, Carlo. Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez. In: \_\_\_\_\_. **Relações de força**. História, retórica e prova. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 40.

O que ele quer dizer com isso, e bem demonstra em seu livro, é que a prova foi um dos pilares fundamentais da verdade, ou verossimilhança, no caso aplicada à História, e que dela fazia conferir um **status** de autoridade. Assim, a prova era parte da retórica, confiando credibilidade, e base do argumento histórico; também se pode pensar de forma inversa, isto é, a retórica como maneira de provar a verdade. Ginzburg acaba por realizar em suas análises uma demonstração de ligações, influências e escolhas, em várias etapas da produção em apreço, que ilustram esta lógica de argumentação da prova e da verdade. Assim, suas opiniões são instrumentos teóricos de grande valia, e deixam claro aos pesquisadores o ponto de pensar as etapas, referências e objetivos de construção do que depois é analisado; isto é, não pensar os documentos como produtos herméticos e homogêneos, ou ainda, que a construção de uma expressividade, no caso os textos historiográficos, implica na elaboração de provas e transmissão de confiabilidade ao texto. Sintetizando suas ideias,

[...] ao avaliar as provas, os historiadores deveriam recordar que todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si. Para 'escovar a história ao contrário', como Walter Benjamin exorta a fazer, é preciso aprender a ler os testemunhos às avessas, contra as intenções de quem os produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irredutível a elas<sup>122</sup>.

Como deixa claro no fim desta citação, a análise não deve tomar apenas a questão das relações de força no momento de produção, mas também algo que seja independente ou autônomo disso, em processo criativo. Ginzburg, enfim, chega a um meio ponto entre um **espelhamento passivo da realidade** e o **relativismo céptico**, para valer de seus termos. A prova, ou a Retórica, enfim, devem ser entendidos como objetivos buscados para conferir a dimensão de aceitação ao público destinado, adotando procedimentos e métodos, muitas vezes explicitados, que podem ser percebidos através das influências, tradições e orientações tomadas pelos autores em análise.

Após as ideias de racionalismo preconizadas principalmente por Descartes, muito do universo e sentido do mecanismo retórico foram eclipsados devido,

<sup>122</sup> GINZBURG, Carlo. Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez. In: \_\_\_\_\_. **Relações de força**. História, retórica e prova. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 43.



sobretudo, ao entendimento da lógica como critério mais adequado na busca da verdade. O que Ginzburg indica ser a redescoberta da retórica pode também ser percebido pelo movimento intelectual no século XX definido de **Teoria da argumentação**, que se aproxima do preceito gerador grego do sentido de retórica, isto é, a argumentação como objetivo de obter adesão de um público, que é relacionada a este, e que o pensamento é mais ou menos consciente naqueles que procura persuadir, a quem procuram transmitir suas ideias. Segundo seus teóricos e comentadores, “[...] se quiser atingir seu objetivo, o orador deverá adaptar-se ao auditório; essa adaptação consiste ‘fundamentalmente no fato de que o orador pode escolher como ponto de partida do seu raciocínio apenas teses admitidas por aqueles aos quais se dirige’”<sup>123</sup>. Não se trata de negar os métodos das ciências exatas ou naturais, mas que questões de compreensão social e aceitação da acepção da realidade estão mais próximas da argumentação e critérios subjetivos e algumas vezes imprecisos de se mensurar. Precisam-se distinguir as condições de fundamento científico do objeto pesquisado, pois na linha da Teoria da argumentação, trata-se de sistemas de pensamento e maneiras de lidar com expressões distintas, ainda que pretendam ser entendidas como isentas.

Aplicando diretamente estas ideias na presente pesquisa, significa ponderar o papel da retórica como artifício linguístico em que se vale de tópicos e assuntos reconhecidos, em suporte textual correspondente, causando prováveis efeitos de aceitação e consenso entre o público dirigido. Conflui, neste sentido, uma instrumentalização de argumentos, selecionados e compreendidos ao contexto. Ao pesquisador, novamente, não se pretende verificar o teor de verdade nos documentos, mas como seus produtores tinham esta concepção e buscaram transmiti-la nos seus textos.

E a questão da prova como parte da Retórica significa, também, o tratamento dado pelos autores em seus textos historiográficos das informações coletadas. Se buscam legitimidade em um espaço de memória socialmente reconhecido, a verdade como critério objetivo da prova se constituem como pilares teórico e retórico, pelos mecanismo de obtenção e organização do texto historiográfico. Neste

---

<sup>123</sup> ARGUMENTAÇÃO, TEORIA DA. In: ABBAGNANO, Nicola (Org.) **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 89.

sentido, a demarcação dos valores do testemunho, da oralidade confirmada, e da checagem dos dados significam a ligação entre verdade, prova e construção textual; e não a interpretação moderna, cartesiana, criticada por Ginzburg, da Retórica como método oposto ao racionalismo e demonstração de ideias.

A Retórica como instrumento argumentativo do texto historiográfico, no entanto, não foi desenvolvida para este fim. Segundo Reboul, ela teve origem na Sicília grega, como preceitos básicos (exemplos argumentativos) para defesa em processos, por Córax de Siracusa<sup>124</sup>. Posteriormente assumiu com Górgias, em Platão, a característica de discurso grandiloquente, epidíctico; já com Protágoras, que realizou estudos de gramática, mostra que todo argumento pode ser combatido com outro. Entra-se, pois, na seara dos sofistas, para os quais o mundo não possui uma verdade, e o objetivo do discurso humano era convencer pela aparência da lógica e encanto do estilo.

O caso de Isócrates acabou por ser um modelo, ao entender a Retórica como arte e propor prática constante e ensino sistemático, dentro de uma filosofia de formação moral, a **paidéia**<sup>125</sup>. Seus argumentos se opõem aos sofistas, pois considera que a Retórica possui um fim, quando bem empregada. Nas palavras de Antonio López Eire,

esta Retórica escolar propuesta por Isócrates, que, en cuanto paideía, es importante hasta el punto de haberse convertido en características propia de los griegos más distintiva y relevante que la raza misma de ellos, es una Retórica Moral que trata de cuestiones políticas y que, a la vez que enseña a evitar el hiato, orienta el carácter del aprendiz de orador hacia los principios que deben presidir toda la formación moral que se requiere para el ejercicio de la Política Ética<sup>126</sup>.

Um modelo de entendimento da Retórica foi elaborado por Aristóteles. Segundo Maurizio Ferraris, “a Retórica [para Aristóteles] 'é a faculdade de considerar, em cada caso, os meios de persuasão disponíveis'. Enquanto qualquer outra arte só pode instruir ou persuadir em torno de seus próprios objetos, a Retórica

<sup>124</sup> Estas informações são encontradas no capítulo 1. REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

<sup>125</sup> Veja-se o estudo mais extenso sobre o assunto. JAEGER, Werner. **Paidéia**. A formação do homem grego. 4. ed. Trad. Arthur Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

<sup>126</sup> LÓPES EIRE, Antonio. La influencia de la Retórica sobre la historiografía desde el Helenismo a la Antigüedad Tardía. **Talia Dixit**, Cáceres, n. 3, p. 2, 2008.

não se limita a uma esfera especial de competência, mas considera os meios de persuasão que se referem a todos os objetos possíveis”<sup>127</sup>. Assim, ela é cambiável para objetivos distintos, como a apropriação na produção historiográfica, e faz parte da linguagem e das formas de expressão da memória.

A evolução do estilo, definido como **Nova Retórica**, do período helenístico, novamente na opinião de Lopez Eire “[...] es moral, escolar, abarca toda la Literatura y, por su indiferencia a la oralidad frente a la escritura y su afán de 'retorizar' todo discurso, hace nacer y fomenta géneros nuevos como la biografía, la epistolografía y la novela”<sup>128</sup>. Esta formação, portanto, permitia o ensino da literatura das declamações e **progymnasmata**<sup>129</sup>, exercitando a organização do raciocínio e às narrações, que poderiam ser mitológicas ou não. Tais habilidades ocupavam o repertório da escola, onde os estudantes convertiam palavras em discursos **retóricos**. Em outros termos, “a partir de este momento vamos a comprobar cómo bajo la 'Retórica de Hermes' [Nova Retórica], la Historiografía cambia de signo, se hace – lógicamente – más retórica, se acerca a los progymnasmata, considerados el fundamento básico de todo discurso y de toda escritura poética o literaria”<sup>130</sup>. Tal procedimento não passou sem críticas, como Políbio referindo-se ao uso exagerado, que conferia dubiedade na diferenciação do argumento e do relatado. Assim, buscava-se informação, com persuasão e edificação moral. O estudo histórico englobava, pois, valores morais e construção de discursos ou relatos, baseando-se em exercícios de interpretação e transposição de informações, tidas como verossímeis, pois conferia credibilidade ao discurso e convencia de seu fim; aliava-se, enfim, discurso histórico e moralizante com retórica.

Com Cícero, ainda que não tenha escrito nenhuma obra historiográfica, tem-se quase um adágio que por muito tempo será modelo de seu fim, **Historia**

<sup>127</sup> RETÓRICA. In: ABBAGNANO, Nicola (Org.) **Diccionario de Filosofia**. 5. ed. Trad. Alfredo Bossi e Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 1011.

<sup>128</sup> LÓPES EIRE, Antonio. La influencia de la Retórica sobre la historiografía desde el Helenismo a la Antigüedad Tardía. **Talia Dixit**. Cáceres, n. 3, p. 4, 2008.

<sup>129</sup> Exercícios práticos para os alunos de Retórica, com a finalidade de exercitar a composição de determinados tipos de texto que posteriormente seriam utilizados nos discursos retóricos.

<sup>130</sup> LÓPES EIRE, Antonio. **Opus citatum**, p. 12.

**magistra vitae est.** Esta passagem encontra-se na obra **De oratore**<sup>131</sup>, e implica uma regra de edificação de exemplo, isto é, um objetivo evidente de moralização. Lembre-se que tal obra foi escrita a fim de expressar as qualidades da oratória, sendo a retórica um componente essencial desta habilidade de comunicação.

Por meio de procedimentos que lembram uma organização racional, Cícero propõe na exposição histórica uma ordem cronológica, inserida em um local, seguida dos acontecimentos, causas, consequências e resultados. Desta forma, constitui uma imagem que pretende ser bem aproximada e idealizada do passado, na medida em que procura transmitir a sensação de controle das informações, e direciona a explicação conforme a interpretação das causas e resultados. A analogia com a imagem, de criar um cenário do relatado, aplica-se aos elementos descritos por Cícero. Segundo Renan Frighetto,

siguiendo este pensamiento, en el cual la Historia se pone siempre como modelo positivo para el presente y el futuro [...] a la luz de los pensadores clásicos y tardo antiguos, se encontraba la principal razón de legitimar el bueno, el gobernante considerado como optimus, y refutar el malo, el usurpator, el tyrannus, aquél que debería ser olvidado y jamás recuperado. Sin embargo creemos que es posible analizar la cuestión del fin de la Historia desde una determinada perspectiva que envuelve motivaciones políticas y culturales que se presentan de manera muy fuerte en el ámbito imperial romano desde comienzos del siglo III<sup>132</sup>.

Ou seja, através da referência da representação imagética, esperava-se valer dos exemplos e contra-exemplos, afirmando ou criticando condutas. Assim, na Antiguidade Tardia, a escrita historiográfica mantém características da paidéia grega, influenciada pela exortação de modelos e exemplos, uso da retórica como elemento de formação intelectual, etc. Pode-se, outrossim, entender este processo como pluri-referencial, fruto de tradições e apreciações do gênero historiográfico, que tiveram como consequência a reprodução e aceitação dos procedimentos de geração do espaço de memória.

No caso de Cícero, ainda, observa-se como as sugestões de edificação do exemplo valem-se da argumentação de que os critérios de descrição eram

<sup>131</sup> CÍCERO. **Sobre el orador**. Introducción, traducción y notas de José Javier isso. Madrid: Gredos, 2002.

<sup>132</sup> FRIGHETTO, Renan. Historia est narratio rei gestae: la concepción de la Historia en la Antigüedad Tardía (siglos IV-VII) In: CORTI, Paola; MORENO, Rodrigo; WIDOW, José (Ed.) **El fin de la Historia**. Viña del Mar: Universidad Adolfo Ibañez, 2008. p. 240.

suficientes para conferir uma confiabilidade na preservação da memória. Espera-se, assim, evidenciar a vinculação entre Retórica e historiografia, onde Ginzburg percebe o elemento deste argumento, reconhecido como validador cultural do passado.

## 2.3 EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E CULTURA MEDIEVAIS

O estudo da prática historiográfica no baixo medievo precisa estar atento aos aspectos culturais e políticos característicos, o que não significa excluir a tradição a qual boa parte dos referenciais foram seguidos. Por isso espera-se que a discussão anterior traga elementos possíveis de compreender uma longa duração na atividade de produção da memória e da legitimação de posições políticas com a tipologia historiográfica.

Um estudo que traz boas respostas para este tema é de Jacques Verger, quando analisa como e o que se estudava na Idade Média – nos vários âmbitos –, e a aplicação e exercício do aprendido<sup>133</sup>. Segundo este historiador, não significa entender o assunto do ponto de vista apenas da aquisição de erudição, mas dos valores culturais que permitem habilidades, e sua efetiva aplicação. O conceito de **gens de savoir** é bastante amplo, a ponto de abarcar desde pessoas que tiveram alfabetização em leitura, até doutores e professores de Universidades. No entanto, pode-se ponderar tal conceito e restringi-lo à aptidão de ler e escrever (latim e língua vernácula), utilizando livros para informar, conservar conhecimento e praticar social e politicamente diversos ofícios, reivindicados e reconhecidos na sociedade.

A apropriação de saber, seja a qual nível, não pode ser entendida anacronicamente, como desvinculada de um serviço. Jacques Verger afirma que “a idéia de um uso desinteressado dos saberes, de uma cultura geral que objetivasse o pleno desabrochar da personalidade de individual era [...] bastante estranha às concepções medievais de educação”<sup>134</sup>. E continua afirmando que “os conhecimentos que os homens de saber possuíam, de maneira mais ou menos aprofundada [...] tinham todos eles aplicações práticas. Tais aplicações geralmente

---

<sup>133</sup> VERGER, Jacques. **Homens e saber na Idade Média**. 2. ed. Trad. Carlota Boto. Bauru: EDUSC, 1999.

<sup>134</sup> **Ibidem**, p. 136.

não era[m] separáveis, na mentalidade daquele tempo, da noção de serviço”<sup>135</sup>. A ocorrência, por exemplo, de pessoas que não seguiam tal tendência, visando lucros, é evidente; mas a conexão entre aquisição de saber e aplicação em vista a interesses diversos parece inquestionável. Pode-se, talvez, entender a lógica proposta por Verger ao contrário, isto, é, a demanda de um serviço ocasionava a instrução, adquirida e direcionada para atender as necessidades, ou ainda, de forma dialética. De qualquer forma, o uso prático do saber torna-se o parâmetro inicial, pois ou as pessoas se instruíam pensando o serviço, ou este era demandado.

Note-se que tais pessoas não tinham uma exclusividade de ofício, isto é, elas estavam inseridas em várias atividades e maneiras em que se esquadram no conceito acima exposto, como na compilação de textos, transcrição de documentos, redação de atas, bulas, concelhos, reuniões, sem considerar evidentemente as atividades educacionais de produção de saber e debate de ideias. Houve historiadores na Idade Média, mas estes não tinham como único ofício a escrita do passado; esta era uma dentre várias atividades. Uma característica importante dos historiadores medievais, justamente pela sua transição por espaços de conhecimento, foi o auto-entendimento mínimo dos tipos de expressão e os públicos que recebiam. Nos termos de Susani França,

a presença de letrados na vida pública portuguesa dos séculos XIV e XV torna-se intensa e regular. Os bacharéis, os licenciados e sobretudo os doutores, leigos ou religiosos, surgem como peças indispensáveis numa sociedade onde o desejo de reordenar o passado e ordenar o presente através da escrita se generaliza. Os livros de registro, por exemplo, multiplicaram-se a partir de meados do século XIV. Os conteúdos eram os mais variados, mas as compilações guardavam em comum a intenção de fazer diminuir ou cessar as constantes **duvidas e contrariades** que as matérias dispersas podiam gerar.<sup>136</sup>

Assim, é compreendido como a tradição historiográfica foi bem recebida por pessoas que tinham serviços pautados na escrita e caracterizados como espaços reconhecidos da verdade. A História, para aqueles historiadores, se assemelha aos demais ofícios, mas com os objetivos de produção da memória.

<sup>135</sup> VERGER, Jacques. **Homens e saber na Idade Média**. 2. ed. Trad. Carlota Boto. Bauru: EDUSC, 1999. p. 137.

<sup>136</sup> FRANÇA, Susani Silveira Lemos. **Os reinos dos cronistas medievais (século XV)**. São Paulo / Brasília: Annablume / CAPES, 2006. p. 24-25 (Grifo na edição).

A clivagem entre clero e laicos, por sua vez, não deve ser considerada como oposta, ou seja, a origem e condição não impunha necessariamente um bloqueio de exercício para os poderes secular e religioso. Ainda que a questão dos poderes foi em alguns momentos conflituosa, era normal e frequente a presença de clérigos nas cortes de príncipes, como preceptores, conselheiros, e de nobres que buscavam uma formação e ascensão nas atividades eclesiásticas; a penetração cultural destes dois grupos foi constante.

Quanto à cultura historiográfica, lembre-se que sua produção esteve por um longo período vinculada aos mosteiros, onde geralmente nas cidades menores era o espaço de concentração de livros e ensino. Tais escritos concorriam com as hagiografias, obras de teologia e liturgia, tendo um papel não tão destacado. O uso do latim, como língua oficial e sagrada, e seguido da cultura monástica, por muito tempo prevaleceu nos textos historiográficos. As línguas vernáculas, seja por questões de identidade dos reinos seja por objetivos de público destinado, tiveram espaço paulatinamente. Estes espaços monacais tiveram um papel de preservação e divulgação de muitos escritos antigos, e que conjuntamente ao movimento de tradução e glosas pelos ibéricos a partir do século XII, forneceram referenciais para a produção cultural e intelectual acentuada<sup>137</sup>.

Ainda que não fizesse parte do ensino, isto é, a História não era uma disciplina, segundo Verger,

a produção historiográfica, porém, não deixou de existir por isso. Se ela de fato não oferece mais construções tão ambiciosas quanto as vastas teologias da história que haviam sido as crônicas universais de um Sigebert de Gembloux (c. 1030-1112) ou de um Otton de Freising (c. 1111-1158), fornecia em abundância, tanto em latim quanto em língua vernácula, histórias nacionais e regionais, vidas de príncipes e de papas, cronologias de reinos e relatos de batalhas, sem falar de compilações de história antiga<sup>138</sup>.

A partir do século XII, segundo Bernard Guenée, “as cortes de reis e príncipes haviam se tornado centros de cultura, onde a história tinha seu espaço. Mas uma história bem diferente da história monástica e conventual. Ouvindo-a, senhores e

<sup>137</sup> LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

<sup>138</sup> VERGER, Jacques. **Homens e saber na Idade Média**. 2. ed. Trad. Carlota Boto. Bauru: EDUSC, 1999. p. 41.

damas procuram com certeza instruir-se; procuraram-se, mais ainda, divertir-se”<sup>139</sup>. É neste espaço que se insere a produção historiográfica selecionada para análise. Novamente, entretanto, é oportuno lembrar a circulação entre as esferas laicas e eclesiásticas, imersas na mesma característica mental e ideológica. Ambos os setores buscavam o serviço divino, e valiam-se de uma cultura mutuamente compartilhada.

## 2.4 GOMES EANES DE ZURARA E A ESCRITA CRONÍSTICA

Sobre a vida de Zurara não se têm informações exatas sobre o ano de nascimento, mas provavelmente entre 1400 e 1410, em Santarém<sup>140</sup>. Era filho de eclesiástico, e também não se têm dados que tenha frequentado cursos ou universidades. O mais provável é que em ambiente cortês fora instruído pedagogicamente, talvez por Mateus de Pisano, filósofo e poeta que cita em seus textos e reconhecido como preceptor de Corte. Conforme Aida Fernanda Dias, “por carta de 6 de Junho de 1454, D. Afonso V nomeia para o cargo de guarda-mor das escrituras da Torre do Tombo, até aí ocupado por Fernão Lopes, isto com 'prazimento' daquele, porque 'é já tam velho e flaco que per si nom pode bem servir o dito ofício’”<sup>141</sup>. É provável que Fernão Lopes tenha ajudado na escrita das primeiras crônicas, pois teve fluência no assunto e esteve por um período junto de Zurara. Lembre-se como a existência de um corpo administrativo responsável pela organização dos documentos régios insere-se, pois, no câmbio de experiência para a transmissão de saberes e procedimentos para a escrita das crônicas, partilhados entre eles. A quantidade de pessoas na condução destas atividades é de difícil precisão, mas sugere-se que entre eles as noções de cada ofício seriam comumente partilhadas.

<sup>139</sup> HISTÓRIA. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coords). **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2006. vol. 1. p. 524-525.

<sup>140</sup> As informações encontradas a seu respeito vieram de introduções apresentadas nas versões das crônicas consultadas, e de verbetes em dicionários sobre a literatura portuguesa. Entre estes dados, não há muita informação e divergência. ZURARA. In: COELHO, Jacinto do Prado. (Dir.) **Dicionário das literaturas portuguesa, galega e brasileira**. Porto: Livraria Figueirinhas, 1960.; ZURARA. In: LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe. (Orgs.) **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 1993.

<sup>141</sup> REIS, Carlos (Dir.) **História Crítica da Literatura Portuguesa**. Lisboa: Editorial Verbo, 1998. vol. 1. p. 408.



Da escrita cronística de Zurara, conservam-se atualmente quatro crônicas, que podem ser divididas tematicamente em dois grupos: o primeiro inclui a **Crônica da tomada de Ceuta**<sup>142</sup>, obra iniciada em 1449 e terminada no ano seguinte, que é aceita como a terceira parte das crônicas sobre Dom João I elaboradas por Fernão Lopes, e a **Crônica dos feitos de Guiné**<sup>143</sup>, cuja versão foi elaborada entre os anos de 1452 e 1453. A primeira trata da sequência de decisões que culminou com o ataque à cidade africana em 1415. Os principais protagonistas são os infantes, apresentados como alvo de prestígio pela vitória militar e consequente armação de cavalaria. Nesta crônica observa-se as consultas e impasses sobre a manutenção ou não da presença lusitana, sendo a primeira opção a escolhida. No segundo texto, existem dois temas principais: o elogio aberto e laudatório ao infante Dom Henrique, e a descrição da viagem e contato com a região de Guiné, na costa atlântica da África.

O outro grupo de escritos é composto pelas **Crônica do conde D. Pedro de Meneses**<sup>144</sup> e **Crônica do conde D. Duarte de Meneses**<sup>145</sup>, compostas entre 1458 e 1464 para a primeira, e 1464 e 1468 para a última. O conteúdo destas é marcado pelas ações dos nobres portugueses em África, no cotidiano de lutas e defesa da fé cristã. O tom mais particular, considerando o foco em determinadas personagens, não impede que alguns acontecimentos ibéricos, como casamentos e acordos sejam descritos. Mas a diferença é evidente com relação às primeiras. Percebe-se que o assunto das duas últimas crônicas aproxima-se da primeira, mas tendo a preocupação de descrever a contribuição e atividade dos fidalgos. É sintomática a

---

<sup>142</sup> Segue-se a versão editada por Reis Brasil, com algumas modificações ortográficas e notas, publicada pela Europa-América em 1992. Parece se tratar de atualização da versão de 1915 pela Academia de Ciências de Lisboa, sob o códice n. 365 e 368 do Arquivo Nacional Torre do Tombo. A sigla de referência adotada foi **GEZ-CTC**, com paginação da edição

<sup>143</sup> Consultou-se a edição modernizada por José de Bragança do manuscrito de Paris, publicada pela primeira vez em 1937, e reeditada pela Livraria Civilização em 1973.

<sup>144</sup> A edição consultada desta crônica foi elaborada por Maria Teresa Brocardo, publicada em 1997 pela Fundação Calouste Gulbenkian, segundo o manuscrito n. 439 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. A sigla adotada foi **GEZ-CDPM**, conforme o livro e paginação da versão.

<sup>145</sup> Esta crônica encontra-se editada por Larry King, cuja publicação de 1978 transcreveu de forma diplomática o manuscrito n. 520 do Arquivo Nacional Torre do Tombo.

importância em valorizar o papel dos nobres, justamente em momento de questionamento de privilégios e abusos, como já estudado nos textos das Cortes<sup>146</sup>.

Logo no primeiro capítulo da **Crónica do conde D. Pedro de Meneses**, pode-se observar como o autor procura definir seu estudo a partir de tópicos etimológicos, explicando ao leitor o significado da obra e a função do cronista:

**Porque a primcipall parte do meu emcarreguo he daar comta e rrazão das cousas que passã nos tempos de minha hydade** ou daquellas que passarão tam açerca de que eu posso aver verdadeiro conheçimemto – ca, **segumdo os amtigos escreverão este nome**, scilicet, **cronica**, primcipallmente ouve o seu origẽ e fundamento de Saturno, **que quer dezer 'tempo'**, esto porque em grego se chama este planeta Cronô ou Cronos, que synyfica 'tempo', assy como no latym este nome quer dezer 'tempus', e dhy se deriva cronica, que quer dezer **'estoria em que se escrevẽ os feitos temporais'**, chama-se este planeta no latym 'Saturnus', cuja verdadeira ymtrepretação quer dezer casy 'saturanis', scilicet, 'comprido ou cheo d'annos' – por ã he minha êtemção, com ajuda da Samta Trimdade, escrever ã este vallume os feitos que se fezerão na çidade de Çepta depois que primeiramente foy tomada aos mouros por aquelle magnanino primçipe ell rrey dom João.<sup>147</sup>

Sua função, portanto, era colocar em texto o que se passou, considerando os feitos verdadeiros, isto é, os que podiam ser comprovados. A evocação à etimologia, ainda, mostra-se pertinente às explicações apresentadas por Galán Sánchez, pois para Zurara crônica significaria tempo. Isabel Dias ainda lembra que o recurso à etimologia era comum nas crônicas, visando com isso se aproximar de um sentido e significado tidos como mais puros, isto é, vinculando-se a uma tradição não de interpretação mas de estilo<sup>148</sup>. A característica cronológica era para Eusébio uma propriedade historiográfica, e não o eixo central, pois teria o tom universalista, sendo o tempo o critério de sequenciamento entre os acontecimentos. Provavelmente tal interpretação do cronista implique no que já foi discutido sobre a posterior transformação do conceito, pautando na noção vertebral da cronologia para se compor um relato do passado, o que era tido como padrão. Por último, observa-se o tema que tratou, ou seja, os feitos dos portugueses após a conquista de Ceuta por

<sup>146</sup> NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. **Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição**: o reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

<sup>147</sup> **GEZ-CCDPM**, Livro I, Cap. I, p. 173.

<sup>148</sup> DIAS, Isabel de Barros. **Metamorfoses de Babel**. A historiografia ibérica (Sécs. XIII-XIV). Construções e estratégias textuais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p. 312.

Dom João I, marcando o regionalismo. Assim, entende-se que não seguiu provavelmente apenas a noção de crônica de Eusébio, ainda que não se pode afirmar o seu conhecimento direto do autor cristão, mas a forma mais ampla de historiográfica, como as orientações de Cícero. Toma-se, também, a interpretação de tais textos cronísticos do ponto de vista da influência indireta, isto é, de autores que leram os antigos e serviram de modelo historiográfico, compreendendo desta forma a longa duração da tradição historiográfica como releitura e reapropriação, como sugere Renan Frighetto em seu conceito para a Antiguidade Tardia<sup>149</sup>.

Como a escrita estava numa relação de serviço, aquela ocorre sob pedido do rei Afonso V, apesar do requerimento feito pela filha do governado Pedro de Meneses, como Zurara descreve:

E assy que ho bõ desejo e vomtade deste rrey dom Affonso foy a primçipall causa de se esta obra começar e acabar e desy rrequerimemto de ãa filha daquelle comde que se chamava dona Lianor de Meneses, **mulher por çerto virtuosa e de grãde saber**, a quall ffoy casada com dom Fernamdo, bisneto dell rrey dom Johão e filho primogenito do illustre e virtuoso primçipe dom Fernamdo que ffoy duque de Bragamça e marques de Villa Viçosa, comde d'Arrayolos e d'Ourem e de Barçellos e de Neiva e senhor de Chaves e de Momforte.<sup>150</sup>

Uma característica que marca os protagonistas do documento, e compreensível como destaque da identidade hierárquica da sociedade em estudo, são os vínculos familiares traçados; note-se que Leonor de Meneses solicita a escrita da crônica, o que provavelmente o monarca concorda, no entanto, ganha-se espaço para inserir laços sócio-políticos. Assim, pode-se ponderar que o mesmo grupo social que solicita a escrita seja o destinado a receber àquelas informações, em uma demarcação identitária e típica da propriedade tradicionalista. Outro ponto interessante é que a presença nominal dos interessados, pois mesmo que o autor não citasse quem solicitara, a propriedade de serviço ainda existiria; por isso acredita-se na reafirmação da identidade nobiliárquica, e nos interesses do rei. Esta solicitação da escrita sugere um indício da importância e peso que os solicitadores teriam no contexto da redação, bem como na autoridade da crônica após finalizada.

<sup>149</sup> FRIGHETTO, Renan. A longa Antiguidade Tardia: problemas e possibilidades de um conceito historiográfico. In: SEMANA DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 7, 2009, Brasília. **Programa de Estudos Medievais** (UnB), 2009 (Inédito).

<sup>150</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. II, p. 175. (Sem grifos na edição).

A forma como Zurara procura demonstrar sua credibilidade dos fatos compilados mostra-se, primeiramente, sob uma redução de suas qualidades intelectuais e formativas. Em texto que denota uma conversa ou uma explicação ao rei, escreve que

**Depois que eu, muito allto primcipe, per vosso mamdado ajumtey e escrevi a êtemçom que ell rrey dom Joham**, vosso avoo, ouve de filhar a çidade de Çepta e desy como se assenhorou della, **eu me quisera escurar** [de escrever a crônica] ... **semdo homêe casy de todo ynorante e sem nenhũa sçiemçia?** Quanto mais que eu achei os feitos pella mayor parte tam maravilhosos, que, se soomente os ouvera de escrever per emformaçõ dallgũs que ho souberão per ouvida doutros, eu duvidara çertamente de hos escrever, nẽ os escrevera se na boca de dous ou de tres achara o conheçimemto destas cousas, porque emtemdera que o deziã por emgramdeçer seu nome e fama<sup>151</sup>.

Credita-se a tal postura uma estratégia retórica, pois se se considerar literalmente sua escusa, tal produção não mereceria credibilidade. Mas em oposição a sua inferioridade intelectual, o que evidencia o expediente argumentativo, o cronista escreve sobre feitos entendidos como grandiosos que nem ele acreditara, pois não os presenciou e principalmente eram de considerável admiração por ele, mas frente a depoimentos reincidentes e entendidos por ele como coerentes, achou que dificilmente poderiam estar equivocados ou combinados. Assim, os assuntos que escreve assumem uma verossimilhança, por aproximação, e tendo o critério reconhecido como verdadeiro. No entanto, dependendo da dúvida, como no capítulo XXVI, prefere apresentar as versões:

E sobre esta capitania da gemte de pee fallaremoõ h **pouco duvidoso, porque achamos sobre ella desvairadas opiniões**, porque hũ daquestes fora Rruy Gomez da Sylva e Joham Pereira, **outros disseram** que fora Lopo Vasques de Porto Carreiro e o outro Pero Vasquez Pimto. Porem, sejam quais quiserem, abasta que foram dous bõos homẽs, porque pera tall feito a outros nom compria<sup>152</sup>.

O critério anteriormente defendido mostra-se inutilizado, pela dúvida de quem teria participado, mas a redenção pela qualidade dos nobres citados acaba por trazer mais o exemplo positivo antes que a exatidão da informação. Neste trecho, por exemplo, percebe-se a conjunção dos interesses pelo registro do passado e

<sup>151</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. II, p. 177. (Sem grifos na edição).

<sup>152</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XXVI, p. 279-280. (Sem grifos na edição).

também pela qualidade moral, uma vez que a contribuição dos nobres poderia ser exemplar e modelar, independente de quem a tenha praticado.

A origem dos dados, percebida repetidamente ao longo da crônica, é um ponto importante para compreender a construção da mesma. Seguindo a linha de raciocínio da citação anterior, nota-se que

**Aalem do que achey per escripto nas cartas que hos ofiçiais que os rreis tinhã naquela çidade para governança** dos moradores della a este rregno escreviam fallamdo nas cousas aaquelles que nellas forã, se acordavã na verdade, e ho que mais hera porque departidamente pregumtava, e **no que se todos acordavão proçedia ê minha istoria**. E por çerto que em este livro tyve eu muito comtrayro cuidado do que ~~alg~~ outros estoriaes ã suas obras tiverão, espiçiallmente os gregos, os quaes supriam com fermosas pallavras o que na gramdeza dos feitos mimgoava, e **a mÿ foy neçessario forneçer a mimgoa das pallavras com gramdeza dos feitos**<sup>153</sup>.

Do que será demonstrado mais a frente, percebe-se, pois, que além de depoimentos que se aproximavam, o cronista teve acesso à cartas que os oficiais locais remetiam aos reis, provavelmente solicitando ajuda ou informando de vitórias e avanços no projeto de luta contra o inimigo. Estes documentos serviriam de parâmetro também para situá-lo nos relatos orais. Finalmente, adota novamente uma postura retórica na exaltação dos feitos portugueses, e uma fraqueza de suas aptidões eruditas, quando vincula os relatos gregos à construções textuais de qualidade expressiva superiores aos acontecimentos; na sua escrita, ocorreria o oposto, com tantos relatos grandiosos não possuiria formação e repertório equivalentes. O jogo de palavras, envolvendo uma civilização bem conhecida e parâmetros quantitativos (grande, míngua), acaba por permitir que a inversão e troca dos termos mudem os sentidos, concluindo a grandeza dos portugueses a partir dos referencias dos gregos e por sua comparação inevitável e sugerida.

Esta qualidade argumentativa além de talvez suprir carências na elaboração redacional, cria uma expectativa positiva ao leitor, que recebe espaço para suscitar prováveis ações que seriam maiores das efetivamente narradas. Observa-se, enfim, a abertura da potencialidade da especulação no espaço de memória e poder, não como forma inventiva, mas como recurso estilístico e ideológico. Não significa afirmar que o cronista escondia suas qualidades, ou que não era apto para escrever,

<sup>153</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. II, p. 179. (Sem grifos na edição).

mas antes representa o estilo plano que configura a carência ou omissão de expressividade linguística. Tal expectativa significa a probabilidade de que ainda que descritos como acontecimentos memoráveis, deveriam ser percebidos como fragmentos e em menor intensidade e cor, escritos a fim de evitar uma perda completa da memória, representando um passado altamente ideológico, se é que se pode graduar uma ideologia.

Indícios ao longo do texto permitem chegar a outras fontes de dados, como um possível auto de guerra, provavelmente um breviário existente em Ceuta com dados sobre quem, quando e onde tiveram combates. Veja-se no capítulo LXI uma rápida menção: “[...] Os mouros quiserã de bõa memte arrombar a fusta, se lhe os nossos deram tall vagar, porque ymda bẽ elles nõ heram fora, jaa os nossos herã dêtro. Fora aquella fusta daquelle gramde cossayro que se chamava o Esnarygado, a qual trazia emtõ hũ seu filho, o quall nos **autos da guerra** bem parecia ao padre que o gerara”<sup>154</sup>. Como havia o pagamento da quinta parte do que era obtido do inimigo, esta descrição poderia ser importante tanto para o governador, conhecendo em detalhes como e o que foi conquistado, e conseqüentemente assegurando sua cota, como àqueles que demonstrariam o papel ativo, igualmente aptos para adquirir o espólio<sup>155</sup>. Com os relatos contidos neste livro de registro de guerra, pode-se aventar o suporte tipológico de suas informações, demonstrando como ele poderia ser diversificado, cabendo ao seu ofício organizá-los para conferir um sentido coerente e cronológico.

Outro exemplo da origem de informações, principalmente do lado muçulmano, eram os cativos que serviam de moeda de negociação tanto econômica como politicamente. Lembre-se do caso do infante Dom Fernando que acabou morrendo em cativeiro devido à indecisão dos portugueses. Em um trecho onde Zurara pretendeu relatar a primeira impressão dos africanos após a derrota, nota-se a importância dos prisioneiros: “Mas, porque ainda nõ dissemos a maneira que os mouros teverão depois que partyram da çidade, queremo-lla neste capitulo escrever por vos darmos aquella comta que se em taes casos rrequere, os quaes, segumdo

<sup>154</sup> **GEZ-CCDPM**, Livro I, Cap. LXI, p. 477. (Sem grifos na edição).

<sup>155</sup> Sobre o pagamento de 20% do conquistado ao governador, consultar. SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. (Dir.) **Nova História da Expansão Portuguesa**. A expansão quatrocentista. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. vol. 2. p. 317-320.

soubemos por allgũs que ao diamte a este rregno vieram cativos”<sup>156</sup>. A questão da língua, e da confiabilidade do relatado, não são tratados de forma rígidas, de como eram mediados. Em situação para obtenção das informações sobre o inimigo, o próximo trecho parece ser bastante revelador de tais estratégias:

Se dissemos que ho comde dom Pedro trazia sempre suas emculcas amtre os mouros përa saber o que elles faziã, nẽ elles nõ amdavã fora daquelle cuydado, porque ou pellos allfaqueques que vinhã a cidade, per quẽ os catyvos avisavã seus parêntes e amigos, ou per allgũs fallsos cristãos que os mouros amtre os nossos traziã por emculcas, casy sempre heram avisados, espiçiallmente das cousas gerais, porque nas espiçiais sabiã os capitães ter seus avisamemtos como semtyram que cumpria a sua seguramça<sup>157</sup>.

No capítulo XXII, a mesma questão da grandiosidade dos feitos portugueses, que ultrapassariam os demais já realizados, apresenta-se desta vez como esbanjador:

**Muitas cousas deyxamos de escrever ã esta estoria** que se passarão amtre os cristãos e os mouros emquamto vyveram açerca da çidade, aymda que ho tempo não fosse muito, porque cada dia pellejavã e faziã suas escaramuças, nas quais se faziam açaz boas cousas, de que outros estoriadores se poderã aproveitar pera fornymemto de seus lyvros que nom tiveram tamtas cousas notaveis pera escrever<sup>158</sup>.

Compreende-se que Zurara vale-se da forma de expressar certa contrição dos relatos, pois “de **grande proluxidade** pareçeria nossa escriptura se pello miudo quisessemos comtar quamtas escaramuças os cristãos ouverão com os contrarios”<sup>159</sup>, para informar ao leitor a diferença e importância do que aqueles feitos representariam. Não seria, portanto, pela quantidade mas pela qualidade dos feitos, ou ainda, pelo significado ao serviço de Deus em combater os muçulmanos. A questão da seleção dos relatos se apresenta aparentemente dúbia, pois oscila ora entre a falta de expressividade linguística, ora na contenção de casos. Ainda que um não anule o outro, agem na direção de criar a potência de memória diminuta, isto é, de sugerir um passado que não se pode descrever mas credita-se mais modelar do que palavras poderiam significar.

<sup>156</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XIII, p. 220.

<sup>157</sup> GEZ-CCDPM, Livro II, Cap. XXVIII, p. 660.

<sup>158</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XXII, p. 255. (Sem grifo na edição).

<sup>159</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XVII, p. 236-237. (Sem grifo na edição).

Além dos procedimentos que recorre para comprovar os relatos, não chegando a uma hierarquia definida entre oralidade e textualidade, ou o que seria mais apropriado para obter seus dados, Zurara mostra um conhecimento do cotidiano administrativo dos reinos, onde muitos acordos ou pretensões não são concretizados, apesar de documentados. Tendo a função de colocar em crônica o que efetivamente aconteceu, no sentido tradicional que esta atividade comportava, assim procede para julgar os assuntos que trata, mesmo consultado intenções diplomáticas:

Ja seja que amtre muitas gentes se passam muitas embaixadas e rrecados amtes que os feitos venham a rrompimento, damdo lugar ao tempo que passe sê espargimento de sangue, o que amtre a nação dos portugueses e aquella barbara gente he pello comtrario, **porque ally não ha arautos, nê passavantes, nê outros ofiçiaes d'armas, nê mestres teologos, nê outros santos doutores que, per comçiemçia ou per derecho divino ou humano**, possam abramger as ymizades que caasy per hũ milheiro d'annos d'amballas partes jazem rreigadas, somemte o vemçimento de cada ãa das partes he o primçipall azo de se as pellejas partirem. **Creã os que esta storia llerem que, se na sustamçia algerro há**, que he mais por se dizer menos do que a gramdeza dos feitos rrequeria, que por eu comvidar as orelhas dos ouvintes ou aacreçemtar de mÿ mesmo allgũas cousas na materia. **Eu creo porem, que estas escusas não sejam neçessarias pera as gentes d'Espanha**, que comunallmente em allas partes comunicã com hos mouros, como seram pera as outras gentes estramgeiras que nom hão conheçimento de suas maneiras de pelleja<sup>160</sup>.

Entende-se, primeiramente, um senso de historicidade, pela distinção entre a intenção diplomática e sua efetividade. Com isso, procura separar na crônica apenas casos do segundo tipo, ou seja, o sentido de História como ações e não pretensões do passado, que através da escrita seriam lembradas e correlacionadas ao presente. Em outro sentido, mesmo quando havia conflito armado entre reinos, costuma-se enviar embaixadas como processo de declaração de objetivos. No caso em que se situa, tal atitude não existiu, o que ele imputa a inexistência de corpo intelectual ou administrativo do lado inimigo, ou ainda, que não era uma prática dos muçulmanos. Olhando de outra perspectiva, ainda, pode-se explicar que Zurara não citaria documentos procedentes dos muçulmanos, o que justifica o motivo e sua opinião negativas. De qualquer forma, a depreciação é evidente, quase em escala civilizacional, etnocêntrica ou evolutiva, pela comparação, como traço de inferioridade e carência de estruturas diplomáticas. E finaliza o capítulo pedindo que

<sup>160</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. II, p. 179-80. (Sem grifos na edição).



os leitores acreditassem no que relatou, pois apesar de se referir a um território conhecido por poucos naquele momento, tratava-se de acontecimentos semelhantes aos existentes na Ibéria, o que talvez apenas outras partes da cristandade não teria contato.

Mas se todos os procedimentos para escrita foram obedecidos, não haveria, na argumentação do cronista motivos para não acreditar. Assim, sua configuração legitimadora parece completada, isto é, fez-se de procedimentos retóricos e exposição da forma como deveria escrever, conferindo credibilidade ao assunto do passado, que serviria de referência às pessoas interessadas. Por isso toma certos cuidados, e procura transmitir a confiança ao público destinado. Note-se uma vez mais que Zurara detinha um senso de crítica intelectual do que selecionava, por não considerar fielmente, por exemplo, acordos descritos que em prática não foram levados a termo.

Esta primeira parte da crônica, entendida como um prólogo, apesar de não aparecer como tal, credita-se como um plano de objetivos, sem ter uma conclusão em que momento ela foi escrita, isto é, se Zurara seguiu uma sequência como a lemos atualmente. Mas sua posição no início da obra determina as diretrizes e todo o referencial ou que seguiu ou que seguiria, entendendo a construção textual como também uma preocupação ao ato concreto de escrita.

Ao longo dos capítulos, percebe-se uma estrutura bem definida de composição, iniciando pela apresentação ao leitor do assunto o qual irá descrever, geralmente de ataque, com os preparativos, as causas e motivações, a organização e estratégia, o conflito em si, com detalhes topográficos, consequência material, baixas, atos de destaque, e o fechar dos acontecimentos. Os conteúdos dos capítulos acabam sendo unificados, isto é, raros são aqueles em que o cronista continua o relato na sessão seguinte. Esta prática assemelha-se ao entendimento de Cícero sobre a escrita da História, e no conjunto, figura como micro-histórias, uma vez que conexões ou menções entre os capítulos são incomuns. Podem-se interpretar as histórias menores como células que são inseridas na compreensão ampla do sentido de passado, compondo unidades que permitem um senso de integração por cada episódio, provavelmente por serem ao mesmo tempo

entendidos como apropriados pelo evento e pelo conjunto da crônica. Tome-se como exemplo o início do capítulo LVIII:

Se eu no passado capitulo dey rrezão por que prosseguya em minha estoria com allgũas cousas de menos sustamçia que outras que nos capitulos que ante foram e ã direy que naqueste presentem se possa semelhãte compremder, porque çertamente por grande e maravilhosa obra se pode contar aquesta que Affonso Martiz Cayado com os outros que ho seguyram fezerã amtre os ymigos<sup>161</sup>.

Pensando na forma de construir seu texto, pode-se imaginar que Zurara organizava as informações a fim de constituir uma linearidade explicativa e evolutiva, e que segue ao longo da crônica um ordenamento cronológico, muito provavelmente após uma primeira redação, supondo-se que seu texto tenha passado por revisões e alterações, como informações obtidas posteriormente ou mesmo melhoria da redação. Assim, tem-se por hipótese a escrita individualizada dos capítulos, seguidos posteriormente pela ordenação temporal, e ligações iniciais a fim de distingui-los. Observe o início do capítulo XXXI: "tamtas cousas se ajumtarã sobre mỹ dos aqueçimemtos da terra, que não tive tempo d'acudir aos feitos do mar, mas porque me tanto apressam aqueles mareantes, **he necessario que acuda a escrever allgĩa cousa da sua fortuna**"<sup>162</sup>. Ou seja, além de observar as informações que teve contato, o cronista precisa ponderar sobre os diferentes grupos, não se esquecendo de relatar daqueles que na sua opinião foram importantes para a permanência portuguesa, e consequentemente dignos de memória. Como o cronista não apresenta informações datáveis em todas as descrições, não se pode afirmar que adotava uma narrativa com relatos contemporâneos em paralelo ou em sequência, ou mesmo se seguiu um ordenamento temáticos, espacial ou pessoal.

Outra característica construtiva do texto é a eleição de um tema principal, que na crônica analisada parece ter sido o cerco de 1418, em que os portugueses lutaram contra uma ofensiva muçulmana fortemente equipada. Mas para não tratar apenas desde cerco, isto é, para ilustrar e descrever outras situações senão equiparáveis, ao menos dignas de memória, o autor preenche capítulos

<sup>161</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. LVIII, p. 422.

<sup>162</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XXXI, p. 303. (Sem grifo na edição).

cronologicamente até o momento de relatar o cerco. Tem-se a hipótese que esta crônica em estudo procura estabelecer uma relação temporal e textual com a Crônica da tomada de Ceuta, pois o autor continua a narração a partir da escolha do capitão, e o arco temporal não ultrapassa muito o referido cerco, ao menos no primeiro livro. Percebe-se, pois, este expediente de preencher a crônica com descrições cronológicas antes do tema principal no capítulo LXI: **“Ante que metamos a nossa gente aos trabalhos daquelle grande cerco que veo sobre a çidade de Çepta, digamos allgias cousas do maar**, porque porventura a grandeza dos feitos da terra não nos ponha aaquestes em esqueçimento”<sup>163</sup>.

Um último ponto a destacar do texto cronístico de Zurara refere-se a delimitação entre o gênero historiográfico, ou ainda, na identificação do que se propôs a fazer face a outros textos ou gêneros conhecidos:

Estas cousas, **diz o comendador que primeiramente esta estoria ajuntou e escreveo**, vão assy escriptas pella mais chãa maneira que elle pôde, aynda que muitas leyxou de que se outros feitos menores que aquestes poderam fornecer. **Jaa seja que muitos autores, cobiçosos d'allegar suas obras, forneçiã seus lyvros rrecomtando tempos que os primçipes passavã em comvites, e assy de festas, e jogos, e tempos allegres de que se nõ seguia outra cousa senã a delleytaçã delles mesmos**, assy como são os primeiros feytos de Ymgraterra, que se chamava a Gram Bretanha, e assy o **lyvro d'Amadis**, como quer que somente este fosse feito a prazer de hu home que se chamava Vasco Lobeira, em tempo dell rrey dom Fernamdo, semdo todallas cousas do dito lyvro femgidas do autor, poreu eu rrogo a todos que esta ystoria llore que me nõ ajam por proluxo e meu escrever, temdo que o fundamento foy tomado a bõa fim<sup>164</sup>.

Seu argumento pauta-se principalmente nos valores militares da nobreza, vinculados à honra e não aos festejos de prazer, e que se havia relatos destes encontros, como o caso no romance de Amadis de Gaula, seriam ligados à literatura sem compromisso com um relato fidedigno e confiável. O ponto que se verifica não é propriamente com o binômio falso-verdadeiro, mas talvez a vinculação à História de temas como a guerra e os valores e virtudes positivos, que contribuíssem ao acréscimo da honra, como a luta contra os muçulmanos, e não a distração e deleite de si. Note-se, ainda, que Zurara provavelmente não desconsidera a literatura de corte, mas o que ele se propunha a escrever não se destinava a este fim; tal aspecto

<sup>163</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. LXI, p. 443. (Sem grifos na edição).

<sup>164</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. LXIII, p. 454. (Sem grifos na edição).

se figura a um recurso da retórica cronística, que caracteriza sua escrita e a insere num gênero próprio dos acontecimentos passados dignos de memória no espaço da crônica; o valor simbólico do texto cronístico, portanto, se distingue e afirma frente à literatura que o próprio Zurara conhecia e estava presente na corte ibérica. A forma do estilo alia-se o conteúdo, que na visão de Zurara sobre a História, seria de confrontos militares.

Do citado trecho observa-se o indício de redação anterior à Zurara, o que ele identificou como um comendador, sem maiores detalhes. Ainda que não seja objetivo desta pesquisa, não se procura definir a autoria da crônica pela individualidade, pois percebe-se que coligiu informações a partir de várias origens; assim como Galán Sánchez sugere, a função do cronista pelo estilo plano seria organizar as informações. Pode ter acontecido que para a redação do tema, pedidos de informações foram feitos, como em que “[...] e ã esta derradeira vollta matará outro cujo nome esqueçeeo aaquelles de que rreçebemos aviso perra escrevermos aqueste llyvro”<sup>165</sup>, e diversos relatos enviados, percebido na passagem “Ficã os nomes dos outros, pois nõ vieram a nosso conhecimento per **cullpa daquelles que se primeiro trabalharão de ajumtar esta estoria**”<sup>166</sup>, assim como talvez o auto de guerra, entrevistas e análises das correspondências trocadas entre os governantes. É sintomático a menção explícita destas ressalvas, uma vez que estabelece uma espécie de diálogo com o público leitor, e procura direcionar a interpretação e embasamento dos dados contidos, notadamente sobre aqueles que não teria uma responsabilidade direta.

Surgem duas possibilidades: a primeira de uma escrita anterior à tarefa de Zurara, talvez por alguém que morava na região e tratava da memória dos acontecimentos, ou recebeu o pedido para tal. Ou então um texto mais próximo do cronista, auxiliando-o. Ambas as hipóteses indicam uma origem múltipla, e sua declaração direta no texto sugere que tais indícios de construção textual não tenham sido expostos para explicar os detalhes da composição, pois provavelmente naquele momento fosse aceito que a autoria era de Zurara. Mas na presente análise, julga-se um aditivo de confiabilidade e compartilhamento de fontes sobre a origem das

---

<sup>165</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XL, p. 342.

<sup>166</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XXX, p. 301. (Sem grifo na edição).

mesmas, ou apenas uma menção sem preocupação estabelecida. Se considerar que Zurara não presenciou o que narra, evidencia-se a preocupação em demonstrar a qualidade do registro, bem como o cuidado no julgamento e em sua transcrição.

## 2.5 SOBRE O CONCEITO DE HISTORIOGRAFIA

Do discutido acima, algumas considerações precisam ser reunidas a fim de se chegar a uma conclusão da análise. Primeiramente, verifica-se a importância da classificação tipológica do gênero historiográfico, pois com isso observa-se a característica constitutiva e os mecanismos empregados para sua elaboração. Como afirmou John van Seters, a obra historiográfica é uma forma específica da tradição, em que o estudo leva em conta o motivo de se recordar o passado e o significado atribuído. No caso de Zurara, estudos anteriores mostraram a crônica como espaço de memória e leitura com finalidade compensatória:

No momento de escrita dos textos de Zurara, pensamos que elas [crônicas] tinham um papel de evocar uma participação dos portugueses nas ações levadas a cabo pelo monarca, sendo estas crônicas objetos de identificação de acontecimentos passados, de comportamentos esperados, e a oportunidade de ter as ações eternizadas. Aproximar-se do monarca poderia possibilitar a obtenção de três valores essenciais: o proveito da pilhagem, a honra advinda do merecimento por parte do rei, e a glória, perpetuando o nome e a ação.<sup>167</sup>

Da discussão tratada, com suas contribuições para o entendimento e situação do texto de Zurara, perceberam-se os mecanismos tidos para coligir os dados, e verter em aceitáveis e legitimados. Através principalmente do uso retórico, enalteceu pessoas, supriu uma duvidosa carência erudita, e afirmou um procedimento que permite ao leitor acreditar no que lê. Em se tratando de um espaço dependente de um reconhecimento social como a História, em que a crítica moderna não existia, tais etapas se mostram eficazes. O uso da retórica, neste sentido, possui coerência e cumpre com o objetivo.

Do analisado da crônica selecionada, observou-se uma dupla tipologia que caracterizava o texto em suporte historiográfico: a forma e o conteúdo. No primeiro

---

<sup>167</sup> ORTA, Daniel Augusto Arpelau. **Escrita, poder e glória: cronistas tardo-medievais portugueses e a nobreza no primeiro movimento expansionismo no noroeste africano (c. 1385-1464).** Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. f. 69.

quesito, como descrito nos usos de instrumentos linguísticos, em especial o retórico, buscou-se estabelecer uma confiabilidade de informações referentes à memória do passado português no norte de África, em que a presença dos leitores e mesmo do autor não eram possíveis, pelo tempo e espaço, tendo por isso que transmitir uma segurança dos dados. A transferência em qualidade do passado necessitava, pois, da prova e convencimento de quem teria acesso e faria uso do contido.

No segundo tipo identificado, o conteúdo, notou-se como nem todos os acontecimentos seriam objetos para constar no livro, havendo uma seleção e eleição de temas prioritários, como a guerra, feitos considerados notáveis e exemplares, como serão alguns analisados no capítulo seguinte da dissertação. Estes feitos foram de diversa sorte, envolvendo vários grupos e resultados, mas relacionados aos critérios de honra e serviço admirados pelo grupo solicitador do documento cronístico, provavelmente a fim de relacionar identidade e genealogia política no passado de ascendentes. Ainda no campo do conteúdo, os jogos, as festas, o prazer, enfim, poderiam ser descritos no âmbito da memória, mas numa escala inferior, e a prioridade elegida para o relato histórico no documento analisado eram os atos de práticas virtuosas.

Os acontecimentos narrados já aconteceram à época com mais de três décadas, mas transpor em crônica, em categoria historiográfica, pode ter significado a visualização de práticas desejadas por uma parcela do corpo político português, ou ainda, reconhecer tal grupo como portador de privilégios e encaminhamentos valorados positivamente. Enfim, ainda que um estudo mais profundo seja necessário, comparando mais obras do cronista e outros documentos, acredita-se que as tipologias conceituais da cronística puderam ser observadas, e classificadas em uma tradição de longa duração de legitimação do espaço textual da memória.

### 3 MODELOS, PRÁTICAS E VALORES

A discussão levantada até o presente momento nesta pesquisa pretendeu circunscrever a documentação selecionada dentro do seu contexto histórico, social e tipológico. Neste capítulo, assim, tem-se por objetivo analisar alguns trechos da crônica selecionada a fim de entendê-los à luz do que já foi exposto, isto é, compreendê-los nos níveis da cultura política portuguesa do século XV. A divisão do presente capítulo foi estruturada em três partes: a primeira que recupera algumas conclusões sobre as características historiográficas da crônica, no que se refere ao conteúdo preterido pelo autor. No segundo momento, ocorre a análise propriamente dita, optando-se por estabelecer o eixo de observação sobre a hierarquia identitária. Por fim, buscou-se estabelecer um significado para o analisado, retornando ao debate contextual que possa aferir sobre a pertinência da leitura documental realizada, conectando com os resultados anteriormente tratados.

#### 3.1 DESCRIÇÃO E PRESCRIÇÃO VALORATIVAS

Através da leitura da documentação cronística produzida por Gomes Eanes de Zurara, percebeu-se que o autor se preocupava com o registro dos acontecimentos passados no norte de África a pedido do rei Afonso V, e que nobres tinham interesse de que familiares participantes do estabelecimento naquela região fossem descritos em textos socialmente reconhecidos como afirmadores de posições políticas. Entendeu-se também que Zurara identificara a crônica como um gênero histórico, dando ao ofício um teor de veracidade e aceitabilidade, e que os feitos passados pelos cristãos, em especial dos portugueses, estariam registrados. A própria estrutura da crônica, sequenciada cronologicamente e compilada a partir de relatos de habitantes ou seus conhecidos, textos produzidos até então, e trocas de informações entre os dois continentes, conferiram como produto final um texto contendo a ideia de registro da memória. Tal postura, observada a bibliografia que ocupa do gênero historiográfico em geral, pareceu coerente e delimitada, ou seja, condizente com a função e o objetivo que aquele cronista se propôs a realizar, dentro do estilo historiográfico.

No entanto, a característica descritiva não foi a única observada. A partir dela, outro nível de comunicação pode ser localizado pelo que se entende de efeito

prescritivo, isto é, uma opinião ou a eleição de preferências por determinadas circunstâncias e valores, que acabam dispendo como qualidades exemplares, sutilmente sugeridas. Ainda que o cronista defenda textualmente sua preocupação em apenas coligir fatos, como se estes fossem independentes e autônomos da responsabilidade autoral e seu julgamento moral, ele deixa rastros de que os acontecimentos foram selecionados de um universo mais amplo. Veja-se, por exemplo, um destes indícios: “de grande prolixidade pareceria nossa escritura se pelo miudo quisessemos contar quantas escaramuças os cristãos ouverão com os contrários emquanto estiverão çerca da çidade...”<sup>168</sup>. Esta recusa à prolixidade denota, assim, que o espaço da escrita da História não deveria ser da simples repetição dos documentos consultados, ainda que possa parecer ao leitor atual. O entendimento desta situação não significa a sua inviabilidade analítica, pelo contrário, aponta para a percepção das prováveis escolhas no ato de escrever conforme algumas opções que serão o objeto do presente capítulo.

A partir do momento que entende-se que houve uma seleção das informações, fruto das opiniões e referenciais culturais e políticos, o elemento prescritivo pode ser interpretado como a expressão de tal filtragem, ou ao menos o propósito de valor modelar que considerariam dignos de lembrança e preservação. Desta forma, analisar tais descrições implica em buscar estabelecer conexões com as intenções que aquela sociedade, em especial o círculo aristocrático, entendia como válida no aspecto da memória, da identidade e da ideologia, uma vez que se acredita que tais textos cronísticos tiveram o objetivo de vincular passado e presente, valendo-se do primeiro para apresentá-lo ao segundo.

A princípio, dentro de um universo referencial o qual o cronista se baseou para sua escrita, a menção de recusa à prolixidade pode ser considerada esperada, mas o que direciona a preocupação de análise aos valores de exaltação foi a confirmação de uma das escolhas de seus critérios, como pode ser observado este trecho:

Outras cousas foram ally filhadas, que nō sō necessarias de se escrever, porque **soomente das cousas notaveis nos he emcomendado dar rrezão**. E, posto que nos allgũas escrevamos que poderão ã allgũa parte parecer menores do que a sostemça da estoria rrequere, saibam aquelles

<sup>168</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XVII, p. 236-237.



que este nossa obra llerẽ **que se faz por mais nos parecer que podiã aproveitar pera emxemplo aos vimdouros, que com vomtade d'acreçemtar soma de pallavras.**<sup>169</sup>

Em outras palavras, a ideia de escrita da História passava pela definição de um tema, motivo ou desejo, que era buscado através de relatos sequenciados temporalmente. O próprio rei Dom Afonso V, como pode ser entendido, requisitava o registro das coisas notáveis que seriam preservadas, e que serviriam a alguns objetivos e várias finalidades; existia uma quantidade maior de assuntos do que foi compilado na crônica, através da limitação organizativa. Como observado no capítulo anterior desta dissertação, o autor tinha por foco temático os feitos militares, e por isso estabelece uma seleção do universo de informações a fim de privilegiar tal aspecto da sociedade.

Note-se que em outra passagem, onde ele procura listar como os principais nomes de ação no noroeste africano, existe a remissiva de que caso houvesse algum esquecimento, este não era devido a sua culpa: “e os outros, allem daquestes que aquy nomeamos, que ã aquelle tempo servirã pella cronyca serã achados, ou se per esqueçimento passarã a cullpa seja daquelles que estes feitos primeiramente poserã ã llembrança”<sup>170</sup>. Ou seja, parte-se do princípio que havia uma quantidade de informações limitada, e buscou-se ainda selecionar o que fora considerado mais exemplar, isto é, uma seleção dentro da seleção, permitindo o destaque de feitos para o engrandecimento das trajetórias e da noção de identidade, já que ao público destinado tais condutas teriam alguma ligação, seja em nível familiar, seja no âmbito da identidade social. Escrever uma crônica, lembre-se, não era apenas inserir informações, mas ter contato com exemplos destes textos, observar suas propriedades, e aplicar o parâmetro correspondente ao seu texto. Por isso as justificativas faziam parte da legitimação tipológica, e comportavam um nicho de assuntos.

Sabendo-se que houve uma filtragem, possíveis omissões são responsabilizadas ao primeiro registro daqueles acontecimentos, mas também podem ser pensadas como desprezíveis de registro por parte de Zurara, que imputa

<sup>169</sup> GEZ-CCDPM, Livro II, Cap. XXI, p. 634. (Sem grifo na edição).

<sup>170</sup> GEZ-CCDPM, Livro II, Cap. IV, p. 545.

tal situação somente a um eclipse terceirizado e não a seus critérios, que também eram subjetivos.

Como gênero historiográfico, o cuidado de selecionar apenas exemplos e casos de destaque permite investigar os objetivos para a recuperação daqueles feitos, já que este estilo textual destacava-se de um documento de uso cotidiano, por exemplo, conferindo aceitabilidade a determinados grupos sócio-políticos no momento de sua redação, e mesmo a noção de que seriam textos feitos para serem preservados e perpetuados por gerações. Tem-se como hipótese uma dialética entre os solicitadores e o público destinado, na medida em que existiria tanto uma expectativa de registro como de identificação pelos leitores. Mas não se pensa de forma opositora, isto é, como se o público leitor não tivesse conhecimento dos signos culturais que são exaltados, mas que estes são recuperados em vista de ilustrar um passado que poderia ser representativo como elemento de importância e identificação no âmbito da cultura política. O que interessa da dupla camada de descrição e prescrição é o potencial modelar que a última pode impactar o público destinado, pelo componente da identidade de grupo social<sup>171</sup>. Em outros termos, a forma como tais relatos foram compilados e a seleção seguida de critérios políticos e ideológicos para enaltecer comportamentos e sugerir-los como ideais, como é observado novamente pelo próprio cronista:

Porvemtura allgũs dos que llerem esta nossa estoria averam por sobejo comtarmos allgũas cousas miudas ou taes que não trouxeram efeito. E porem saybam que se nõ fez por ajuntar soma de pallavras, **somente nos pareço emxemplares pera algũs outros feitos que se ao diamte poderam aconteçer.**<sup>172</sup>

A tipologia historiográfica, naquele ambiente, pode ser entendida como espaço de identidade cultural e política através do instrumento de preservação de uma memória valorizada. Neste sentido, o elemento prescritivo é sutil e compõe uma

<sup>171</sup> Vejam-se alguns trabalhos que seguem tais propostas. BERTOLI, André Luiz. **O cronista e o cruzado**: a revivescência do ideal da cavalaria no Outono da Idade Média Portuguesa (Séc. XV). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.; GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): o espelho do rei**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.; MOCELIM, Adriana. **Por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha**: O Livro de Linhagens do Conde Pedro Afonso no contexto tardo-medieval português. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

<sup>172</sup> **GEZ-CCDPM**, Livro I, Cap. LVII, p. 419-420. (Sem grifo na edição).

camada densa de possibilidades interpretativas sobre a documentação, o que não impede a análise em todo caso; apenas trabalha-se com mais possibilidades do que aplicações, sendo estas de difícil localização pela carência ou inexistência de registros posteriores. Em outros termos, estuda-se a elaboração de textos que seriam recepcionados, mas não se têm registros de como foram interpretados. Note-se, portanto, que provavelmente não existia uma oposição de pensamento entre a descrição e a prescrição, fazendo parte do mesmo referencial cultural, que este seria mais a opção seletiva do que ser preservado, compondo uma tradição que recuperada em forma historiográfica serviria a algumas finalidades, objetivadas na análise nesta pesquisa.

Ressalte-se, retomando algumas conclusões do capítulo anterior, que existe uma diferença do conceito de historiografia entre aqueles e o atual. Desta maneira a circunscrição tipológica é fundamental, por necessitar da atenção para os recursos de elaboração que transmitem não um reflexo daquela sociedade, mas a construção de um passado, já que a escrita das crônicas ocorreu década depois, baseada em relatos também selecionados, a partir de objetivos diferentes; a questão é de gênero textual e eleição de temas por afinidades ideológicas<sup>173</sup>. É presumível considerar que tanto o cronista como o público que teve acesso aos seus escritos tivessem a sensação de controle da totalidade do acontecimento passado, e disto o efeito positivo de validade do gênero historiográfico; e ainda, as consequências em nível simbólico podem ser aferidas como aceitáveis de intenção e aceitação. Com isso, atualmente, não se deve abordar a crônica apenas como o local de informações, mas uma composição ideológica de opções e finalidades em contextos distintos da produção e de seu assunto.

### 3.2 ESTRATIGRAFIA SOCIAL E PODER

Espera-se que a discussão travada no tópico acima não tenha deixado dúvidas quanto ao potencial prescritivo, que este se torna eficaz a partir de acontecimentos concluídos, ou seja, de descrições inseridas no contexto prático e

---

<sup>173</sup> Em estudo das crônicas castelhanas e sua influência também na historiografia portuguesa, Isabel de Barros Dias chegou a ponderações desta natureza. DIAS, Isabel de Barros. **Metamorfoses de Babel**. A historiografia ibérica (Sécs. XIII-XIV). Construções e estratégias textuais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

histórico. Assim, o objetivo deste capítulo é analisar algumas destas situações, que sugerem uma valoração ou pelo menos um princípio da atividade política.

### 3.2.1 Delegação da capitania

Após a conquista da cidade de Ceuta, e da missa em que foram feitos cavaleiros os infantes de Dom João I e seus respectivos subordinados, completando a principal finalidade apresentada inicialmente para aquele confronto em África<sup>174</sup>, Zurara descreve como ela teria em si uma significação dependente, isto é, por mais que o objetivo de armação de cavalaria fosse atingido, havia um obstáculo para que a legitimação simbólica alcançada fosse mantida. Este empecilho seria a guarda da cidade, onde o rei Dom João I apontara quatro motivos para não deixar a cidade à sorte de Deus:

**Cá se agora assim leixássemos esta cidade, não sei que serviço receberia de nosso trabalho.** Cá os infiéis tornariam logo a ela. E, por doesto da Sua santa Fé, naquelas casas, onde o Seu sacrifício foi feito, fariam outras cousas de grande vitupério e desonra nossa. E a segunda razão é, porque ficando assim esta cidade só nosso poder [sob nosso domínio], poderá ser azo [poderá resultar oportunidade] de se moverem alguns príncipes cristãos para virem aqui e com seu poderio e frota sojugarem alguns outros lugares desta conquista. [...] A terceira razão é, porque os bons homens de meus reinos não hajam razão de esquecer o virtuoso exercício das armas, ou, por ventura, querendo obrar em isso, não irão buscar os reinos alheios, onde provém sua força, tendo, ante si, cousa tão azada em que o possam fazer. [...] A quarta razão é, porque a memória de tamanho feito possa durar ante os olhos dos homens, enquanto a Deus prouver de conservar a sua obediência de sob o poderio dos rex de Portugal e por que alguns gentis homens, que por honra e amor de Nosso Senhor Deus quererão trabalhar contra os inimigos da Sua santa Fé, tenham casa e lugar, onde possam fazer.<sup>175</sup>

Os motivos se apresentam como possibilidades do que aconteceria conforme o arranjo de estabelecimento, de permanecer ou não. Dentre os quatro motivos, deixar a praça controlada por portugueses para o exercício de armas e memorar os feitos com esta permanência teria, na interpretação do monarca, o significado importante para completar o primeiro motivo, que era evitar que os muçulmanos

<sup>174</sup> Esta questão foi discutida em: ORTA, Daniel Augusto Arpelau. **Escrita, poder e glória**: cronistas tardo-medievais portugueses e a nobreza no primeiro movimento expansionismo no noroeste africano (c.1385-1464). Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

<sup>175</sup> **GEZ-CTC**, Cap. XCVII, p. 278-279. (Sem grifos na edição).

voltassem e profanassem a terra, desfazendo, pois, o serviço de Deus. Em conselho, foi dito ao rei que sua intenção de manter a cidade sob controle português era louvável, mas haveria algumas objeções, pois Ceuta ficaria distante do reino, e em caso de represarias dos muçulmanos, um auxílio vindo de Portugal poderia ser ineficaz. Para isto, poder-se-ia deixar um número considerável de cavaleiros e auxiliares em África, mas a divisão entre África e o reino poderia ser perigosa para ambos os espaços, já que se dividindo as forças, estariam os portugueses vulneráveis em duas frentes<sup>176</sup>.

O monarca, guiado pelo sentimento de que estava fazendo a opção certa em servir a Deus, deixa as questões hesitantes sobre a conservação e opta pela permanência de um corpo político português na região. Com esta decisão, alguns nobres fidalgos deveriam ficar na cidade, bem como um contingente capaz de sustentar a permanência em nível militar e da vida cotidiana. Logo em seguida desta decisão, surge à querela pelo nome de comando na praça africana<sup>177</sup>. Do escolhido pelo rei, Martim Afonso de Melo, apresenta-se escusas através da orientação de seus conselheiros. Como o rei fica insatisfeito com tal postura, pede para que estes fiquem na praça como castigo, já que apresentaram como justificativas o desprestígio da região, bem como a exposição ao perigo de guerra; deveriam, portanto, sentir aquilo que não desejavam à Martim Afonso de Melo.

Antes de analisar a escolha e orientação de Pedro de Meneses, note-se que existe uma diferença do relato na **Crónica da tomada de Ceuta** e na **Crónica do conde Pedro de Meneses**. Basicamente, a diferença está na ordem de apresentação dos candidatos e na menção no segundo texto pela opção por Nuno Álvares Pereira, que faz uma recusa aceita pelo monarca, ao contrário de Martim Afonso de Melo. Do que já tinha feito pelo rei e reino, o condestável tinha mais interação e saldo político. Mas percebe também que Pedro de Meneses aparece de forma diferente na crônica que leva seu nome, o que pode levar a imaginar a

<sup>176</sup> Algumas interpretações sobre isso foram feitas brevemente num estudo sobre a História do Império português, dedicando atenção para este trecho da documentação. DIFFIE, Bailey; WINIUS, George. **A fundação do império português. 1415-1580**. Lisboa: Vega, 1993. 2 vols.

<sup>177</sup> A análise desta escolha foi realizada na seguinte pesquisa, em especial no ponto 2.6 “Uma estratégia de ascensão política na fronteira”. ORTA, Daniel Augusto Arpelau. **Escrita, poder e glória: cronistas tardo-medievais portugueses e a nobreza no primeiro movimento expansionismo no noroeste africano (c. 1385-1464)**. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

importância de apresentá-lo como viável e disposto àquele empreendimento militar, que ao fim e ao cabo resultou em feitos dignos de memória para aquela sociedade.

Surge então o nome de Pedro de Meneses, através da vontade do mesmo que se apresenta ao infante Duarte, que aceita e indica ao pai. Após o momento da decisão final, a crônica apresenta os primeiros contatos que estabelecem uma transferência de poder assentada na seguinte fala:

Como quer - disse elle - que vos ate'gora conhecesse por tall que nom pode çertamente em vos rreçeeber doesto o **nobre sangue de que deçemdeis de todas vossas quatro avoemgas**, empero não esperava que me tan asynha chegasse tempo em que me tam espiçiallmente podesse de vos servir, o quall tanto mais semto e rreçebo por espiçiall quamto vos a ello movestes com melhor vomtade, **e muito mais porque ho fezestes sem rrequerimento meu nẽ doutra pessoa que o de minha parte semtysse.** [...] vos dar azoo e esforço pera me vos servirdes muy bem em este carrego, como me trazer ao conheçimento de **vossa bõa vomtade e vos acreçemtar naquella homrra que vossos amteçessores tiverã em estes rregnos d'Espanha** e aynda muito mais, caa por çerto não he menos meu desejo.<sup>178</sup>

Certamente a escolha recaiu por afinidades e interesses tanto do futuro conde, como dos conselheiros do rei e de seus infantes. As qualidades de desempenho são entendidas por aqueles como advindas pela origem familiar, tanto no sentido de filiação como provavelmente pela memória de atuações de sua linhagem, o que separava grupos e funções, restringindo o universo de candidatos. Também existe a menção de que a vontade partira de Pedro, o que coloca como interessado em permanecer e, portanto, disposto aos riscos ao contrário de Martim Afonso de Melo. Assim, distingue-se do anterior e apresenta-se como sintonizado com a proposta régia. Ou seja, haveria as noções de sangue e tradição de feitos familiar, que poderiam sugerir futuras boas ações, confirmadas pela vontade de Pedro de Meneses de defender a cidade dos muçulmanos. O encaminhamento da decisão parece ter sido acertada, ao menos os critérios foram reconhecidos por aqueles e dispunham de provável sucesso.

Tem-se por hipótese o interesse de Pedro de Meneses pela capitania de Ceuta como maneira de ascensão social, já que a posse de tal posto permitiria a obtenção de reconhecimento simbólico da defesa cristã, além de benefícios materiais tanto através do confronto com o muçulmano como de acréscimos pela

<sup>178</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. VII, p. 202-203. (Sem grifos na edição).

casa régia<sup>179</sup>. A importância pelo comando da cidade implicava evidentemente em algumas responsabilidades, mas que o capitão não seria abandonado à própria sorte, pois segundo o rei “[...] sobre todo teerey espiçiall cuidado de vos acorrer a quallquer pressa e trabalho que vos sobrevenha e, pois Deus ouve e há por seu serviço que eu esta çidade mamtenha, a elle praza de me sempre ajudar como a possa guardar e mamter pera seu serviço”<sup>180</sup>.

Analisando em conjunto a situação de escolha de comando ao capitão e posterior conde Pedro de Meneses, observam-se etapas que sugerem a representação da transferência de autoridade. Primeiramente, existe a escolha do capitão pelos critérios acima localizados; a seguir o monarca orienta pessoalmente Pedro de Meneses a seguir os preceitos cristãos e dimensiona seu poder naquela localidade:

Hũa cousa vos emcomendo, a quall vos seja como por primçipall mamdamemto, que primeiramemte o serviço de Deus que outra allgũa cousa seja em começo de toda vossa ordenamça. **Leixo-vos mais** - disse elle - **todo meu comprido poder, porque possais mamdar ê esta çidade como eu propriamente faria se presente fosse**, como ho quall poderês poer ofiçiaes, assy de justiça como de fazemda, e, segumdo vossa comçiência, **podeys emxecutar quallquer cousa que semtyrdes por bem do comum della**, nẽ vos tomo menagem do castello nem da çidade, porque nõ soomente aquesta mas outras, se mas Deus nesta parte der, emtemdo comfiar de vos.<sup>181</sup>

Aqui se deve ponderar que a distância geográfica do reino, as prováveis retaliações que receberia dos muçulmanos, e a condição de líder dos portugueses davam ao rei a perspectiva de transferir ao capitão todo o poder que pudesse haver naquela situação, a fim de que tomasse as medidas de forma rápida e eficaz, conforme a ocasião. Na ausência do monarca, a efetivação da permanência portuguesa necessitava da abertura e concessão de autoridade, e por isso a

<sup>179</sup> Em estudo pormenorizado sobre tal personagem, Nuno Campos chegou a sugerir tal explicação. CAMPOS, Nuno Silva. **D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)**. Lisboa: Edições Colibri, 2004. Encontra-se, nos ANEXOS desta dissertação, duas árvores genealógicas produzidas por Nuno Campos sobre tal personagem: uma da família Teles de Meneses, inserindo-o nas redes matrimoniais da Península Ibérica dos séculos XIII-XV; e outra sobre os casamentos e seus descendentes.

<sup>180</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. VII, p. 203.

<sup>181</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. VII, p. 204. (Sem grifos na edição).

delegação e atributos do cargo. Trata-se, portanto, de uma região de perigo e fronteira, condicionada a tal postura e preocupação.

A confiança personalista das relações régio-nobiliárquicas permite igualmente sugerir que tal delegação fosse feita pela origem e projeção de privilégios do grupo aristocrático advindo do nobre em questão. Isso não implicava, entretanto, na ilimitada carga de atribuições práticas, mas na condução e estruturação de uma hierarquia consonante com as diversas atividades necessárias; inclusive percebe-se que ele deveria escolher pessoas para lhe auxiliar, sendo mais um comandante que precisaria de apoio, prática e reconhecimento. Uma posição elevada na escala hierárquica implicaria, evidentemente, em benefícios, mas que eram correspondidos pelas responsabilidades, deveres e compromissos assumidos, tanto em prejuízo como em ganho.

E para que este projeto fosse efetivado ao lado de outros fidalgos com prováveis ambições, nota-se a preocupação do rei em primeiro aconselhar Pedro de Meneses, como já observado, como que em particular, e depois mostrar aos demais como a participação destes era também importante:

- Servidores e amigos, **eu vos escolhy amtre tantos e tam lleais vassallos como vedes que aquy de presente tenho**, pera me servir de vos na guarda desta çidade, e quanto esto seja de minha homrra e serviço vos ho podeis bem conhecer, e por ello seria escusado fazer-vos eu sobre sua guarda mais lomgo sermão. [...] **Çertamente a mÿ nõ convem despemder pallavras e vos admoestar que sejais fortes nas pellejas que com estes ymfies ouverdes**, caa sey que, aymda que quysesseys, nõ poderiais fazer o comtrario do que comvosco nação dos ventres de vossas madres, que foy ardimento e fortalleza.<sup>182</sup>

Como será observado mais adiante, houve pessoas que foram à Ceuta e voltaram ao reino, e outras que continuaram em África, interessados ou não. Independente da opção de cada novo residente, o rei procura apontar os critérios da escolha da capitania e o respeito devido ao novo comandante, não devendo existir espaço para objeções, já que era sua vontade e, como tal, deveria ser respeitada:

Por ã, **conheçemdo eu quanto isto hera neçessario amtre vos outros**, comsyrey de vos leixar aqui tall pessoa de que me emtemdesse nesto melhor servir e que guardasse minha homra e vossa, como todo bõ resguardo que em tais casos é devido, assy a mÿ como a vos,

<sup>182</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. VIII, p. 205. (Sem grifos na edição).



**conheçendo-o por tall, assy per lynhagem como per virtudes**, que fara todo como compre a meu serviço e bem de vos outros. E este he dom Pedro de Meneses, filho do comde de Viana, o quall, allem de ser o que disse, tem parte em todallas boas gerações de meu rregno. E **porque pellos tempos vymdouros aquy he necessário que venham todollos bõos de minha terra, assy por fazer a mý serviço como por buscar homrra a sy mesmos**, e aymda estramgeiros....<sup>183</sup>

Nota-se, primeiramente, a legitimação do escolhido pela linhagem, imputando à escolha validade, e que havia o intuito de tornar a região um local de obtenção de honras. A identificação de que havia virtudes vinculadas a sua condição linhagística também permitira a ele creditar-se como confiável e possuidor de qualidade morais, que no conjunto deveriam ser respeitadas. Entende-se que tais virtudes seriam consideradas oriundas da origem, o que atrelava sangue e signos aristocratizantes. Neste sentido, um mínimo de controle administrativo era necessário para garantir a visita daqueles que buscariam o exercício das armas num futuro próximo, bem como a boa receptividade destes. Após essa etapa de nomeação do capitão, o rei tem ainda a necessidade de aconselhar sobre como deveriam se comportar frente ao inimigo:

[...] Somemte vos amoesto e rrequero que **todos vossos feitos sempre sejam com todo bõo rregimento**, que sam cousas que no auto das guerras muitas vezes aproveita, e ho comtrario dana muito e empeçe, caa ja ouviriaes, ou porvemtura verieis, muy gramdes esperemçias de semelhamtes feitos e por ellos **deveis de tomar muy grande cuydado de vos sêpre muy cautellosamente meterdes nos perigos**, comsyramdo que eu **nom vos lexo aquy tão por ofemder, como pera defemder bem** e que, quamdo se fazer poder com bom rresguardo, nõ me desprazerá de fazerdes aos ymfies qualquer dano que ser poder e de sayrdes a elles, **avendo primeiro bõa seguramça que vos possais**, com vosso sallvo, delles aproveitar.<sup>184</sup>

A noção da prudência e da atenção pode ser recuperada na justificação apresentada pelo monarca para o preparo e direcionamento do comportamento esperado pelos principais líderes, como se observa em sua fala. Pode-se imaginar que estando longe do domínio e autoridade régia, alguns nobres teriam um comportamento mais descuidado, o que precisa ser indicado e sugerido, ainda mais levando-se em conta que o líder destes seria advindo do mesmo estrato social, talvez desconhecido ainda por alguns, em que a autoridade poderia não ser

<sup>183</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. VIII, p. 207. (Sem grifos na edição).

<sup>184</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. VIII, p. 205-206. (Sem grifo na edição).

totalmente aceita ou distinguida. Percebe-se, ainda, a orientação de primeiro guardar a cidade conquistada, e caso houvesse situação para avanço, enfim este seria benéfico. O ataque não deveria ser negado, mas este não poderia ser sinônimo de ambição desmedida. Esta é uma característica que está presente com frequência na documentação, como será demonstrado mais a diante na análise<sup>185</sup>.

Por isso, enfim, Dom João I retorna sua fala aos principais fidalgos, apresentando os princípios de ordenamento hierárquico social e político que considerava adequados:

E porque des que o mundo foy criado, nã soomemte amtre hos homens, que são criaturas rraçoaveis, mas amtre as brutas animallias, **sempre há nos grandes ajuntamentos cabeça e superior**, caa doutra guisa pereçeriã todollos que se ajuntassẽ, como achareys no **rregimento dos prymçipes**, que muitas vezes em minha camara ledes e ouvis, omde diz, allegamdo, Ypodonio filosofo que nunca muitas cousas poderiam fazer hũa, se amtre ellas não ouvesse hũa soo a que primçipallmemte todallas outras nom fossem emderemçadas [...] E esta neçessydade, conhecida por aquelle que todallas cousas conhece e sabe [Deus], lhe fez causa **pera poer primçipes na terra, assy como rreis, e duques, e comdes, como todolos outros que pera bõa governança e rregimento do mundo pertemçẽ, porque a congregação dos povos nom pereçesse**.<sup>186</sup>

Este trecho é explícito quanto ao entendimento da justificativa de ordenamento aristocrático daquela sociedade, mostrando como as funções régias e de comando eram vistas como naturalmente dispostas. A referência ao modelo de **Espelho de príncipes**, muito difundido na Europa desde pelo menos o século XII, corrobora a idéia de pedagogia política das atribuições dos vários grupos sociais, em especial da monarquia. Estes tratados políticos visualizam um potencial organizativo da sociedade política, sendo o príncipe uma figura importante para mediar os membros desta com os preceitos teológicos da cristandade. Tais textos permitem a elaboração de uma figura régia ideal, codificada por virtudes e gestos que garantiriam sua legitimidade como condutor dos assuntos políticos caros ao mundo ocidental.

<sup>185</sup> O estudo da virtude da prudência nos textos doutrinários daquele contexto sugeriu tais interpretações. SKONIECZNY, Graziela da Silva. **Dom Duarte, O Leal Conselheiro e a virtude da prudência**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.; MONGELLI, Lênia Márcia. (Coord.) **A literatura doutrinária na corte de Avis**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

<sup>186</sup> **GEZ-CCDPM**, Livro I, Cap. VIII, p. 206. (Sem grifo na edição).

Assim, Dom João I transfere e legitima a mesma disposição da autoridade monárquica ao capitão de Ceuta, para que este tivesse reconhecimento de suas atribuições, pelos princípios em vigor. Aos líderes, portanto, devia-se respeito e subordinação, pois estes tinham uma função importante e dependente de aceitação daquela disposição; neste sentido, enfim, justifica-se o assentamento hierárquico, composto de divisões que precisariam de organicidade e colaboração de todos.

### 3.2.2 O descontentamento dos populares

Sabe-se que além dos nobres e fidalgos, identificados como os protagonistas da documentação, a manutenção da cidade necessitava de pessoas e tarefas diversas além da guerra de curto alcance. Neste ponto abre-se uma dúvida com relação ao interesse daqueles que ali permaneceram, pois não se saberia ainda o que fazer após o ataque planejado inicialmente; muitos devem ter pensado que voltariam para o reino após o confronto em solo africano. Pelas decisões vistas anteriormente de Martim Afonso de Melo e Pedro de Meneses, haveria objetivos divergentes entre os próprios fidalgos. A própria indecisão do rei Dom João I sobre o futuro de Ceuta confirma o desconhecimento do destino que muitos poderiam ter.

Entretanto, ainda que o foco da crônica fosse os notáveis feitos dos nobres, vozes dissonantes não apenas de nobres são encontradas na documentação, como no caso em que Zurara descreve a despedida de quem ficaria ali aos que retornavam ao reino:

Por certo, aymda que eu [cronista] quisesse, eu nom poderia escrever sem lagrimas a espidiçam que estas gemtes fezerão hũas das outras, [...] Caa os que ficavã, **espiçialmente os populares, pemsavã que jamais numca aviam de tornar ao rregno**, caa se viam nas partes d'Africa, **de hũa parte çercados do maar e da outra dos ymigos**, e nõ somente comsyravão que aquella terra omde elles estavam hera desejada dos naturais [nascidos em Ceuta], mas de todallas gerações que adoravão Mafamede [Maomé].<sup>187</sup>

Além de serem separados de amigos e familiares, expressam uma insatisfação pelo fato da vulnerabilidade que sofreriam pelo combate militar, prevendo o que aconteceria após o retorno dos principais ao reino de Portugal e pelo efetivo diminuído. O que identifica uma diferença frente ao comportamento dos

<sup>187</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. X, p. 210-211. (Sem grifos na edição).

fidalgos é o termo **populares**, que faz questão de enfatizar em situação pejorativa. Em outra situação, confirma-se tal valor depreciativo àquele grupo, pois “mas elles [fidalgos] por certo não fizeram como villãos, caa pellejamdo fortememte se defemderão ate o outro dia, que os mouros poserão fogo a porta da torre”<sup>188</sup>. Aqueles, em oposição a estes, não visualizavam sua permanência em Ceuta com projeções positivas, pois se afastam de sua origem vilã e presa à raízes perenes. O cronista relata que o descontentamento não era exclusividade dos vilões, e que provavelmente fidalgos de origem podem ter se preocupado com o real perigo em que estavam. Mais ainda, como se observa do seguinte trecho que continua a expressar o temor pela estadia:

- Aa, Deus - deziã elles - Quamto as cousas tristes sao menores d'ouvir que de semtyr! Bem-aventurados vos outros que tornais a **visytar vossas casas, molheres e filhos e viver e acabar amtre as cousas que amais** [...] Mas nos outros que aquy fycamos **somos feitos como desterrados** a que os mereçimmentos dos mallefícios trouverão causa de morte corporall e, com allgũa temperamça de piadade, **os lamça** em meo dallgũas allymarias **por sacrefiço nas mãos dos ymfies, aos quais gravamemte avemos de pagar assy a perda da çidade** como das casas e fazemdã, porque, se não abastar o poderio destes que pareçem, toda Africa lhe dara socorro.<sup>189</sup>

Sabiam que eram os mais vulneráveis quando de um ataque, que seriam os primeiros atingidos, sofrendo toda espécie de prejuízo. Na opinião daqueles, o objetivo de manter o controle em nome cristão era dos grandes fidalgos, mas a custa da vida de pessoas que não concordavam com tal medida, como completa neste trecho: “E por certo que ho nosso rrey não sera pouco obrigado de dar comta de nos amte a presemça daquelle Senhor [Deus] de cuja mão rreçebeo o rreal poderio, omde lhe sera caramemte demamdado nosso sangue e porvemtura nossos pecados...”<sup>190</sup>. Nesta passagem observa-se como aos olhos daqueles, caso o monarca pensara ter benefícios com sua decisão, seja em prejuízos seja em mortes, também deveria ser responsabilizado pelo poder e delegação de governo que sua posição como rei a implicava. Ainda que insatisfeitos, nada parecia ser possível além da lamentação. Restava aceitar a situação e talvez transferir possíveis

<sup>188</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. II, p. 538.

<sup>189</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. X, p. 211-212. (Sem grifos na edição).

<sup>190</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. X, p. 213.

responsabilidades do rei ao julgamento divino, isto é, que o providencialismo e a carga da hierarquia tinham efeitos semelhantes.

Interessante antes de observar a repreensão que o capitão fez aos desolados foi a opinião que surge sobre o ocorrido. Pela menção tercerizada de Zurara, este transcreve talvez o comentário do primeiro compilador das histórias passadas em África:

He verdade, diz o autor desta storia, que, posto que a **natureza humana naturallmente seja temerosa, os pemsamentos daquestes em allgũa parte nom heram vaãos**, caa elles ficavõ em aquella çidade que hera naquele tempo casy a frol daquela terra d'Africa, cuja perda, de rrezão, avia de ser dos mouros muito semtyda, [...] a qual, ficamdo tam azada pera a tornarẽ a tomar, **de crer hera que fariam sobr'ella quamto podessem**, [...] hera neçessario que fizesse naquelles, **nõ aymda popullares, mas nos outros mas nobres, muyto desvayradas cuydações**.<sup>191</sup>

O medo é definido como natural ao Homem, e que as reclamações eram até certo ponto coerentes, pois dimensionava-se o que fora ocorrido, isto é, a conquista de cristãos sobre muçulmanos dentro de um território onde a presença dos seguidores de Maomé era hegemônica. Apesar do projeto defendido de combate aos maometanos, sabia-se que o efetivo português possivelmente não era suficiente, além das prováveis tentativas daqueles em retomar o controle perdido. A própria indecisão sobre o que fazer após a tomada pelos portugueses, e da recusa por Martim Afonso de Melo, sugerem a baixa expectativa de efetivação do plano de instalação da presença cristã no noroeste africano; o medo, neste contexto, não seria apenas uma fraqueza de espírito, mas a inexistência de outro pensamento, sobretudo ligado à razão prática frente aos credos religiosos de proteção, confiança e auxílio.

Jean Delumeau, quando trata do medo no Ocidente, chega à ideia de que “no sentido estrito e estreito do termo, o medo (individual) é uma emoção-choque, frequentemente precedida de surpresa, provocada pela tomada de consciência de um perigo presente e urgente que ameaça, cremos nós, nossa conservação”<sup>192</sup>. Tal sentimento geralmente é escondido por ser vergonhoso, oposto a um discurso de

<sup>191</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. X, p. 213. (Sem grifos na edição).

<sup>192</sup> DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente. 1300-1800**: uma cidade sitiada. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 30.

exaltação da valentia do cavaleiro ideal. Neste sentido, possui coerência realçar um contraste do heroísmo diante de uma massa considerada sem coragem, ainda que na autopercepção.

Frente a tal situação, o próprio capitão, não concordando com tal postura, faz a seguinte repreensão:

E, vemdo assy aquelles tristes e chorosos, fez-os chamar todos em ho meyo da praça pera os rreprender de sua tristeza e tambem pera os confortar omde visse que compria.

- Eu, - disse elle - senhores, irmãos e amigos, **ey gramde desprazer vemdo assy vossos rrostos molhados e vossas caras tristes**, como **gemte temerosa e desesperada em que nom há virtude nẽ fortalleza**, o que por çerto a mÿ sera gramde pena e trabalho comtinuar o que começado tenho com gemte assy triste e **chea de themor**, caa nõ as forças dos corpos, mas as fortallezas dos corações são as que acabam os feitos das batalhas. **E se eu me atrevi rrequerer e aceptor este cargo que vos tam perigoso fazeis, nõ foy por cuydar que tall gemte avia de mamdar nẽ rreger, mas pemsey que a virtude de vossos amteçessores hera em vos assy nobre e gramde como foy em elles.**<sup>193</sup>

A delimitação estratigráfica pode ser observada neste caso por autorrepresentação, isto é, o perfil de conduta entre os que choravam pelo afastamento da terra de origem e a visão do capitão apontam para objetivos e formação moral distintos por parte dos grupos sociais ali existentes, ainda que fazendo parte do mesmo conjunto da cristandade e reino. Pedro de Meneses, ainda, pensara que as virtudes da aristocracia e seus ideais bélicos poderiam existir aos vilões, fato que não se verificara aos seus olhos, por isso seu estranhamento. Tal desconforto, ainda, deve ser pensado como argumento retórico, pois poderia estabelecer tal hierarquia, mas explicitando um defeito ao grupo do qual não procedera mas que necessitava do apoio.

Lembre-se que a opinião do capitão é estereotipada, não levando em consideração, por exemplo, o grau de experiência com aquele tipo de situação fronteiriça. A clivagem pelas virtudes faz-se pela origem social, e por isso atrela aos **populares** um descontentamento, e uma viva disposição aos fidalgos. A própria crônica, entretanto, apresenta casos que não se enquadram neste esquema, como alguns **populares** que mostraram grande ímpeto assim como fidalgos

<sup>193</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XII, p. 216-217. (Sem grifos na edição).

descontentes, o que podem ser entendidos como expressões de comportamentos e não construções ideológicas de atributos de virtudes, reforçados por classificações generalizantes e igualmente com fim ideológico. Sugere-se que algumas atitudes poderiam ser vistas como virtuosas ou não, e que isto dependia de variáveis como o contato com a guerra, origem familiar e geográfica, intenções de combate, vínculos pessoais, formação cultural, enfim, uma complexidade social acima da padronização comportamental e da opinião plasmada. Mas para o propósito de explicar sua identidade e tradição aristocrática, o atalho da simplificação se torna muito eficaz e convincente, e para tal a identificação mais homogênea possível, definindo exatamente o estereótipo. Entende-se que sua opinião era originária mais dos caracteres enfatizados dos grupos sociais que da observação das atividades levadas a cabo por cada pessoa, que comporta uma gama de possibilidades que escapa a explicação unitária da origem social e suas propriedades. Observa-se, portanto, uma heterogeneidade de comportamentos nas descrições, e ao mesmo tempo a tentativa de alguns por agrupá-los sob critérios tradicionalistas, unitários, e porque não opostos.

A diferença entre a fixação e deslocamento define, neste sentido, a mentalidade e a formação dos grupos, como outros estudos já observaram este fenômeno, principalmente pelo caráter da extraterritorialidade da nobreza<sup>194</sup>. Retornando à ideia de circularidade da produção cronística, fica clara a valoração dos critérios nobiliárquicos em contraste a uma fraqueza de expectativa na permanência dos vilões e alguns fidalgos.

O sentido daquele trecho, ainda, pode ser entendido dentro de divisões sociais medievais, separando funções e habilidades. No entanto, isso não implicaria em ausência de vontade de por em prática o objetivo de defesa da fé cristã, já que todos, em alguma medida, contribuiriam para a efetivação das ações. Em outros termos, mesmo que com menos ou outras responsabilidades, aqueles **populares**, na visão do conde, deveriam ter uma postura mais ousada de apoio, pois os superiores na escala hierárquica necessitavam da colaboração destes.

---

<sup>194</sup> Veja-se a este respeito: FERNANDES, Fátima Regina. A nobreza, o rei e a fronteira no medievo peninsular. **En la España Medieval**, Madrid, v. 28, p. 155-176, 2005.

Outra interpretação possível desta inserção de desaprovação por parte do capitão é a equiparação por comportamentos, isto é, caberia aos **populares** tal postura de fraqueza e ausência de espírito combativo. E quem tivesse tal comportamento, ainda que se considerasse fidalgo, seria comparado ao grupo, como o caso daqueles que não queriam ficar na localidade. A hierarquia pode ser compreendida desta situação como resposta de determinadas posturas e condutas, que se definiam na estrutura social existente pela convicção de que as virtudes guerreiras da nobreza seriam superiores, e apenas se fossem postas em prática. Como consequência da disposição de grupos e do alcance de controle sobre os demais, enfim, nota-se um destacamento positivado por aquela, em contraste à ausência de virtudes, o que colaborava em medida para a legitimação de costumes e atitudes aristocratizantes, vinculados notadamente ao hábito e à família, desde que levadas a cabo.

Embora coexistindo na crônica a avaliação de que o medo era um sentimento humano, o que pode ser comprovado é a existência de uma estratigrafia social pautada em valores e práticas culturais, que na visão dos protagonistas era justamente advinda do sangue familiar e da disposição de lutar e exteriorizar suas virtudes. Os ideais de confronto militar sobrepunham às vontades e expectativas dos grupos sociais, principalmente se estes seriam mais afetados durante os combates. A hierarquia se assentava em princípios de liderança e privilégios, não se considerando as consequências aos demais envolvidos. A princípio chegou-se a surpreender a existência da fala dos descontentes, mas posteriormente tomou-se como hipótese explicativa a descrição de que eram comportamentos existentes, que quem pudesse ler e conhecer sobre os feitos em África saberia das divergências que havia, teria suas conclusões, sugeridas evidentemente pela fala do capitão. O posterior sucesso e reconhecimento do primeiro capitão de Ceuta teriam sua origem, assim, na execução destas qualidades definidas de liderança e confiança, em suas propriedades morais e culturais da aristocracia guerreira.

A atenção que Pedro de Meneses dá aos tristes em Ceuta, no entanto, não é apenas uma forma de complicar a situação e desanimo àqueles. Logo em seguida do estranhamento de comportamento, ele faz a seguinte lembrança:



**Soes aynda filhos daquelles que, semdo toda Espanha perdida e os mouros apoderados della, se ajuntarão** com aquelle catholico principe dom Rramigio **e per força de seu sangue empuxarão os ymigos**, ate que os fizeram rretrazer naquelle pequeno rregno de Grada [...] **E tamta foy sua nobreza e virtude**, que se nō comtemtarão de pessuyr senhorio sobre sy que llevasse nome doutra nação senão da sua, e por ello se ajuntarão com aquelle nobre e esforçado barão dom Affomso Amriquez, primeiro rrey deste rregno, e assy poucos como herão nom soomente tiverão coração pera emlleger e mamter novo rrey, mas aynda tomarão aos mouros ante Tejo e Odiana...<sup>195</sup>

No entendimento do capitão, a Reconquista<sup>196</sup> era uma atividade designada aos cristãos da Península Ibérica, de grande importância e que trouxe até aquele momento a configuração dos reinos cristãos frente aos considerados invasores muçulmanos. Assim, demonstraram um comprometimento com os preceitos culturais, e porque não políticos, resultando em benefícios como a gradual saída dos muçulmanos e espaço para atuação dos cristãos ibéricos em terra que consideravam de direito. Pedro de Meneses tenta recuperar estas informações como forma de mostrar uma ligação entre aqueles do passado ibérico e o seu efetivo em solo africano. Sendo raro o registro de como tal fala foi recepcionada, a crônica sugere pelas qualidades formativas do capitão a boa compreensão do que tinha dito, além de destacar outros predicados morais que apresentava Pedro de Meneses como apto ao cargo:

Era ho comde dom Pedro de graciosa pallavra e homem que fallava sabedormemente, como aquelle que **em sua moçidade apremdera muito das artes liberais**, e assy **tomarão aquellas gentes temerosas ousyo daquellas rrazões que lhe assy disse** e tambem doutras que lhe os fidallgos deziã cada hũ ã sua parte.<sup>197</sup>

Não se busca uma verificação pormenorizada da veracidade da recepção, como se fosse possível com a documentação analisada, mas do conjunto observa-se que mesmo em situações de adversidade, como as fracas esperanças dos **populares**, a existência de atributos morais e ideais superiores de combate cristão

<sup>195</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XII, p. 217. (Sem grifos na edição).

<sup>196</sup> Joaquin Rubio Tovar afirma que a partir do século XIII, a forma de organizar o texto historiográfico na Península Ibérica coloca os Godos como eixo da ocupação territorial da região, e os muçulmanos como inimigos. Assim surge a noção de Reconquista como direito tido como natural, e tópico recorrente dos textos crónísticos e, por consequente, justificativa daquela sociedade. RUBIO TOVAR, Joaquin. **La narrativa medieval**: los orígenes de la novela. Madrid: Anaya, 1990.

<sup>197</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XIII, p. 219-220. (Sem grifos na edição).

pelos líderes seria um indicativo da condição de convencer a adesão dos indecisos ou descontentes.

Pelo existente na documentação, nota-se como o comando da cidade de Ceuta aos portugueses cabia de vontades, expectativas e tratamento bastante diversos. A condição de capitão imputava a preocupação do confronto com o muçulmano, sua presença e perigo constantes, mas também com a gestão dos anseios de cristãos que não eram uníssonos em suas intenções e disposição.

### 3.2.3 Dos primeiros ataques à experiência de liderança

Passadas as primeiras medidas com relação ao comando e assentamento dos portugueses, as previsões de futuros ataques dos antigos moradores não tardaram por acontecer, pois

Nom tinhão os mouros pequena esperança de cobrar aquella çidade, pellas rrazões que açima dissemos, e por é se nõ quiserã partyr daquelles valles omde tinhão suas quymtas, espiçiallmente se confirmavão ã esta esperança quando vyram partyr a frota d'amte os muros da çidade.<sup>198</sup>

Parece que de qualquer forma os muçulmanos iriam empreender um ataque, mas o fato de parte da frota vencedora retornar à Península Ibérica os animou ainda mais pela chance de terem efetivo superior e os portugueses estarem sem o contato com os regressados, como confirma a seguinte passagem: “Ora pois, - deziã elles – por que quebramtaremos nos o que cõ tamto trabalho ganhamos? Caa pode ser que Deus obrará em nos com ha sua mysyricordia e tornar-nos-ha a posse de nossa cidade, a quall, ymda que all nõ fosse, he tam lomge do rregno de Portugall, que estes cristãos a não poderam largamẽte mamter”<sup>199</sup>. Com a chegada deles aos muros de Ceuta, os portugueses “[...] vemdo tall atrevimemto, nom quiseram esperar liçemça nõ mamdado do capitão, mas assy como poderam tomarão suas armas e muy ousadamente sairõ a elles, omde se volveo hũa forte e grande escaramuça”<sup>200</sup>. Provavelmente a referência é feita aos guardiões que ficavam rondando os muros na segurança e aviso de aproximação dos inimigos, como

<sup>198</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XIV, p. 226.

<sup>199</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XIII, p. 226.

<sup>200</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XIV, p. 227-228.

medida preventiva. Com as orientações de primeiramente defender a cidade, isso não significava que com a chegada dos adversários toda subordinação e protocolo deveriam ser seguidos rigorosamente; poderia existir um espaço de autonomia para gerir tais situações, caso contrário a hierarquia não seria sinônimo de eficiência, como se observa na sequência:

E porque o comde dom Pedro hera lomge dally, na outra parte da çidade contra a Allmina, ouve rrazão de saber tarde as novas daquelle rrebate, e primçipallmemte porque **aquelles que desejavam ser na pelleja nõ ousavam de lhas hir dizer, tememdo-se que os contrariasse da sayda.** Peroo ho rrumor correo pella çidade e chegou omde elle estava, o qual trigosamente acudio pera aquella parte e **nõ quis dar lugar que se os cristãos allomgassem do muro**, porque hera todo çercado d'arvoredos, como jaa dissemos, e **temeo que porventura estevessem outros mouros emcubertos com temção de lhes fazer allgũ êgamo, e por ê fez recolher todoslos cristãos.**<sup>201</sup>

O desrespeito à subordinação não deveria ser bem visto, e a distância do capitão do local de enfrentamento da escaramuça poderia, então, permitir o ataque sem o consentimento deste; mas somente se as explicações posteriores pudessem ser dadas em termos de necessidade e não de insubordinação pelo desejo pessoal. Entende-se que a situação em que passaram era passível de espera pela decisão do capitão, e por isso o ímpeto acima da cautela. No entanto, como Pedro de Meneses foi avisado, o valor da prudência novamente é evocado como adequado às qualidades de líder, pois por mais que fosse o responsável pela autorização de luta aos cristãos, seguindo a ritualística militar, e ainda pelo desejo de fazer serviço à Deus, ele mensurou a situação, observou o potencial de cilada que os obstáculos fora dos muros poderiam trazer aos portugueses recém instalados. Com isso, enfim, confirma-se que não havia necessidade de sair dos muros da cidade, e a medida de Pedro de Meneses pareceu ser mais adequada.

Entende-se que o capitão não quis se precipitar, cair nas armadilhas, mas observar quais as estratégias, quantidade e maneira em que os muçulmanos vinham, e a partir disto, ter uma posição para contra-atacar. Sendo capitão, enfim, cabia ter este senso de liderança que envolvia a organização interna do seu efetivo, e ao mesmo tempo ter a dimensão de como interagir com o inimigo.

<sup>201</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XIV, p. 228-229. (Sem grifos na edição).

O primeiro contato de revanche após a perda de Ceuta trouxe a impressão de como deveriam ser aprimoradas as estratégias de ação, ou ainda, caso estas não fossem até então estabelecidas, seria o momento para tal. Do lado muçulmano, soube-se provavelmente por alfaqueques<sup>202</sup> da seguinte tática:

[...] por pequeno movimento que ante nos façam, fujaos d'atê suas armas, e elles tomarão esto assy por começo de vitoria, pello quall **averam atrevimento de nos seguyr cada vez mais**. E tamto lhe façamos esto, que os vamos tirando lomge da çidade, e **êtão averemos tempo de nos acomselhar da maneira que teremos em emtrar com elles de volta, ou lhe llamçar çilada, como nos melhor parecer**.<sup>203</sup>

A intenção era retirar dos portugueses a vantagem que a cidade trazia, isto é, suas fortificações e os suportes de defesa, e levá-los a uma condição de confronto favorável aos africanos. Em território diferente, considerando o conhecimento local dos muçulmanos, o proveito e a vantagem poderiam se inverter através dos elementos da surpresa e emboscada, e principalmente da retirada da infraestrutura. Não sem mostrar esta percepção, quase de antevisão, o capitão português reúne seus comandados e faz em seguida o conselho:

[...] o comde tinha assy todos avisados que **nenhũ nõ movia da barreira pera fora**, peroo, porque viu que os fidalgos se anojavam de estarẽ assy ouçiosos, **dava-lhes allgũa liçemça** que escaramuçassẽ com hos mouros, **pero que se nõ allomgassem da çidade com elles**, e assy o fizeram per allgũs dias, ate que o comde teve sua çidae comçertada e conheço a maneira que os mouros queriam ter. E hũ dia fez chamar os fidalgos e capitães pera aver comselho com elles e hordenar sua sahyda como fosse rrazão:

- Senhores, irmãos, parentes e amigos, verdade he que amtre as cousas que me ell rrey primçipalmemte emcomemdou assy foy que me trabalhasse de **nõ sayr fora desta çidade senão por muy grande rresguardo, e que aynda não fosse senão por cousa muy neçessaria**. Porẽ, en comsyramdo quẽ vos outros soes e a vomtade que som çerto que temdes de acreçemtar ã vosso nome, pemsey de buscar maneira pera sayrmos a estes mouros, com serviço de Deus, e dell rrey, nosso senhor, e guarda da nossa homrra.<sup>204</sup>

<sup>202</sup> Eram pessoas que se comunicavam de forma amistosa e diplomática, a fim de garantir períodos de tréguas, avisos de ataques e outras necessidades no âmbito fronteiriço. BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. **Entre a cristandade e o islão (séculos XV-XVII)**. Cativos e renegados nas franjas de duas sociedades em confronto. Ceuta: Instituto de Estudios Ceuties, 1998.

<sup>203</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XV, p. 230.

<sup>204</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XV, p. 230-231. (Sem grifos na edição).

Em outra passagem da crônica, existe um relato de conversa entre os muçulmanos, os quais discutem o peso da cidade, e reconhecem a qualidade vista nos cristãos que a conquistaram:

Nos – disse elle [um muçulmano idoso] – se aquy estamos por cobrar a çidade que per nossa desaventura perdemos, he cousa comtrayra a todo naturall juizo, porque ho rrey que ha tomou he rrey cristão, e poderoso, e aparêtado com outros muitos prinçipes da cristandade. E como naturallmente os nobres, quamto mais cristãos, sobre todallas cousas desta vida desejam homrra, pella quall nõ soomemte as fazemdas mais as vidas muy ligeiramentre ofreçẽ, pois que pensais, hũ rrey, sobre semelhamte tytollo, senã despemder toda sua fazemda e emtão morrer, se comprir. [...] **Nos não tivemos força nẽ saber pera nos defemder demtro daquelles muros, e te-llo-emos agora pera empeçer a nossos comtrarios ã hũas fracas casas amtre hũs poucos d’arvoredos**, homde nos viram hũa noite queimar como coelhos ã esteball?<sup>205</sup>

Nota-se como lamentam o fato de não terem conseguido sustentar a defesa frente aos cristãos, e que estes teriam a oportunidade de usufruir das casas, muros e bens deixados. Apresentar estes qualificativos demonstra em parte o sentimento de perda e ao mesmo tempo representa a dificuldade que teriam de reavê-la. Neste sentido, a estratégia de provocar a saída dos portugueses da região seria uma alternativa, dependente tanto da capacidade de atração como ímpeto do cristão se envolver na emboscada. Uma situação onde a virtude da prudência poderia ser efetivamente exercida, caso os portugueses negassem a provocação. De todo caso, quem deveria iniciar as atividades a fim de reaver a configuração anterior era o muçulmano, naquele momento em desvantagem.

A demonstração qualificativa do governador de Ceuta apresenta-se sobremaneira em compreender a situação de que o confronto era inevitável, mas que um comportamento regrado e cauteloso devia existir. A própria orientação régia de que a defesa era o principal foco da presença estruturada era relativizado, isto é, não significava o enclausuramento simplesmente, até porque isto significaria uma pressão constante. Parece que Pedro de Meneses entendeu bem o conselho do monarca de que o ataque seria positivo se este servisse para afastar o perigo, como sugere aos demais fidalgos; a obtenção de honra como consequência seria um atrativo simbólico, e por isso as licenças de saída que permitiu. Todos deviam ter prudência e cuidado em se tratando de uma região ainda pouco conhecida, e dos

<sup>205</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XXV, p. 250. (Sem grifos na edição).

recursos que dispunha da cidade tomada. A virtude da prudência não era sinal de fraqueza, mas de controle de si e percepção da realidade e dos objetivos superiores estabelecidos, ou trocando por uma expressão, a sabedoria prática.

Tal controle apresentado nos trechos acima, entretanto, concorre na documentação com um caso onde o conde se descuida e avança de forma perigosa sobre os muçulmanos, que matam seu cavalo e o ferem. Dois fidalgos, Luiz Vasques da Cunha e Rui Gomes da Silva, o ajudam a se defender, escapando do conflito. Após o ocorrido, seu primo Gonçalo Nunes Barreto e Álvaro Mendes Cerveira foram conversar a respeito:

Eu não sey, senhor, - disse Gomçallo Nunez – se vos pemsastes bê no aqueçimemto destas vossas feridas e **ho perigo em que vos fostes meter, com ho qual pemdía toda vossa vyda e homrra e aymda perda desta çidade e de quantos ã ella estamos**. E se o bem pemsastes, acharêz que errastes muy muito, e que devees de ser muito theudo a Deus de se nom seguyr mais do que se seguyo, e que vos deveis muito d'avisar pera o diamte, caa deveis de **cõsyrrar que o carregó que temdes rrequere que primeiro sejaes boom capitão e depois bõ cavaleiro**, e que, pois vos ell rrey escolheo pera tall emcarrego, avemdo tamtos e tam bos no rregno como vos bê vedes e sabeis, que **vos deveis de trabalhar que todos vossos feitos se façam cõ grande rresguardo e avisamemto**, ca diz Vegecio no 'Llivo da Arte da Cavalaria' que aos primçipes e rregedores da oste pertemçe mais a prudência que a cada hũ dos outros cavalleiros, porque não soomemte o seu emxemplo e doutrina á'd'aproveitar a todollos outros, mas aymda o seu dano pode empeçer a muitos<sup>206</sup>.

O tom de repreensão é transmitido não como uma preocupação apenas pessoal, mas que das atitudes do capitão dependia o estado de estar dos demais portugueses. A responsabilidade pelo cargo, assim, comportava a segurança da cidade, que sem sua presença poderia causar instabilidade e falta de legitimidade pela posse, ou melhor, a importância de uma figura de liderança. Gonçalo Nunes usa do tópico autoral de Vegecio para confirmar sua opinião e advogar a postura em combate, que parecia não ter sido observado. Talvez como sendo o líder dos portugueses na região, a figura de exemplo deveria ser a mais próxima do ideal e, na opinião de Gonçalo Nunes Barreto e Rui Gomes da Silva, teria ocorrido o contrário. A virtude, neste aspecto, não significava uma individualização de práticas, mas a relação com o grupo em que tais qualidades serviriam para o bem termo do coletivo.

<sup>206</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XXIX, p. 291-292. (Sem grifos na edição).

Em resposta a tal crítica, Pedro de Meneses é direto em sua opinião e entendimento do que se passara, e como deveria se portar sendo o comandante dos portugueses: “Primo, bẽ vejo o zello com que me conselhais e agradeço-vos-llo tanto como he rrazão. Porẽ este lugar nẽ a guerra que se ẽ ella há de fazer nõ he da forma das outras guerras, caa se homẽ cada vez ouvesse de pesar com tanto rreguardo as cousas, nunca faria nenhũa cousa bõa”<sup>207</sup>. A maneira que ele adota para rebater a advertência não é refletindo sobre seus atos, mas transferindo ao ambiente a forma de combate que se deveria adotar. Apesar de agradecer a preocupação dos fidalgos, recusa qualquer opinião talvez mais para evitar a exposição de erros e suas limitações, ainda que não comprometendo seu posto administrativo. Praticamente assume a questão do ponto de vista da prática militar, que não permitiria decisões demoradas ou hesitantes, isto é, pior seria não agir. Parte do pressuposto de que a ideia de Vegecio era incompatível naquele contexto, e a dinâmica de atuação deveria privilegiar o espírito ativo e combativo. Ele, assim, rebate as críticas com argumentos que não foram diretamente advertidos, mas procura justificar sua atitude em outro nível.

Sobre isso, a própria crônica confirma tal postura afirmando que “nom pode çertamente o muy nobre comde dom Pedro de Meneses com rrazão ser rrepremdido em nenhũ de seus autos cavalleirosos, porque os feitos daquela guerra nõ se podiam trautar per outra guisa, caa os mouros são gemte que de sempre husarão suas guerras ẽ rrebates e movimentos ligeiros, sẽ outras nenhũa ordenança nẽ deçiplina cavalleirosa”<sup>208</sup>. Ou seja, apesar de Pedro de Meneses ter passado por um perigo concreto, isto não vinha do seu comportamento que o colocou em risco, mas ao estilo de combate dos muçulmanos que requeria tal ação. Aquele parecer era de que existia um descompasso entre os hábitos de confronto muçulmano e cristão, que o governador estava se adaptando e entendendo como deveria se posicionar. Tal justificativa parece mais próxima da inaceitação de questionamentos sobre seus atos do que efetivamente sobre tal recurso.

Em grande medida os ataques são o conteúdo mais extenso da crônica. No entanto, além de serem descrições com alguns referenciais onomásticos, de tipo

---

<sup>207</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XXIX, p. 293.

<sup>208</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XXX, p. 294.

cronológico, topográfico e antropológico, ainda que incompletos e não padronizados, na diacronia percebeu-se o desenvolvimento de atividades adquiridas pela experiência de confronto. Foi o caso do primeiro ataque sofrido pelos portugueses. A descrição contida na crônica de Zurara sugere que ambos os lados usaram daquela situação para observar o comportamento do inimigo, projetando futuras ciladas, formas de atrair o adversário para uma posição mais favorável ao ataque, enfim, como o lado oposto agia para obter proveito disso. Posteriormente, os ataques ocorrerem na maioria dos casos por planejamento, ou de surpresa quando estavam no mar.

Como já foi interpretado, a prudência proclamada pelo capitão Pedro de Meneses não poderia significar simplesmente o medo do confronto, e mesmo o recuo em suas fortalezas. Além de seguir a vontade do monarca de preservar a honra advinda pela conquista de Ceuta, a região tinha o potencial de obtenção de benefícios materiais e simbólicos, o que pode ser sugerido pelas relações personalistas do período em questão; e para alcançar tal intento, o governador fala aos fidalgos:

Vos, - disse elle – senhores e amigos, sabês bem como aquy ficamos e a fim pera que, ao que nos devemos de esguardar, e primçipallmête as nossas homrras, a que nos somos mais teudos e obrigados que a outra cousa. Bem he que **ell rrey, nosso senhor, nos leixou aqui pera lhe guardarmos esta çidade, mas eu creio que se nos alem dello mais fazermos, tanto sera mais serviço e homrra sua e nossa.**<sup>209</sup>

Na leitura da situação pelo capitão, pode-se aferir que existiam de um lado pessoas receosas do perigo que estavam expostas, amedrontadas e com baixa vontade na permanência. Por outro lado, havia pessoas interessadas sobremaneira com o ataque, e sobre estas que ele procura evocar o espírito de servir ao rei e a Deus, trazendo com isso os privilégios. No entanto, tal avanço só poderia ser realizado de forma prudente se consideradas as seguintes projeções:

[...] pervemtura que **tantas vezes sairíamos**, que allãa vez nos não poderíamos tam bem guardar que nos não acolhessê em allgũa tall omde nos perdessemos todos; a outra que, vimdo aqui outras gemtes de fora, achariam em estes mantimento e esforço, que **seria azo de estar mais tempo e nos darem mais trabalho** [...] ; a outra que, **se estes aquy vivessem** [muçulmanos], **nos nunca aquy poderíamos criar** cabra, nê

<sup>209</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XIII, p. 259. (Sem grifos na edição).



porco, nẽ outra animallia de que as vezes possamos aver allgũ rrepaio, [...] **nẽ as outras cousas em abastamça, e quando tivermos do lleite e dos ovos hyremos passando nossa vida com mais pouca pena. Assy que, per estas rrezões, he minha emtemçom afastar daquy estes ymfies.**<sup>210</sup>

A fixação dos portugueses com mínimo de recursos dependia de uma área além das cercanias de Ceuta. Tinha-se o conhecimento de que ali se fariam muitas saídas, o tempo de moradia seria indeterminado e, portanto, a guerra e o confronto com o inimigo não poderiam ser uma constante, mesmo que sendo o maior objetivo explorado. A subsistência e a qualidade de vida, não apenas aos fidalgos, mas aos doentes, comerciantes e viajantes que ali aportassem, dependiam de uma estrutura extensa, que demandava o afastamento dos muçulmanos das redondezas. Além de contemplar esta demanda, o lento e seguro avanço trariam benefícios materiais, experiência de combate e confiança nas medidas tomadas. Mostra-se, enfim, a localização da liderança e senso prático para concretamente gerir pessoas e práticas, que no conjunto das descrições apresentam sua maturação.

### 3.2.4 O desejo pela honra sem hierarquia<sup>211</sup>

Com o transcorrer dos meses, o que a descrição da crônica sugere é que os portugueses que estavam em constantes confrontos foram se habituando ao cotidiano bélico, com alto nível de sucesso por parte dos cristãos, indicado pela diferença entre os mortos e feridos de ambos os lados. Aqui se deve ponderar sobre os critérios da inserção de relatos negativos sobre os portugueses; eles existem, mas inseridos de outra maneira, já que mesmo sob uma filtragem ideológica, o sucesso português se traduziu pelo controle da área conquistada até ao menos a redação da crônica, momento de interesse desta pesquisa. Não há de se surpreender, portanto, pelas estimativas apresentadas, ainda que podendo ser superestimadas. O critério de interpretação da guerra naquele contexto, também, não pode ser baseado em grande quantidade de mortes, uma vez que o confronto não tinha por objetivo final o extermínio do outro, como às vezes pode parecer, mas

<sup>210</sup> **GEZ-CCDPM**, Livro I, Cap. XIII, p. 260. (Sem grifos na edição).

<sup>211</sup> Parte deste subtítulo foi apresentada em forma de comunicação. ORTA, Daniel Augusto Arpelau. Que façamos hua cousa que se começee e acabe por nos mesmos. Hierarquia, poder e exemplo na Crônica de Zurara (Séc. XV). In: SEMANA DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 8, Rio de Janeiro. **Caderno de Resumos**, Rio de Janeiro, 2009, p. 22.

a obtenção de bens materiais e a comprovação através da vitória da superioridade cultural advinda pelo credo definido. A carga de providencialismo era alta, e neste ponto a guerra pode ser compreendida naquele contexto. A crítica documental não deve, portanto, extrapolar em demasia a constatação dos fatos, pelo menos com relação à ocupação portuguesa no noroeste africano. Talvez alguns feitos não tão notáveis dos portugueses, para se utilizar o vocabulário de Zurara, foram omitidos, mas isso não implica estruturalmente em considerar a ineficácia da presença cristã naquela região e contexto.

Como observado na discussão já levantada, existia um medo e desejo contrário por alguns na estabilização da presença cristã em solo africano, devido em parte ao risco que corriam. Havia também uma vontade desmedida por parte de outros, como também foi observado. Foi o caso de jovens portugueses que projetaram o sucesso pessoal pelo confronto, exemplificado por Álvaro Guisado, “[...] homem experto e desejador d’omrra, cujo ofício hera mais por seguyr sua vontade que por lhe ser dado emcarrego amdar de noite com hos allmogavares” <sup>212</sup>. A princípio não haveria tantos problemas com este português, especialmente porque tinha uma postura de iniciativa e vontade pelo confronto; o que complicou sua situação foram os objetivos que esperara obter, ao seu entendimento justos para si:

- Eu vo-llo direy: - disse ele – **como elles** [fidalgos] **querem fazer allgũa cousa de sua homrra**, logo nos mamdam espiar os lugares, e nos trabalhamos em ello como vedes, e tornamos com elles, e **sofremos aquelle mesmo trabalho, medo e perigo, tanto e mais que elles**, e em fim nunca dizem que se as cousas acabã senã por elles, e de nos outros **numca se falla senã muyto menos do que nosso grande mereçimemto rrequere**. E por ã comsyrey, se vos bẽ parecer, que façamos hũa cousa que se começee e acabe por nos mesmos, per que nosso grande trabalho aja rrazão de ser conhecido, ca doutra guisa sempre estes senhores quererã comer o rrabão com hos nossos demtes. <sup>213</sup>

Existe, pois, uma gradação entre a heteroimagem dos portugueses que estavam na localidade, percebida através do comportamento de Álvaro Guisado, que seguia sua vontade não visando o conjunto. Este escudeiro e escuta percebia praticamente uma imobilidade na organização hierárquica vigente, talvez pela juventude e não compreensão da própria escala de reconhecimento, o qual não se

<sup>212</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XXIV, p. 266.

<sup>213</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XXIV, p. 267. (Sem grifos na edição).

sentia beneficiado à altura pela dedicação, perigo e consequência de seu esforço. Propunha, em contrapartida, valer-se de contatos e de suas capacidades militares e estratégicas, para ao menos tirar algum proveito direto, não seguindo as orientações dos estratos sociais superiores e tão pouco a sequência de direitos à qual estava inserido. Talvez a questão hierárquica não seja propriamente de mobilidade ou não, mas na recompensa desequilibrada que recebia pelo esforço despendido. Note-se que sua idade define em parte, neste caso, a diferença valorativa, pois deduz que se fosse mais velho e experiente, provavelmente saberia dos riscos em atacar uma localidade sem apoio e consentimento das autoridades ali estabelecidas; ou que os mais velhos teriam melhores benefícios, talvez pelas redes sociais estabelecidas. Aos jovens e recém iniciados nos campos de batalha, o ímpeto ultrapassava os rituais e a organização tradicional.

Ao que parece, a distinção social ocorreria não exclusivamente à origem, mas ao comportamento e forma em seguir os critérios válidos na estratigrafia social e política. Um nobre ou um fidalgo deveria, portanto, ter a consciência de suas obrigações e de seu papel naquele contexto, o que nem todos, sem a devida instrução ou experiência, tinham. Interesses diversos, como poderia se esperar. Da intenção para atacar os muçulmanos sem a liderança e consentimento de seus superiores, colocando a vida dele e dos demais em risco, precisavam manter segredo sobre tal real objetivo:

Ally se **tormarão seus juramentos**, assy açerca da **fialldade do sagredo** como de se ajudarem hūs aos outros com toda llealdade. [...] E sobre todo **fallarão ao comde aquello mesmo que aos outros disserã**, o qual lhes **outorgou de boa mente a lyçemça**, porque não hera aaquelles cousa nova hyrẽ assy de noite fora, soomente quamto avia de ser sempre com sabedoria do comde, caa **doutra guisa nō lhes aviam de abrir as portas**.<sup>214</sup>

Com este relato, interpreta-se que tal comportamento não era aprovável e aceito, pelo encobrimento da verdadeira intenção. A falsidade tem um valor depreciativo, sobretudo pelo juramento para que guardassem segredo entre os envolvidos, porque diriam algo mas fariam diferente. Percebe-se, nisso, um aspecto que define tal propósito como negativo, pelo desrespeito à hierarquia e aos princípios estabelecidos para o combate e a própria segurança. Considerando-se

<sup>214</sup> **GEZ-CCDPM**, Livro I, Cap. XXIV, p. 268. (Sem grifos na edição).

que haveria um efetivo cristão limitado, a exposição frente ao muçulmano e o risco de baixas desnecessárias elevam a importância do respeito à ordem social. Por outro lado, não propriamente do contingente cristão, nota-se uma desaprovação por se tratar de uma desconfiança, onde entre os portugueses não havia um consenso no assunto. Interesses pessoais interpolavam a estrutura social e a visão de como esta deveria funcionar.

Na continuação daquele fato, o cronista mostra como tal empresa foi adiante em seu projeto, isto é, conseguiram chegar ao confronto na região de Almina, vale próximo de Ceuta. Os principais envolvidos enfrentam dificuldades, e relutam em desistir, “[...] pois nos a esto metemos, mouramos como homens, de guisa que o nosso exemplo seja testemunha da nossa virtude, e per nenhũa guisa ñ mostremos comtenemça de temor aos ymigos”<sup>215</sup>. Observa-se que aqueles entendiam que seus gestos eram repletos de qualidade virtuosas, ainda que tratados de forma equivocada, devido a situação de desrespeito ao **status quo**. Os nobres próximos ao capitão descobrem o ocorrido, o avisam, e um número considerável vai ao auxílio. Uma peleja foi travada, não trazendo prejuízos consideráveis aos portugueses. Interessante observar que não existe menção de alguma punição à Álvaro Guisado e seus seguidores, talvez pela inexistência ou de relatos comprobatórios ou mesmo de castigos.

Em outra situação, entretanto, a sorte dos insubordinados foi diferente, segundo a descrição encontrada na crônica:

E sendo jaa pedaço da noite passada, jumtarão-se **allgũs daquelles fidalgos** que ally estavã dos ymfantes e, pareçemdo-lhes que **nõ ficavão como deviã**, [...] **E como quer que lho as guardas quisessẽ comtrariar, em fim ñ ousarão de cõprir sobr’ello todo o mamdado que tinham do comde**, o qual hera que ñão menos aos de demtro que aos de fora defemdessẽ aquella emtrada ou sayda. **E çertamemte que o comde se ouve fracamemte no castigo daquelle feito, primçipallmente por serẽ dos ymfantes, tememdo-se que, chegamdo com ho castigo ate hu devia, que como elles heram mamçebos, posto que virtuosos e bõos fossẽ, que os poderia çegar a afeição**, e que emcorreria em sanha de todos os dallgũ delles, o que lhe ao diamte podia trazer dapno.<sup>216</sup>

<sup>215</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XXIV, p. 272.

<sup>216</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XXXVII, p. 327. (Sem grifos na edição).

As características com o relato anteriormente analisado se aproximam, por serem jovens e desrespeitarem uma ordem do governador de fazer a guarda dos muros, tarefa importante na proteção e observação de aproximações inimigas. Não existe a informação clara dos autores por aquele feito, apenas a condição de fidalgos dos infantes, o que aumentava a medida punitiva, pois deveriam ser de mais confiança e formação, o que não fora observado por Pedro de Meneses. Uma explicação também para este caso foi justamente o fato de serem fidalgos dos infantes, aos quais deveriam ser modelos de comportamento prudente. Por fim, como explica o próprio conde, a medida de castigo tinha a finalidade de exemplaridade, tanto para eles na formação de combatentes, como aos demais que viriam as consequências de tais posturas:

E desy ajuntou a esto a **obidiença** em que se aquelles fidalgos poserã, **conheçemdo seu erro** e pomdo-se ã suas mãos, que husasse nelles daquella justiça que lhe mais prouvesse. Caa por sua sayda daquela maneira, os que primeiro heram hordenados ouverão perigoso aqueçimento, e **aymda a vitorea foy mais piquena do que fora se aquelles primeiro ouverão lugar de seguyr [...]** Este atrevimento **rrepremeo depois ell rrey com mostrança de grande sanha no quall proçedera com aspera justiça se o comde nõ mingoara per suas cartas nas çircustamças do erro.**<sup>217</sup>

A autoridade do capitão, conforme a crônica, surtiu efeito, pois tiveram consciência do erro e obedientes acataram a decisão. Note-se, também, que tal posição considerada inapropriada e repreendida teve reflexos na execução das táticas e desfecho do combate. O respeito à hierarquia aqui entendida significa não apenas o controle interno de pessoas e grupos, com as possíveis desavenças e problemas de relacionamento, mas a efetiva realização de ações, como o sucesso relativizado e justificado pelo erro cometido. A posterior atitude régia também deve ser considerada, pois por mais que o monarca estivesse na Península Ibérica, era o principal executor da justiça e dos atos pelos seus súditos, apresentando a extensão de seu poder e conhecimento das ações levadas a cabo nos espaços do reino de Portugal, o que sugere também a atenção para seu respeito e prosseguimento de suas vontades e medidas. Aos demais observadores ou conhecedores de tal correção, poderiam tirar a conclusão de que se os fidalgos com seus privilégios

<sup>217</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XXXVII, p. 327-328. (Sem grifos na edição).

foram advertidos, tal sorte não seria diferente, cumprindo o elemento de controle e justiça, mantendo a ordem e autoridade que sua função requeria.

A terceira atitude de desobediência selecionada para análise tem como característica não propriamente o desejo desmedido, mas o descuido e desatenção aos deveres e postura frente às situações de perigo. Segundo Zurara, um grupo de portugueses andava e cavalgava pela região de Almarça, mas fora das recomendações, pois

[...] ouve hy aquelle dia que nõ soomête leyxará o esbulho mas a vida, **caa nõ bastou nõ quererê fazer o mandado do capitão no que lhe rrequeria, mas aynda tomarão ho caminho muy devagar**, llançamdo-se hu quer que achavã agua e sombras, nõ êbargãdo lhe muytas vezes fosse rrequerido que andassẽ, caa bẽ viam a terra onde estavã. [...] **nom quiserã mais ter ao mandamento do capitão nẽ guardar ondernaça em que os posesse.**<sup>218</sup>

Comparando com os outros casos, nota-se que andavam fora do alcance de Ceuta, pensando que não deviam respeito às orientações do capitão ou qualquer outra pessoa, e que estavam seguros de suas qualidades militares em caso de combate. Com isso, assumiram o risco de se isolarem, isto é, ficaram independentes do auxílio solidário que os cristãos tinham entre si, por talvez considerarem efetivos e seguros de si. No entanto, como era de se esperar naquela região de fronteira, acabam em emboscada, “[...] e vendo-se çercados de todas as partes, cada hũ teve o posto de se leyxar hyr pera onde a vemtura o quyse guyar, e assy que, de dez que heram de cavallo, os tres forã presos e os sete morrerã [...]”<sup>219</sup>. Alguns escudeiros do capitão, entre eles Gonçalo Vasques, solicitam ao superior a armação de um efetivo para recuperar os cativos, o que lhe foi primeiramente recusado. Um dia após a captura, chega ao encontro do capitão um emissário do lado muçulmano, tratando a seguinte conversa:

- Senhor, – disse o mouro – sam **vindo a saber se allgũ daquelles cavalleyros** que vieram de terra de Zaem he preso, ou allgũ dos outros, - que lhe logo ally nomeou – e **quero saber se os quereis rresgatar**.  
- Verdade he – disse o comde – que aquy he hũ desses cavaleiros, e assy os outros mouros por que me preguntas. E pois que vos lla prisyoneiros temdes, **sede çertos que vos não ey-d’arramcar nenhũ a dinheiro**,

<sup>218</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. LVI, p. 413-414. (Sem grifos na edição).

<sup>219</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. LVI, p. 412.

**senão hūs per outros** e os que mais vallerem que tornē dinheiro. Por em tu te vay embora e dize a Abu e aaquelles que te ca emviarão que **me mamdē por escripto os nomes dos que omtē foram presos e dallgũ outro**, se ho tu sabes que laa seja preso, **comtando que não sejam daquelles que se lamçarã per suas vomtades, porque taes nō tomaria senão pera hos canavear.**<sup>220</sup>

Primeiramente, o contato entre o muçulmano e Pedro de Meneses foi amistoso, com interesse daquele em saber das intenções sobre o resgate de prisioneiros. Esta postura era comum, uma vez que precisavam trocar informações e estabelecer períodos de tréguas ou acordos. O trânsito destas pessoas era facilitado e até às vezes incentivado, pois assim podiam-se ter notícias do lado inimigo, assim como enviar recados. O comércio também era uma forma de que tanto cristãos como muçulmanos entrassem em contato de forma pacífica. Neste sentido o choque ideológico entre os dois grupos religiosos culturais estava cristalizado num discurso que em algumas situações se aproximava do conflito, e em outras pelo contrário<sup>221</sup>. Isto indica o descompasso entre objetivos e representações do outro, como no caso das generalizações de Pedro de Meneses sobre as atitudes dos grupos sociais. Aqui, também, simplificar em apenas conflito ou amistosidade não parece uma solução adequada, mas indicar que interações de diversas matizes foram identificadas na documentação, coexistindo.

Interessante verificar a postura do capitão de apenas efetuar trocas em termos de pessoas, sem envolver dinheiro ou mercadorias. Em outra situação, o cronista afirma que o conde não poupara esforços para resgatar cristãos, mas o que ocorre no caso aqui analisado é paradigmático pelo recado que faz ao enviado, de deixar em prisão e à própria sorte aqueles que não respeitaram as suas orientações. O cativo seria a punição pelo falta de coesão entre os planos de polarização dos cristãos, isto é, da mesma forma que optaram pela autonomia de ação, deveriam então conseguir a liberdade a própria custa.

<sup>220</sup> **GEZ-CCDPM**, Livro I, Cap. LVI, p. 416-417. (Sem grifos na edição).

<sup>221</sup> Mircea Eliade quando apresenta em seu dicionário de religiões a metodologia a ser seguida na obra, afirma a existência da religião como sistema, isto é, como um conjunto de regras segundo as quais elas são construídas, sem com isso perceber sua historicidade. O autor, ainda, não nega tal senso histórico do fenômeno religioso, mas que este não pode ser apresentado como totalidade do complexo, mas como fragmento. Assim, portanto, as orientações religiosas assumem o caráter idealizador, que podem ou não ser aplicáveis e/ou praticadas. Entender o contexto como sendo a religião em si seria uma generalização da estrutura e não sua expressão. ELIADE, Mircea. (Org.) **Dicionário das religiões**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Também se pode pensar na medida do capitão como rompimento de lealdade, isto é, como aqueles pensaram que abandonando o conjunto dos portugueses teriam mais espaço e relativa autonomia, quando o capitão e seus seguidores tivessem em perigo, talvez não fossem auxiliados. Trata-se, enfim, da confiança e sintonia por um propósito comum, que parece não ter sido alcançado com aquele grupo. Em outros termos, teriam na visão do governador de Ceuta o baixo entusiasmo pela causa cristã, tendendo à mudar de aliados, como em outros trechos da documentação fora observado, com conversões de ambos os lados<sup>222</sup>.

Comparando os casos citados neste tópico, podem-se aferir algumas interpretações. A primeira delas é com relação à diacronia dos acontecimentos, que refletiria na experiência e dimensão da autoridade apreendida do capitão de Ceuta. A seleção dos trechos aqui analisados foi sequenciada, com intervalos de ocorrência pouco identificados no tempo, mas acreditando que cronologicamente ordenados. Levando-se em conta que na investida inicial dos muçulmanos, com execução de um plano de forma secreta e avanço descontrolado de alguns, não existe menção de repreensão, passando pelo caso de castigo aos fidalgos dos infantes, até a última da recusa do capitão de resgatar cristãos cativos, observa-se o amadurecimento da postura e convicção do alcance de seu poder.

Também se pode levantar a explicação personalista, ou seja, como envolveram pessoas diferentes nestas situações, pode-se ter em conta que conforme a aproximação e posição frente a Pedro de Meneses, este tomou decisões diferentes. Esta visão, no entanto, precisa ser analisada à luz do cruzamento das trajetórias para mensurar os envolvimento, mas estima-se hipoteticamente que aumento das medidas do capitão não tenha tanta influência em relativo espaço de tempo e amadurecimento das redes sociais. Acredita-se, portanto, na visualização de sua autoridade, e na prática de ações que permitissem ter a seu dispor aquele corpo militar português, valendo-se da condição de capitão e sua autoridade.

Por fim, a última explicação encontrada foi a de gradual aumento do caráter exemplar das medidas, considerando que na primeira situação não havia ainda um

---

<sup>222</sup> Referência a este tema pode ser consultado em. BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. **Entre a cristandade e o islão (séculos XV-XVII)**. Cativos e renegados nas franjas de duas sociedades em confronto. Ceuta: Instituto de Estudios Ceuties, 1998.



ordenamento estabelecido; nas demais circunstâncias algumas medidas deveriam ser tomadas a fim de garantir a respeitabilidade de seu poder. Assim, teria efeito tanto à atenção daqueles que violaram a hierarquia de subordinações, como de possíveis casos futuros. Esta explicação, conjugada com a primeira de compreensão do poder, parece ser a mais adequada, pelo caráter de exemplaridade e expressão da extensão de sua autoridade. Lembre-se, por fim, que o capitão reagiu de forma distinta também porque os casos eram diferentes, tinham em seus envolvidos objetivos e escalas de risco oscilações, além, evidentemente, se serem pessoas de faixas sociais diversas.

### 3.2.5 A referência ibérica em África<sup>223</sup>

Sabe-se que a preocupação historiográfica de Zurara era com os acontecimentos ocorridos em solo africano e, no entanto, dentro da documentação analisada, alguns tópicos do passado ibérico são evocados, tanto pelo cronista como pelas personagens. Veja-se, por exemplo, a advertência que o cronista faz no capítulo II sobre o conteúdo de compilou:

Creã os que esta stória llerem que, se na sustança allgũ erro há, que he mais por se dizer menos que que a gramdeza dos feitos rrequeria, que por eu comvidar as orelhas dos ouvintes ou aacrecemtar de mÿ mesmo allgũas cousas na materia. Eu creio, porem, que estas escusas nõ sejam neçessarias pera as gentes d'Espanha, que comunallmemte em allgũas partes comunicã com hos mouros, como seram pera as outras gentes estrameiras que nom hão conheçimento de suas maneiras de pelleja<sup>224</sup>.

Zurara justifica sua escrita, e endossa que os habitantes da Espanha<sup>225</sup> entenderiam o que aconteceu em África por analogia do que também passara na Península Ibérica. Como também estavam em fronteira entre cristandade e islamismo, poderiam identificar que os fatos narrados seriam semelhantes do

<sup>223</sup> Parte deste subtítulo foi apresentada em forma de comunicação. ORTA, Daniel Augusto Arpelau. Assy como elles amtes faziã nas partes da Europa. A referência ibérica na cronística de Gomes Eanes de Zurara (Séc. XV). In: JORNADAS INTERNACIONALES DE HISTORIA DE ESPAÑA, 7, Buenos Aires. **Programa de actividades**, Buenos Aires, Fundación para la Historia de España, 2010. p. 45-46.

<sup>224</sup> **GEZ-CCDPM**, Livro I, Cap. II, p. 179-180.

<sup>225</sup> Trata-se, evidentemente, da toponímia referente à península, entendida como Hispania, referida pelos romanos pela sua província, e não como o Estado constituído da reunião dos reinos de Castela e Aragão.

ambiente português. Não se adota a interpretação dos acontecimentos que descreve como artifício inventivo, mas apenas se constata que procura passar uma justificativa ao público receptor do texto que o isenta de explicações, e utiliza-se do tópico ibérico como baliza de reconhecimento, ou ainda, parâmetro de paralelismo que transpõe aos fatos africanos o mesmo grau, ou seja, o que poderia ser incrível para estranhos da península, seria na visão do cronista habitual pelo confronto entre os dois blocos culturais. Aqui se encontra um dispositivo retórico no gênero historiográfico de estilo plano, pois o autor enfatiza que sua escrita não tinha motivações externas a de descrever os acontecimentos, de que caso houvesse falhas, estas estariam fora de seu alcance, e apenas diminuiriam o real peso das ações cristãs ali ocorridas. Mas sua opinião pode ser entendida pela sugestão de compreender a situação a partir de um referencial comum.

Em situação descrita na documentação pela transferência do controle do rei para o capitão Pedro de Meneses, como já foi analisado, observa-se também suas referências peninsulares segundo a fala do rei Dom João I:

E tenho que, por este movimento que assy de vossa boa vontade fizestes, me quis Deus mostrar que lhe prouve de vos encaminhar a esto, assy por vos dar azo e esforço pera me vos servirdes muy bem em este carrego, como pera me trazer ao conhecimento de vossa boa vontade e vos acrescentar naquella honrra que vossos antecessores tiveram em estes regnos d'Espanha e aynda muito mais, caa por çerto não he menos meu desejo<sup>226</sup>.

O rei agradece a disposição de Pedro de Meneses para o governo da cidade, mostrando nisso uma vontade divina em permanecer na localidade pela forma como foi encaminhada a escolha da pessoa, além de que tal vontade o direcionou a partir da origem nobre oriunda da Espanha. O sangue, neste contexto, assume uma vinculação cultural na noção de formação moral, o que permite um encaminhamento de práticas aristocráticas justificadas exatamente pelos feitos familiares realizados em solo ibérico. Outra leitura é compreender a linhagem como portadora de hábitos os quais permitissem a educação dos seus descendentes que, por dedução, tendo a família daquele nobre realizado ações bem consideradas, haveria confiança e expectativa na existência dos mesmos signos de atributos.

<sup>226</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. VII, p. 203.

Desta forma, o que validou a escolha foram as práticas realizadas no passado pela família, sua contribuição na visão cristã de confronto ao muçulmano, e por consequência, a formação das unidades régias ibéricas cristãs. A projeção do rei na expectativa da governança de Ceuta por Pedro de Meneses ocorre a partir do passado que sugere e recomenda a continuação daquele comportamento; ao governador, seu papel seria demonstrar através do comando as qualidades que nos seus ancestrais o dispuseram àquele cargo, qual seja, de contribuir na política de aliança com o poder régio, trazendo benefícios e exaltando através de ações o nome de sua linhagem. Para tanto, necessitava dispor-se ao combate e garantir a permanência estruturada de cristãos em solo africano.

Em outra situação, também já analisada nesta dissertação, encontrou-se referências sobre o passado ibérico. No momento de repreensão do governador aqueles que choraram pela permanência, as memórias entendidas como formadora da unidade cristã na península e suas virtudes foram evocadas:

E, vemdo assy aquelles tristes e chorosos, fez-os chamar todos em ho meyo da praça pera os rrepremder de sua tristeza e tambem pera os confortar omde visse que compria.

- Eu, - disse elle - senhores, [...] Caa me llembrey que decemdeys daquella muy nobre llynhagem dos Godos, os quaes ão tam soomente se comtemtarão dos termos d'Espanham mas aymda Frãça e Ytallia por muytos tempos senharearão, e depois tornados a sua terra, não como gemte vemçida ãe fugida, mas como quem lleyxa a terra que lhe nom praz com tais preytesyas e posturas como elles quyseram, se tornarã a pessuyr o senhorio que damte avia. Soes aymda filhos daquelles que, semdo toda Espanha perdida e os mouros apoderados della, se ajumtarão com aquelle catholico principe dom Rramigio e per força de seu sangue empuxarão os ymigos, [...] posto que se diga que ão tam somente os de Portugall, mas todollos d'Espanha se ajumtarão eneste feito, eu digo que do nosso rregno foy a maior parte, como se pode conhecer per aquelles que ao presente pagã votos que ficarão em rrenembrancha daquella vitoria<sup>227</sup>.

Busca, no signo da identidade cristã ibérica, o sentido para sua explicação de que encontraria pessoas dispostas a repetir os feitos notáveis realizados pelos antepassados. Remonta, para isso, à formação do godos como colonizadores não apenas da Península Ibérica, mas de parte da Europa. Após estes terem sido invadidos e expulsos pelos muçulmanos, não se contentaram com a derrota e fizeram o processo da Reconquista, demonstrando virtudes e qualidades. Graças a eles pode-se pensar na responsabilidade de Pedro de Meneses diante ao passado

<sup>227</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. XII, p. 216.

cristão ibérico, ao processo da Reconquista, pelo espírito de combate e vontade de luta sem medo das adversidades. Pedro de Meneses chama a atenção para o significado exemplar e o peso da responsabilidade das glórias passadas, isto é, manter a cidade era continuar memorando os feitos passados e atribuindo êxito à cristandade, inseridos no providencialismo da verdadeira fé, para ele a cristã.

Entre o pensamento de Pedro de Meneses e a expectativa daqueles, havia evidentemente, uma distância entre objetivos e o alcance das decisões do governador sobre o resto dos portugueses ali presentes. A hierarquia pode ser compreendida desta situação como característica de determinadas posturas, condutas, funções e expectativas, que se definiam na estrutura social existente e na voz do capitão.

Um último trecho selecionado sobre os tópicos ibéricos refere-se ao discurso feito pelo governador antes do maior cerco conhecido sob seu comando em 1418. Inicia sua fala afirmando que muitos príncipes, barões e nobres necessitam de incentivos para a luta através de reitores e oradores. E passa a falar aos seus comandados:

Mas pera vos, oo nobre gente e naça portugues, que presuação de pallavras, que ajuntamento de colores rretoricos, que ornamento de rrazões se podẽ buscar pera vos amoestar a seguir aquello que a vossa nobre naça por tantos çircullos de annos solares traz prantado nos vossos corações? Caa a vossa llealldade he dada assy como por exempro a todallas gentes do mundo, vosso esforço, vossa fortalleza. E por çerto que as allmas de vossos amteçessores, espiçialmente daquelles bẽ-aventurados cavaleiros que com hos primeiros rreys forã nos primeiros vemçimentos dos mouros que per muitos annos jaa estiveram ã posse dos rreynos de Portugall e do Allgarve, dobram agora sua perpetua follgamça, vemo como vos estays aparelhados sobre tamta destruyção de vossos ymigos, caa dirã que não soomente vos cõtemtastes de defemder o que elles deyxarã ganhado, mas aymda quysestes buscar estas partes d’Africa e apoderar-vos da terra, assy como elles amtes faziã nas partes da Europa<sup>228</sup>.

Inicialmente, o dispositivo retórico de inserir em sua fala dois grupos opostos para destacar defeitos no primeiro e por fim relacionar o público o qual era ouvido qualidades, sugere a vocação de motivação, pela visualização de predicados que pensaram ter. A ancestralidade, novamente, é buscada como parâmetro de valor, pois esta é pensada dentro de um plano de ação acumulativa. Na lógica

<sup>228</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. LXV, p. 459-460.

apresentada, as conquistas oriundas do passado permitiam apresentar características, estas acrescentadas aos portugueses pelo desejo de combater muçulmanos fora do território ibérico. O comportamento esperado em combate é vinculado às vitórias pretéritas, que associadas pela identidade de origem, permitem ligar-se ao passado, numa dependência dos feitos pretéritos. Novamente o papel do passado é atrelado ao presente como forma de identidade, buscando com isso sugerir a existência de qualificativos pela ligação de origem. Em seguida, o discurso pretende despertar a consciência de cada pessoa naquele local:

Hora, omrrados senhores, cavaleiros e amigos, vymda he a ora em que vos podereis mostrar quamto soes fortes ou fracos no serviço de Deus e de vossos rrey. Aquy temdes a coroa de vossa gloria, vede se a quereis tomar ou leyxar. Eu nõ sey se porventura avera hy amtre vos allgũ que seja tam pusylanymo que, vemdo esta multtydão de comtrarios, rreçeba ã sy allgũ terror. Çertamente, se hy tall há, cuyde ã sy mesmo que não he verdadeyro portugues nõ deçende daquella gotica llynhagẽ cuja nobreza nunca ã sua companhia quis villeza de temor. E, como quer que esta nação abitasse per toda Espanha, eu diria, segumdo a nobreza dos feitos passados, que, dos quatro rregnos cristãos inclusos nesta espirica rredomdeza, no nosso ficou mais perfeitamente sua soçessão, e esto poderá bem ver quallquer emtemdido que dos feitos passados quiser tomar conheçimento<sup>229</sup>.

Se os portugueses haviam conquistado a região de Ceuta em 1415, o cerco três anos depois demandava a responsabilidade de defesa. O medo, a ansiedade e outros sentimentos poderiam prejudicar tal atividade. Desta forma, a exaltação de qualidades era essencial para motivar não a ponto de considerar a situação definida, mas para lembrar que as qualidades existem quando efetivadas. Neste sentido, a rememoração de conquistas e principalmente sua origem apresentam elementos motivadores de entusiasmo. O desejo pelo confronto ao muçulmano, na interpretação do conde, advinha do sangue que carregaria as propriedades guerreiras. Reconhecer-se com aquelas disposições, portanto, era sinal de nobreza e incentivo ao confronto. Note-se que o conde procura através do discurso ilustrar potencialidades e produzir coesão e senso de coragem; se no passado glórias puderam ser conquistas por cristãos ibéricos como aqueles descendentes, bastava naquela mentalidade buscar forças e espírito dentro da própria identidade. O passado servia, neste propósito, como guia.

<sup>229</sup> GEZ-CCDPM, Livro I, Cap. LXV, p. 460.

Assim, tanto na recuperação dos fatos em solo africano como na descrição cronística, os valores de afirmação de práticas consideradas válidas configurariam reverberações ideológicas que sugerem a legitimação de tais comportamentos. O espaço ibérico e o passado seletivo de conquistas apontam para situações favoráveis e apropriadas à preservação da memória e da vinculação sócio-política da aristocracia produtora de tais signos revividos e de forte apelo de reconhecimento.

### 3.2.6 Uma genealogia política em Duarte de Meneses

Último ponto a analisar sobre os valores e comportamentos observados na documentação, a noção de genealogia política carece ainda de maior reflexão sobre seu sentido e conceito, mas que pode ser esboçada em algumas linhas. Como já discutido, o cerco muçulmano de 1418 parece ter sido o grande assunto a se registrar e enaltecer, e após aquele confronto o primeiro livro praticamente se encerra. Notou-se que o segundo livro apresenta uma configuração que inicialmente continua a descrever o impacto do insucesso aos muçulmanos, e passa a apresentar a figura do governador no concerto social e matrimonial ibérico, suas viagens para o reino de Portugal, quase em tom particular. O capítulo XXIV confirma tal objetivo: “Porque este vellume primçipalmente he emderençado aos feitos do comde dom Pedro, não nos pareceeo sobejo o rrecomtamento que fazemos dallgũas cousas que espiçiallmẽte pertemçõe a elle, assy de casamentos como doutros feitos”<sup>230</sup>. Evidentemente que outras personagens são descritas assim como atos de confronto e defesa, mas a princípio o eleito para tal volume seria Pedro de Meneses. Pode-se levantar a possibilidade deste livro como um apêndice, ou ainda, como uma encomenda direcionada aos descendentes, destacando de forma mais particular a imagem daquela pessoa.

No entanto, o que despertou a atenção foram duas questões neste segundo livro: a disposição de alguns capítulos, principalmente com relação à datação e apresentação do cronista, e a presença exaltada do filho do governador, Duarte de Meneses. Sobre cada ponto pode-se aferir sobre algumas questões, mas note-se que o ponto de apoio de ambos é o capítulo XXII.

---

<sup>230</sup> **GEZ-CCDPM**, Livro II, Cap. XXIV, p. 644.

O caso da datação parece bastante sintomático. Assim escreve o autor:

**Nom husamos em esta nossa obra de contar os annos em suas heras, segundo fazemos nas outras estorias que escrevemos.** E esto primcipallmemte foy porque **aquelles que primeiramentemte começará d'ajuntar estes feitos nõ forom pellas heras, nõ costumavã naquelle tempo poer hera nas cartas messyvas, como fezerã depois,** o quall huso veo a este rregno de Castella, depois que se começará a tratar os casamemtos dell rrey Eduarte, semdo ymffamte, e do ymfamte dom Pedro, porque ambos estes casamemtos heram da casa d'Aragão, pero assy a rrainha dona Lianor como a iffamte dona Ysabel ambas se criarão em Castella<sup>231</sup>.

A referência a **outras estorias que escrevemos** pode significar as obras de Zurara sobre a conquista de Ceuta e a viagem à Guiné, e que aquela sobre Pedro de Meneses teria sido iniciada por outra pessoa, como o capítulo anterior desta dissertação já observou. O critério de datação de **aquelles** era outro, e com o contato com o reino de Castela, tal forma foi transmitida na maneira de organizar e situar fatos no tempo, e que tal influência ocorreu por volta de 1427. O que é bastante sugestivo é tal explicação constar em tal parte da obra e não no prólogo, sendo o título: “Capitolo XXII como hũa vespera dos Rreys vierão mouros a Çeepta e como foram desbaratados”, ou seja, os típicos confrontos.

A hipótese que se adotou para tal atitude foi de que Zurara revisou os escritos produzidos anteriormente sobre tal crônica, seguindo uma linha condutora, com vários comentários, inserindo informações, algo próximo de uma revisão colaborativa. E na segunda parte do segundo livro, sua postura parece ser mais próxima de uma escrita própria, isto é, o que constava neste livro teria sido escrito a partir de seu trabalho, até porque inexistente a menção do passado de redação. Sabe-se, evidentemente, que tal explicação é difícil de uma confirmação segura, no entanto, como alguns trechos a seguir serão apresentados, o protagonista e a maneira de situar os eventos alteram-se. A noção de autoria também deve ser pensada em um modelo diferente do atual, e a existência da primeira pessoa do plural vai contra tal posicionamento, o que faz pensar em possibilidades de construção textual.

Após a explicação de tal critério, inicia um parágrafo: “E neste [ano] que se começava o de XXIX, hũa vespera da vespera de Rreys, sendo Martym Affomso de

<sup>231</sup> GEZ-CCDPM, Livro II, Cap. XXII, p. 634-635. (Sem grifos no original).

Myramda em Çepta”<sup>232</sup>, passando a descrever os acontecimentos, em especial a atuação militar de Duarte de Meneses, a avaliação positiva dos demais fidalgos, que vão depois comentar ao capitão Pedro, como será analisado ainda. No capítulo seguinte, existe o seguinte trecho: “E ã este ano de naçimemto de Cristo de mill CCCCXXX forã duas galles do rreino de Castella aa çidade de Çepta”<sup>233</sup>, e continua a apresentar diversos fatos até o capítulo XXVII, onde este é iniciado da seguinte forma: “Nom achamos que se no anno do naçimemto de Cristo de mill CCCCXXXI fizesse naquella çidade cousa que de comtar seja. E no anno seguimte, que hera de mill CCCCXXXI, no mes de Março, ouve ho comde novas que hos mouros da terra de Meigeçe”<sup>234</sup>.

A preocupação com a datação tornou-se muito mais evidente que no conjunto da obra, o que permite algumas sugestões. A primeira se refere à maneira de escrita de cada pessoa, que toma como critério expor ou não a cronologia ao leitor. Outra questão é sobre a localização das informações, tendo o cronista buscado estas para preencher os anos, seguindo a sequência cronológica com mais cuidado. Talvez o comentário existente sobre a maneira de seguir a datação na crônica tenha sentido, ou melhor, no primeiro livro as informações foram compostas sem uma preocupação com a datação cronológica como nesta parte da obra, por serem de primeira escrita diferentes. Também se deve levantar a hipótese de que as fontes para compor o relato eram provavelmente indiretas, e por isso a imprecisão cronológica tão cara ao historiador moderno. Zurara a partir daquele capítulo se preocupa em apresentar a cronologia, como acontece até o fim do livro.

Além desta indicação formal dos anos, o que surge disto é o mecanismo de a cada período destacar alguns acontecimentos, e comparando com a maneira anterior, os critérios seriam outros, qual seja, a eleição de um fato, o cerco de 1418, e a descrição de acontecimentos até tal alvo, sem uma preocupação minuciosa em situar a época. No segundo tipo, assemelha-se mais ao modelo de anais, como na

---

<sup>232</sup> **GEZ-CCDPM**, Livro II, Cap. XXII, p. 635.

<sup>233</sup> **GEZ-CCDPM**, Livro II, Cap. XXIII, p. 642.

<sup>234</sup> **GEZ-CCDPM**, Livro II, Cap. XXVII, p. 656.



Antiguidade<sup>235</sup>. Talvez tal preocupação tenha origem na forma de aproximar os feitos de Duarte de Meneses ao monarca Dom Afonso V, e para aquele seus gestos militares sob comando do pai teriam uma boa repercussão na sua representação cronística, ainda mais no sentido de retro projeção, o que justificava e ligava ao passado suas qualidades e origem sócio-familiar.

O mesmo capítulo, ainda, apresenta a primeira atividade militar de Duarte de Meneses, filho ilegítimo do governador de Ceuta. Apesar da sua pouca idade, o filho do capitão demonstrou grande espírito combativo, como foi relatado ao seu pai:

E por certo que não cõ pequeno prazer ouvio o comde as novas da bomdade de seu filho, caa lhe disserã como se ouvera naquele feito com tamto peso em sua ardileza, nõ desfalleçemdo na fortalleza omde compria, como se fora de muito mayor hydade. E **quejamdo este nobre mamçeebo ao diamte foy achar-se-a daquy avamte nos feitos do rregno, assy em dias do comde, seu padre, como rregnando ell dom Affomso, que esta storia mamdou escrever, depois que filhou aos mouros a villa d'Allicaçer, de que este dõ Eduarte foy capitão**<sup>236</sup>.

Se a questão da datação pode ser um indício sobre o enfoque, este trecho apresenta de outra forma o interesse que Dom Afonso V teve por Duarte de Meneses, o qual participou na conquista de Alcácer Ceguer em 1458. Tem-se a ideia que o monarca português procurou se situar frente ao passado de portugueses na região, e por isso a solicitação das crônicas. Uma boa impressão daquele nobre pode ter despertado a vontade de que seus feitos fossem memorizados, e a partir de tal contado a recuperação em suporte historiográfico ocorreu. Fazendo uma análise que não toma a retro projeção parece indicar a inserção de Duarte de Meneses no concerto político da localidade, ainda com pouca idade. Isso não invalida a solicitação de Dona Leonor de Meneses, irmã de Duarte, como aparece no início do primeiro livro, pelo interesse de escrita dos feitos de seu pai. Não parece haver uma concorrência entre eles, pelo contrário, ambos são bem retratados e acumulam qualidades, por meios diferentes.

O elemento da ilegitimidade familiar parece ter sido uma barreira à concessão de privilégios e direitos naquela época, fato pelo qual podemos visualizar as

<sup>235</sup> ANDRÉ, Jean-Marie; HUS, Alain. **L'histoire à Rome**. Historiens et biographes dans la littérature latine. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.

<sup>236</sup> **GEZ-CCDPM**, Livro II, Cap. XXII, p. 637. (Sem grifos no original).

realizações de Duarte de Meneses sob o ponto de vista do serviço e de qualidades pessoais. O próprio pai Pedro de Meneses, após ouvir sobre os primeiros gestos militares do filho, assim é descrito falando ao único filho homem:

- Filho, – disse elle – Deus não quis que tu fosses legytimo e não te embargou, porem, tua virtude, em que pareçesses a mÿ, que son teu padre, e por que eu podesse ser çert como verdadeiramente es meu filho. Tolheo-te a minha herança, que eu mais quisera que viera a barõ que a femea, porẽ, pois que a elle praz de me fazer tanta merçee que eu te veja tall em meus dias, **conheçemdo de ty que es pera ganhar homrra e nome**, elle seja bêto e louvado, e lhe praza acreçemtar em ty de bê em melhor, e assy como guyou os Santos Rrex cujo dia de menham sera, **amcaminhe a ty como faças seu serviço e pareças aaquelles domde eu venho**. E emtão allevamtou a mão com ha espada e feze-o cavaleiro<sup>237</sup>.

O capitão de Ceuta procura destacar as qualidades do filho através de elementos que em parte viriam de si e que foram condicionados pelo ambiente de conflito. Diante deste contexto, Duarte de Meneses procurou praticar suas virtudes e percepção de seu papel como nobre, o que lhe trouxe como resultado a armação de cavaleiro precoce por seu pai, apoiado dos elogio dos demais fidalgos. A maneira como o pai fala a seu filho é ao mesmo tempo retórica e confortadora, pois lamenta o fato da ilegitimidade, mas aponta que apesar disso seus atributos virtuosos eram superiores a tal distinção social. Pensando em tal período histórico, a condição de ilegítimo fazia com que alguns tivessem que se destacarem mais do que as condições de seu nascimento, superando através do serviço a barreira imposta socialmente; na interpretação de Pedro de Meneses, o destino divino optou por tal configuração, que foi vista como recompensa por seus atos em defesa da fé cristã.

Nos capítulos seguintes, a participação de Duarte de Meneses é de grande destaque, a ponto de ele ficar como capitão de Ceuta enquanto seu pai viaja a Portugal. Segundo a explicação, isso era uma forma de provar sua força, junto com uma dezena de fidalgos que estiveram há muito tempo ao lado de Pedro de Meneses, além de sua filha Dona Leonor como governadora da fazenda, sem que isso causasse constrangimento ou peso na consciência. Isso demonstra a importância que os filhos poderiam ter na continuação da presença familiar na condução do comando na cidade, inserindo-os nas estruturas políticas e administrativas. Quando ouvia que “e assy das cavalarias do filho como da boa descriçam da filha, o comde hera muito allegre e folgava muito quamdo lhe em ello

<sup>237</sup> GEZ-CCDPM, Livro II, Cap. XXII, p. 638. (Sem grifos no original).

fallavã as gemtes, as quaes cousas não podia ouvir sã lagrimas”<sup>238</sup>, passa-se a impressão de consentimento dos demais, que em crônica assume sua inserção provavelmente porque seus atos foram reconhecidos como condizentes com a função, isto é, no caso de Duarte de Meneses, a condução a bom termo da guerra era uma confirmação da atitude de seu pai em delegar tal cargo de alta responsabilidade.

Sabendo da saída do capitão, os muçulmanos pensam que seria o momento para uma nova investida. A postura de Duarte de Meneses diante da aproximação inimiga em Ceuta foi de pedir conselho:

Parentes, senhores e amigos, eu são aquy amtre vos pera fazer aquillo que vos outros semtyrdes que he bẽ que eu faça. E vos me deveis comselhar, e aymda como o senhor comde, meu senhor e padre, de vos comfia, caa sabeis que amtre quantos parentes e amigos elle tem escolheo a vos pera me leixar em vossa companhia, ca, posto que eels aquy nõ fossem presentesm ẽ breve os podera fazer vir aquy, quando de vos comfiara, e aymda ell rrey, nosso senhor, lhe mamdara quẽ lhe enviara pedir<sup>239</sup>.

Apesar de ter sido colocado como capitão de Ceuta, não age como se tal cargo permitisse comandar de qualquer forma, ou melhor, ainda que tendo qualidades combatidas, estas eram distintas para a manutenção da cidade. Caso tomasse uma decisão equivocada, a responsabilidade seria tanto dele como de seu pai, o que do ponto de vista da imagem familiar dos Meneses em Portugal não teria uma boa recepção. Neste sentido, novamente a noção de prudência precisa ser lembrada, aqui entendida pelo pedido de conselhos. Os fidalgos sugerem uma disposição do efetivo português perto do porto, o que ele acata, obtendo bons resultados.

Com o insucesso muçulmano, a conclusão do capítulo surge como providencialista, como muitas explicações eram dadas naquela sociedade, de ambos os blocos culturais e religiosos, ou talvez pelo olhar dos cristãos sobre o que teriam pensado os maometanos. Note-se que a fala de um maometano imputa maior legitimidade aos atos cristãos, que são reconhecidos pelo inimigo em quantidade e qualidade. Assim teria pronunciado suas últimas palavras Allarzoco:

---

<sup>238</sup> GEZ-CCDPM, Livro II, Cap. XXVII, p. 658.

<sup>239</sup> GEZ-CCDPM, Livro II, Cap. XXVII, p. 662.

- Ca se assy fosse que os cristãos fossẽ tamtos como nos, ou sequer a metade, eu nõ poeria o vemçimemto senã a nossa fraqueza, mas sermos nos çimquoemta pera hũ, e nõ avemdo os corpos mayores que nos nõ mais dedos nas mãos que nos outros, vemçeerẽ-nos assy he rrezão que os que em esto bem esguardarẽ ajã causa de conhecer que **as virtudes do çeeo sam sanhudas contra nos**<sup>240</sup>.

Por fim, o perfil de Duarte de Meneses se apresenta como desejoso por honra, como vários fidalgos que ali estavam. Apesar de ser filho ilegítimo de Pedro de Meneses, de ter a confiança de seu pai para inseri-lo na estrutura administrativa da cidade, seu espírito combativo sobressaiu. Observe-se a descrição após aquele primeiro desfecho:

Assy como os dias creçiam em aquelle nobre fidallgo, assy **lhe hia creçendo a vomtade de obrar grandes cousas**, quamto mais vemdo taes começos como lhe o Senhor Deus azava. E se a sua vomtade desejava obrar grandes cousas, nõ aqueles fidallgos que com elle herã nõ as desejavã menos, espiçiallmente aquelles dous hirmãos, scilicet, Affonso da Cunha e Ayres da Cunha, que herã dous fidallgos muy desejosos de cobrar omrroso nome. E depois deste vemçimemto **mandou dom Duarte saber pellas comarcas d'arredor omde poderia fazer allgũa cousa em que elle cobrasse nome de quẽ elle hera**, e aymda do que desejava ser, ca, vemdo-se filho de hũ tam exçellemte cavaleiro e que tãtas e tam grandes vitorias tinha rreçebidas dos ymigos vemçemdo sã numca ser vemçido, rrezão hera que desejasse de ho parecer, **vemdo-se hũ soo filho barã vão, ca, segumdo se ao diamte pareceeo, nõ soomente tinha elle homrra pello padre, mas per sy mesmo**<sup>241</sup>.

O peso do cargo de seu pai poderia trazer algum desconforto social, e a expressão de honra **per sy mesmo** é indicativo disso. O caso dele pode ser exemplar sobre o comportamento de pessoas que viam na região de conflito e periferia a oportunidade de ascensão através do serviço, mostrando-se disposto a correr riscos em troca de reconhecimento e benefícios materiais. Para Duarte de Meneses, ainda que seu pai fosse capitão de Ceuta, sua condição de ilegítimo acabava por incitar a vontade de combate contra o que considerava o inimigo. Tal expressão provavelmente seria bem recebida pelo pai e demais, que teriam a confirmação sobre os atributos do filho, passados pelo sangue, mesmo que parcialmente. Obviamente sabe-se da construção ideológica de tal raciocínio, mas o que se está analisando é a maneira como o pensamento era justificado. Ao olhar do historiador, entretanto, observa-se a conjunção de motivações entre a formação

<sup>240</sup> GEZ-CCDPM, Livro II, Cap. XXVIII, p. 665. (Sem grifos no original).

<sup>241</sup> GEZ-CCDPM, Livro II, Cap. XXIX, p. 665-666. (Sem grifos no original).

moral, os princípios religiosos, as pessoas que o cercavam, as responsabilidades dele enquanto membro de uma família de ascensão em fronteira, as expectativas de seu pai, enfim, fragmentos que dão sentido ao seu comportamento. Isto se confirma praticamente com uma descrição sobre a provável vontade de Duarte de Meneses:

Como aquelles que ham os animos grandes e alltos o pemsamento nunca daa lugar que possam pemsar em outras cuydações quamto pera rreçeberẽ comprida follgamça, espiçialmente os que se acham em ello como obrigados per dividas dos padres, ou avos, ou perventura de todo, assy como fazia a este nobre mamçeebo [Duarte de Meneses], quamto mais êchemdo-lhe a fortuna as vellas de bem-avênturãça<sup>242</sup>.

Em outras palavras, por mais que agisse como os demais, a motivação partia também daqueles que o viam, e disso inclusive seria uma qualidade, porque acrescentaria mais a sua pessoa através de tal estímulo.

Talvez o cronista tivesse a preocupação principal de exaltar Duarte de Meneses, a partir do contato de Dom Afonso V com este, e valeu-se de relatos sobre a presença portuguesa após 1415, ou seja, o que se tornou a **Crónica do conde Dom Pedro de Meneses**, para estabelecer a ligação no tempo e nos fatos. Posteriormente, escreveu ainda a **Crónica do conde Dom Duarte de Meneses**, o que completa seu objetivo, e entende-se por genealogia política tal proposta de apropriar-se de relatos pretéritos referentes ao grupo social interessado, formando uma identidade entre passado e presente, como os estudos sobre o cronista Fernão Lopes também sugerem sobre a representação dos monarcas, seguindo o mesmo mecanismo de redação tradicional de História, ou seja, entre o mais antigo para o mais recente. Os atributos são dispostos entre um providencialismo como no caso de Dom João I, por exemplo, onde ele foi apresentado como um eleito, um messias na terminologia lopeana, se destacando dos anteriores, ou de outra forma, como uma continuidade entre as propriedades nobiliárquicas, que seriam transmitidas entre seus membros. Nos dois casos, percebe-se que a maneira de lidar com o passado e sua imagem correspondem à expectativa de identidade pela aproximação de valores positivos que legitimam o **status quo**.

O ponto fundamental de tal estratégia é que ela não apenas toma os acontecimentos como dados, mas estabelece uma origem que permite conectar-se

<sup>242</sup> GEZ-CCDPM, Livro II, Cap. XXX, p. 668.

ao passado para algumas finalidades, entre elas a de justificativa de atributos sociais do grupo aristocrático, como este estudo disserta. A genealogia política seria a remissiva de valores e atributos que, como observados em outros tópicos deste capítulo, se transmitiriam entre as gerações através do sangue e da formação moral. A representação em texto de tais valores equivaleria a um dispositivo de dedução e comprovação de qualidades, mantendo uma memória que teria como função difundir percepções ideológicas da sociedade, em especial a hierarquia e os privilégios funcionais. A condição de identidade surge pela vontade de vinculação e sentimento de pertencimento de tal coletividade, demarcando uma diferença que destaca sua própria existência enquanto grupo. No caso de Duarte de Meneses, tal genealogia era em parte familiar e também sociopolítica, e a forma como o pai entendia a situação era que “allegrãdo-se muito com has cousas que via em aquelle seu filho, porquanto se via jaa posto na derradeira hydade e confortava-se esperamdo que quamdo falleçesse ficaria outro elle nos autos da cavalaria”<sup>243</sup>, ou seja, de possuir virtudes que permitissem a manutenção de uma identidade familiar inserida na qualidade dos feitos do reino. Para eles, a História era restrita aos aristocráticos, e sua função manter tal concepção; aos descendentes, observar exemplos do passado que justificassem seus privilégios, bem como acrescentá-los a fim de assegurar tal linha de pensamento.

### 3.3 DO PASSADO EXEMPLAR AO PRESENTE DA ESCRITA

Do analisado e exposto neste capítulo, algumas observações conclusivas precisam ser feitas, a fim de dar coerência e não apenas ilustrar a interpretação com exemplos da documentação. Neste sentido, tem-se o conhecimento da limitação e tendência do caráter seletivo da interpretação histórica aqui desenvolvida. Frente a tal diagnóstico, não restou solução no momento que iniciar o processo, para sua posterior continuação e complemento. Os demais casos, portanto, podem e devem ser realizados, objetivando corroborar ou rediscutir as abordagens aqui levantadas.

Sobre a sequência dos acontecimentos históricos, pode-se aferir sobre o sucesso e o fracasso de ações, e sobre àquelas positivas, identificar os qualificativos que poderiam servir de exemplo e parâmetro para a reprodução das práticas

---

<sup>243</sup> **GEZ-CCDPM**, Livro II, Cap. XXXIV, p. 684.

levadas a cabo. Observou-se a existência de vários grupos e interesses, sendo de conformações heterogêneas. Teve-se a prioridade de analisar os casos em que a evocação de qualificativos positivos por parte dos cristãos não fosse tão evidente, por critérios de identidade. Casos positivos também foram analisados, o que permite uma ponderação mais equilibrada do conjunto documental.

Desta forma, os casos classificados de insubordinação foram entendidos como expressão das relações de poder inseridas nas configurações sociais hierárquicas. Na tentativa de romper com esta estrutura que compunha a sociedade e a mentalidade portuguesa tardo-medieval, notou-se o confronto entre expectativas e aspirações dessincronizadas. Nos casos de desobediência, ambição e vontade individual sobre a coletividade, as medidas tomadas foram díspares, mas sobressaindo o exercício da autoridade governativa conferida pelo monarca português. Os níveis de relacionamentos se assentavam em bases de origem social e anseios militares, mas nesta disposição observaram-se casos de pessoas de condição inferior portando-se como esperado de fidalgos, e o contrário também<sup>244</sup>.

As situações entendidas como desconexas pelo ordenamento sócio-político são no mínimo abaixo do esperado, quando não causaram prejuízo e perigo ao conjunto dos cristãos. Nos relatos em que Zurara descreve a condução e liderança de combates por parte de nobres e do próprio capitão Pedro de Meneses, situações adversas ocorrem, mas devido a outras causas explicativas, como desigualdade numérica e providencialismo. Com isso, conclui-se que poderia haver adversidades, mas estas não deveriam ser originadas ou causadas pelos próprios cristãos; cabia aos líderes e fidalgos valer-se de suas qualidades e posições, garantindo os privilégios e exercendo o poder para manter suas disposições.

Seguiu-se como orientação interpretativa a ideia de que tais trechos, e a documentação cronística naquele ambiente, são rastros de acontecimentos de parte daquela sociedade, no sentido de que foram modelos eleitos para serem observados, diagnosticando abusos ou expectativas por parte dos interessados, em

---

<sup>244</sup> Esta instabilidade foi identificada em outros estudos como reflexo das ambições de grupos sociais, que viam na ação e no serviço a maneira de conquistar prestígio e dispositivos de atuação política. QUINTANILLA RASO, María Concepción. La renovación nobiliaria en la Castilla bajomedieval: entre el debate y la propuesta. In: **La nobleza peninsular en la Edad Media**. Leon: Fundación Sánchez Albornoz, 1999.

vista a alertar ou ilustrar, de forma representativa e reconhecida pelo passado, ainda que tais textos não fossem concebidos como manuais de conduta.

A questão da prescrição nos textos historiográficos precisa estar bem definida, a ponto de não ser erroneamente considerada como uma construção alheia à sociedade a qual ela foi pensada, ou que a leitura destas crônicas era incitada apenas pela busca de casos modelares, ou a educação pela conduta. A análise desta pesquisa tomou como hipótese a junção do relato passado com finalidade contemporânea à escrita, e por isso o grau de aferimento dos valores que poderiam ser buscados no passado como dispositivos reconhecidos. Em outros termos, o efeito da memória vertida em texto pode ter conferido ao ambiente da cultura política portuguesa a instrumentalização de práticas finalizadas, dando ao leitor a possibilidade de julgamento e discernimento sobre uma repetição, ou ainda, o reconhecimento de alguma atitude que considerasse favorável, isto é, visando a repetição do efeito produzido no passado; neste sentido pode-se considerar uma formação cultural e política pelo pretérito.

Assim, o passado poderia ser entendido como referencial de práticas para se seguir ou não, de atitudes com bom termo ou não, a forma como foram realizadas, e conexões identitárias a estabelecer ou não. O manuseio destas possibilidades é que se entende por ideologia e cultura política, isto é, a apropriação simbólica de objetivos políticos constituídos social e historicamente. O universo de possibilidades de interpretação a partir do contido na documentação é vasto, e tiveram-se o cuidado de analisar os valores como signos de tradição apropriados em contexto posterior, tendendo a serem resignificados positivamente.

O critério aristocrático assentava-se, preferivelmente, no aspecto nobiliárquico, que define por extensão a identidade portuguesa<sup>245</sup>. Esta, como se observou através dos trechos apresentados, não se configurava de maneira universal, pois na interpretação do capitão, e porque não incluir o grupo nobiliárquico destinado a ler tais relatos, vinculava virtude ao sangue, restringindo os aptos e

---

<sup>245</sup> No contexto ibérico anterior, Luis Krus realizou levantamento minucioso sobre a relação entre hierarquia e identidade da nobreza nos textos historiográficos, demonstrando a importância destes critérios na sociedade estudada. KRUS, Luis. **A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)**. Geografia dos Livros de Linhagens medievais portugueses. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.



criando a hierarquia. Esta, apesar das várias opiniões sobre a sua organização, não era multiperspectivada pela fidalguia de destaque e interesse. Outros poderiam ser incluídos na categoria de portugueses de valor, ao menos se demonstrassem força e espírito combativo, auxiliando conforme sua condição social. A distinção familiar, atrelada ao sangue, também contribuía para definir um nobre português, que buscava defender valores cristãos oriundos da Península Ibérica, que no caso específico deveriam em prática demonstrar suas qualidades e reafirmar sua condição para obtenção de privilégios. Assim, a estratigrafia separava os **populares** que choravam porque ficariam afastados de suas terras, os almócares que alçavam ascensão fora da recompensa estabelecida sob outras circunstâncias. O elemento aristocrático, assim, era entendido como mais elevado moralmente, e plasmado discursivamente à coletividade, principalmente em nível ideológico.

Note-se, por fim, que talvez o melhor critério seja a condução a tal hierarquia, advindo da experiência, formação e percepção do contexto, cabendo respeitá-los, ou quando possível, superá-los com finalidades amplas<sup>246</sup>. Aos não pertencentes a tal círculo sócio-político, o descontentamento se apresenta pela sua não inserção. Fica clara, enfim, a atenção dada à hierarquia, vinculada à autoridade. A disposição orgânica da sociedade também pode ser observada, pois para cada grupo e subgrupo, uma função e respeito à liderança deveria existir. Assim, volta-se ao tema da identidade, entendida como recuperação e associação de dados precedentes, tradicionais, definição por contraste, e estabelecimento funcional.

De forma parcial, a análise da documentação neste capítulo apontou algumas considerações que precisam ser pensadas à luz do contexto de produção de tais textos. Na primeira crônica de Zurara, que trata da conquista da cidade de Ceuta, existem apenas relatos de nobres e fidalgos levando a cabo tal empresa, criando uma imagem homogênea dos objetivos e anseios daqueles que rumaram para lá, qual seja, de que os principais responsáveis pela vitória portuguesa foram os infantes e o rei. No entanto, na crônica que continua a descrever os acontecimentos em tal localidade, outros grupos aparecem no relato, que frente aos interesses dos protagonistas eleitos, soam como dissonantes. Desta forma, uma estratigrafia social

---

<sup>246</sup> Veja-se, sobretudo, o estudo que identificou tais caracteres. GERBET, Marie Claude. **La nobleza en la Corona de Castilla: sus estructuras sociales em Extremadura (1454-1516)**. Cárceres: Institución Cultural El Brocense, 1989.

e política pode ser identificada, através da percepção do que cada grupo via de si e dos demais, configurando um mosaico que ao longe parece coeso, mas na característica individual, mostra-se heterogêneo. A heteroimagem se reconhece pela inexistência igualitária dos benefícios simbólicos e materiais que atraíam aquelas pessoas para a fronteira da cristandade e islamismo, interessados ou não, sendo avaliada cada condição e o benefício que ela trazia.

Aqui se pode aferir o seguinte diagnóstico: tais relatos marcavam uma separação entre os próprios cristãos, porque não portugueses, e a sua presença na crônica reafirma, assim, não um espaço para reivindicação de concessões ou privilégios, pelo contrário, a separação e recordação da origem de tal diferença. O processo de solicitação de escrita pode ser um parâmetro para sugerir o uso político de tais crônicas como a vinculação do passado, isto é, buscar-se-ia na construção da memória do reino e suas ações elementos para justificar privilégios e serviços, que no momento da escrita poderiam estar em questionamento. Na discussão contextual foi levando esta hipótese a partir das conclusões de Renata Cristina do Nascimento<sup>247</sup>, sendo que o uso político destes textos parece ter certa coerência neste sentido.

Os casos selecionados e analisados mostram, pelo contraste, como deveria ser respeitado o poder e a hierarquia dos nobres, concomitante às práticas particulares. Manifesta que haveria vozes e desejos descompassados, que buscavam rivalizar com os estabelecidos, e se considerar que tais textos destinavam ao grupo régio-nobiliárquico, entende-se que o anti-exemplo se apresenta como caso para se conhecer e identificar ao contexto de leitura, chamando a atenção para reafirmar a distinção proposta pelos nobres e suas alianças garantidoras de privilégios. Dos trechos analisados, por fim, interpreta-se que a partir do exemplo estabelece-se um poder hierarquicamente constituído, excludente e delimitador. Em outros termos, o que pode ser entendido é a hierarquia da sociedade política observada, que se definia pela conjunção de práticas, sangue, aproximação, virtudes e ordem, e pela disputa constante e instável pela condução da sociedade

---

<sup>247</sup> NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. **Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição: o reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

política na condução dos assuntos régios que poderiam estar relacionados com os interesses pessoais e familiares.

De conexão com o ambiente político de Dom Afonso V e seus súditos mais próximos, a discussão contextual da pesquisa apresentou a atenção e reconhecimento que este rei teve para este grupo, chegando a produzir inúmeras queixas de grupos desfavorecidos. Voltando à questão do potencial prescritivo dos relatos cronísticos, sugere-se que a multiplicidade de casos existentes na documentação consultada faça parte da realidade heterogênea existente, mas que através da conclusão e encaminhamento que aquelas práticas descritas tiveram no reino de Portugal, os principais líderes, identificados como nobres de serviço envolvidos na causa da Reconquista em África, foram alvos de reconhecimento e prestígio na seleção realizada pelo cronista, com objetivos ideológicos. Desta maneira, a recuperação dos feitos em África, vertidos na tipologia historiográfica, conferiam legitimidade e autoridade frente às relações de poder, autorizando a continuação de práticas semelhantes, como as conquistas levadas a cabo ou incentivadas pelo monarca.

## CONCLUSÃO

Após a exposição das orientações teóricas e contextuais, passando pela interpretação da documentação, a reunião das conclusões levantadas em cada seção pode, neste espaço, suscitar um sentido para a problemática deste estudo, a saber: qual o significado das descrições sobre acontecimentos portugueses no norte de África na crônica de Gomes Eanes de Zurara. Optou-se para dissertar sobre esta questão em dois pontos: na análise dos comportamentos apresentados como perfis exemplares, e ao mesmo tempo pelo estudo dos mecanismos para sua composição em gênero historiográfico e prováveis resultados ao seu contexto. Sobre cada grupo um diagnóstico precisa ser dito, ainda que de forma provisória. Em comum, ambos precisam ser entendidos dentro de uma relação de escala para se estabelecer um diálogo, isto é, entre os parâmetros estabelecidos no conhecimento científico da História com a especificidade social.

No caso do conceito de História tal escala parece ser bastante evidente. Sabe-se pela bibliografia existente dos pressupostos acadêmicos acerca das possibilidades de estudo histórico, das tipologias documentais e expressões humanas que podem indicar sobre atos ocorridos no passado. O tema da memória, neste sentido, parece ser um parâmetro entre a proposta acadêmica e prática cotidiana, ou melhor, como afirma Jacques Revel, entre os níveis de identidade, continuidade e comunidade<sup>248</sup>. Segundo o historiador francês, tal tríade permite uma identificação com um acontecimento ou pessoa, a elaboração de um sentimento de organicidade social pela reafirmação de coesão através do tempo, de onde as pessoas tiram razões para estarem unidas em evidência.

Estes três termos significam em boa medida a conexão entre o passado e uma determinada sociedade, e talvez o ponto final desta questão seja a constatação que as diversas sociedades ao longo do tempo adotaram maneiras de lidar com a preservação da memória, e porque não também na elaboração da representação de tal tempo, e que a definição moderna de História traz sem dúvida a abertura de reflexão temática, mas que ela não pode ser o modelo para se explicar o sentido da documentação no contexto de produção. Em outros termos, nega-se um conceito

---

<sup>248</sup> REVEL, Jacques. O fardo da memória. In: \_\_\_\_\_. **História e historiografia**. Exercícios críticos. Trad. Carmem Lúcia Druciak. Curitiba: Editora da UFPR, 2010.

que seja abstrato e atemporal, ou ainda, que não possa ser identificado na sociedade a qual o produziu, e por isso o diálogo entre a proposta acadêmica com seus aportes metodológicos, e a constatação da percepção daquela sociedade.

Do estudo realizado, observou-se que a noção de História aproxima-se do que Massimo Mastrogregori definiu como tradição das lembranças, isto é,

no ponto central desse desenvolvimento, ligado a condições históricas determinadas, que explicam o aparecimento, a situação, a duração e o desaparecimento, está a relação de uma sociedade com o passado e, em particular – como fenômeno mais visível –, o tratamento dos rastros, dos relatos, das imagens (a condição da sua sobrevivência e desaparecimento)<sup>249</sup>.

A concepção de escrita da História na sociedade portuguesa do século XV parece ter sido a eleição de temas considerados notáveis do ponto de vista de sua importância para a configuração política e para a exaltação de qualidades morais, em nível tradicionalista e conservador. Dos mecanismos para composição textual, notou-se a preocupação de passar aos leitores uma confiabilidade do registro, este transcrito segundo critérios de verificação da origem e efetivação. Como resultado, entendeu-se a escrita do passado como totalidade, que ao menos os atos ilustres estariam preservados, e o que se poderia saber estaria contido naqueles documentos cronísticos.

Entende-se que tal postura visava a inserção do escrito no gênero historiográfico, reconhecido socialmente, e que aquelas estratégias linguísticas compõem um discurso ideológico. Tal postura comportou, entre outras situações, a simplificação da realidade social, plasmando imagens e valores de um universo mais heterogêneo. Entretanto, deve-se ter em consideração os possíveis efeitos de tal aporte, ou seja, o conceito de História como observado acima pareceu concordante com as expectativas de apreensão daquela realidade. O cronista acreditara no seu trabalho e resultado, e não se encontram dados naquele ambiente que questionem tal concepção historiográfica.

Qualquer comparação com o conceito contemporâneo de História, assim, se torna inviável, devido às demandas atuais e a distância de sentidos culturais. Por

---

<sup>249</sup> MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição das lembranças. In: MALERBA, Jurandir. (Org.) **A História escrita**. Teoria e História da historiografia. São Paulo: Contexto, 2009. p. 68-69.

isso os conceitos de Cultura e Poder, entendidos como unidos na noção de apropriações simbólicas de aspectos políticos, podem auxiliar na compreensão do documento analisado como tendo uma finalidade ideológica, ou seja, representações de como a sociedade deveria ser e não a sua explicação. Não se analisou a documentação como sendo a História, mas como a representação de tal tempo, e como aquela sociedade entendia tal conceito. As orientações da **Nova história política**, neste sentido, ajudam a problematizar a questão, e ter em conta esta camada das interações de poder.

Com relação aos aspectos sobre os comportamentos descritos, encontrou-se uma dupla camada que a princípio pode parecer incompatível, pois entre atitudes consideradas virtuosas e elogiadas, visualizaram-se também desvios e tentativas de anular uma hierarquia social entendida através da tradição. A hipótese que confirmaria tal inconsistência seria que apenas casos positivos deveriam ser selecionados para compor o registro histórico, demonstrando de forma direta a tendência para o recorte temático. Para isso, o estudo sobre o conceito de História na documentação trouxe como resultado duas variáveis: a forma e o conteúdo. No primeiro aspecto, os dispositivos de impessoalidade, busca de relatos e organização cronológica deveriam ser empregados para a escrita de feitos considerados notáveis, de lembrança e memória, como o caso de virtudes praticadas em conflitos militares e vínculos sociopolíticos.

Entretanto, acredita-se que o texto historiográfico, apesar de em parte seguir tais balizas, assume uma dimensão que não atende integralmente aquelas situações indicadas pelo cronista. Não se deve supor que sua qualidade era diminuída, mas talvez que entre a prática redacional e sua proposta havia um espaço onde esta seria mais uma condutora para aquela. De outra forma, também, pode-se entender tal configuração como indício dos conflitos políticos existentes no contexto narrado, onde acima do ideal de feitos memoráveis, a disputa por interesses e o confronto interno foram localizados. Entende-se, assim, o texto cronístico dentro do propósito de exaltação de feitos, mas coexistindo relatos que na intenção do autor não anulariam o exemplo, mas possibilitando o contraste necessário para o julgamento adequado ao grupo solicitador do texto. Sobre isso, Reinhart Koselleck afirma que

o que caracteriza os conceitos antitéticos desiguais é que eles determinam uma posição seguindo critérios tais que a posição adversária, deles resultante, só pode ser recusada. Nisto reside sua eficácia política, mas ao mesmo tempo também a dificuldade para serem aplicados ao conhecimento científico. Nas palavras de Kant, 'dividir em duas partes um conjunto de coisas heterogêneas não leva a nenhum conceito determinado'. Para que as divisões históricas sejam reconhecidas em suas assimetrias lingüísticas, elas precisam ser investigadas em suas estruturas comuns – e diferenciáveis<sup>250</sup>.

Tais oposições foram observadas entre os **populares** e os fidalgos, entre os cristãos e os **contrários**, e entre os exemplos e os desvios. No conjunto dos relatos existentes na crônica analisada, a ponderação da diversidade de casos é de suma importância, pois na seleção dos mesmos pode-se efetuar ou a exposição apenas de virtudes ou de desvios, o que distorceria o sentido amplo do documento. Defende-se que os interessados pelo registro cronístico tenham se vinculado de forma identitária com as virtudes e sintonia de práticas elogiadas, e se valido dos exemplos negativos para marcar uma distância expressada pelos privilégios sociais dentro da hierarquia política vigente naquele contexto.

Outro ponto a se ponderar refere-se à trajetória das personagens observadas. Os capítulos em grande maioria eram elaborados visando compor uma unidade, que no conjunto constituíram a imagem da presença portuguesa no norte da África. Analisando a mesma pessoa em âmbito diacrônico, percebeu-se um amadurecimento na experiência e no aperfeiçoamento de suas qualidades, o que sugere que tal imagem virtuosa era construída pela vontade de exaltação do autor, mas também dos atributos retratados. É evidente o impasse entre construção ideológica e apreensão da realidade, mas uma justa medida seria entender a confluência de qualidades a um grupo ou pessoa com interesses de lembrança histórica. Refuta-se seja o maniqueísmo da elaboração pretenciosa seja o relato como reflexo da sociedade. Concluir porque alguns foram exaltados e outros não é um objetivo importante na pesquisa, mas que nem sempre pode ser alcançado efetivamente. Talvez em parte tal diferença estivesse de fato presente naquela sociedade, onde nem todos agiam e tinham anseios e expectativas na mesma medida, e a disputa social entre eles significaria não a preocupação com o registro de memória, mas a atividade cotidiana e a manutenção de posições. Ultrapassar os

<sup>250</sup> KOSELLECK, Reinhart. A semântica histórico-política dos conceitos antitéticos assimétricos. In: \_\_\_\_\_. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006. p. 195.

limites impostos socialmente poderia ser não uma escolha senão uma necessidade, acima da aparência representativa dos grupos e suas funções.

Isso significa afirmar que provavelmente o cronista não teve como objetivo principal transmitir exemplos sequenciados, mas que estes são entendidos como moralmente escolhidos a formar uma identidade, a partir dos valores reconhecidos por aqueles. Como foi observado ao longo da crônica, existe uma multiplicidade de relatos, o que comporta a heterogeneidade dos interesses e práticas, e transmite uma estratigrafia que sugere a divisão aristocrática e social. Assim, perceber valores e exemplos na documentação, em especial após o entendimento do gênero historiográfico, sugere que foram escritos para preservar uma memória, reafirmar comportamentos e exemplos, e marcar limites entre os grupos sócio-políticos.

É através destes critérios que a noção de representação social pode ser entendida, a partir da recuperação de atividades pretéritas, que vertidas ao texto historiográfico transmitem um caráter exemplar e legitimador. Sabe-se que os acontecimentos foram apresentados como o relicário do passado, de convicção do autor pela constatação do suporte historiográfico. Sugere-se que no momento de interpretação de tais relatos haveria por parte da sociedade política portuguesa do século XV uma resignificação do narrado, separados pelos critérios de identificação e afinidade representativa. A construção ideológica fez-se a partir dos referenciais culturais e políticos, e da crença em tais premissas.

Observou-se que a crônica tinha por foco os feitos de portugueses em África, e foram encontrados tópicos referidos por aquelas personagens que permaneceram na descrição de Zurara. O uso do passado, independente do suporte empregado, era um indicativo de referencial na legitimação de qualidades e posições sociais, seja pelas personagens descritas, pelo cronista, ou ainda possivelmente pelos leitores destinados. Remeter-se ao passado, naquela sociedade, significava identificar-se com elementos que reconheciam práticas e hábitos, ligados às linhagens e à coletividade de um espaço geográfico e temporal.

Note-se que em algumas situações o passado ibérico foi retomado pelos cristãos em solo africano, e o critério localizado foi a necessidade de coesão entre os membros, em momentos de instabilidade ou divergência de direcionamentos a serem tomados. Desta forma, a escrita do passado era seletiva em exemplos



apropriados para apresentar modelos de ação e conquistas, que quando lembradas, assumem o propósito de orientação para serem repetidas no presente de seus evocadores. A fim de despertar o interesse e motivar os portugueses diante de situações perigosas, um providencialismo advindo justamente do passado assentava-se em qualidades moralizantes, apropriadas em contextos específicos para unificar as personagens através de uma identidade ibérica. O passado foi compreendido como estratégia chave de identidade para conferir união na realização de interesses prioritários politicamente, dentro de uma sociedade hierarquizada. Percebeu-se, ainda, o dispositivo ideológico pela manipulação da História conforme a necessidade de envolver e aderir os grupos indispensáveis para a efetivação de projetos levados a cabo pela aristocracia.

Tais considerações advindas dos casos analisados permitem, igualmente, sugerir o mesmo mecanismo pelos leitores e público destinado. Sabe-se que o estudo da recepção dos textos históricos é extremamente raro e impreciso pela escassez de indícios, mas pode-se neste caso pensar a crônica como a recepção dos acontecimentos, ou melhor, como estes deveriam ser preservados. Sendo o passado inserido em um âmbito monumental de reconhecimento social, com suas evidentes seleções e apropriações identitárias, o pedido de escrita das crônicas pode ser entendido como estratégia para legitimar posições e vínculos a serem estabelecidos. Se considerar a transitoriedade do período não apenas como descaracterização de época, mas como pluralidade de opções, o recurso ao passado seria aos interessados na escrita cronística uma forma de assegurar privilégios e posições advindas pelo serviço, identificadas pela contribuição ao reino. Passado, linhagem e serviço configuravam entre os eixos das práticas aristocráticas, que permitiam a definição de identidade e consciência do papel social, em contrapartida a questionamentos de outros setores sociais do reino português.

Considerando o estudo de Renata Cristina do Nascimento<sup>251</sup>, o questionamento dos abusos e privilégios da nobreza no período de Dom Afonso V seria um sintoma da importância crescente dos demais grupos que compunham o reino português. Neste ponto, inclusive, Humberto Baquero Moreno opina de forma

---

<sup>251</sup> NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. **Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição: o reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

semelhante, afirmando que a questão de ascensão social de camadas inferiores já ocorrera no reinado de Dom João I, mas que "[...] o problema avolumou-se sobretudo a partir de Alfarrobeira, em 1449, facilitado pela permissividade do monarca [Afonso V] e pela premente necessidade de alargar os quadros da nobreza que se destinavam às futuras campanhas marroquinas<sup>252</sup>. Sabe-se pelo ocorrido posteriormente que os caracteres medievais foram paulatinamente alterados por aspectos classificados como modernos, mas a partir disso definir o período anterior como anacrônico não parece uma solução adequada e completa. Considerar tal transição como revolucionária talvez seja um exagero, mas que a mentalidade e as prioridades mudaram, principalmente com relação à presença portuguesa no norte de África. A busca por vínculos no passado através da escrita de crônicas, exemplificando atitudes e nomeando pessoas, foi entendido como genealogia política, que poderia acontecer também por contraste, como no caso régio de Fernão Lopes. A estratégia de recuperação do passado e seu uso no presente foi o que configurava o dispositivo ideológico de manipulação, exaltação ou esquecimento.

A conclusão deste estudo abre a possibilidade de investigar por outros documentos o peso da produção cronística, uma vez que sua escrita foi pedida para conhecer e preservar relatos de pessoas que estiveram em apoio da monarquia no início do século XV. Alguns descendentes tiveram interesse em tais relatos, e pode-se pesquisar a trajetória daquelas pessoas sob o ponto de vista social e econômico, e verificar o que significou a permanência na região africana. O expansionismo ibérico movimentou as pessoas e o imaginário daquela sociedade, e um estudo prosopográfico mais detido no universo descrito nas crônicas, mas a partir da Chancelaria, parece ser um indicativo para comparar a trajetória e sua relação com o contexto de produção das crônicas. Como sugerido sobre as genealogias políticas, tal ramificação social no passado implica em construções eleitas sobre pessoas com prováveis ascensões, o que os documentos régios podem indicar.

---

<sup>252</sup> MORENO, Humberto Baquero. O princípio da época moderna. In: TENGARRINHA, José (Org.) **História de Portugal**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2001. p. 81.

## REFERÊNCIAS

### DOCUMENTAÇÃO

ALMEIDA, Manuel Lopes de; BROCHADO, Idalino Ferreira da Costa; DINIS, António Joaquim Dias (Subcomissão). **Monumenta Henricina**. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960. 15 vols.

ANÔNIMO. **Livro dos arautos (De Ministerio Armorum)**. Estudo codicológico, histórico, literário, linguístico de Aire Augusto Nascimento. Lisboa: [s. n.], 1977. Disponível em: <<http://purl.pt/702>> Acesso em: 13 de setembro de 2010.

**CHANCELARIAS PORTUGUESAS**. D. João I (1385-1433). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004-2006. 4 tomos.

CÍCERO. **Sobre el orador**. Introducción, traducción y notas de José Javier isso. Madrid: Gredos, 2002.

LOPES, Fernão. **Crónica de El-Rei D. João I**. Introdução de Humberto Baquero Moreno. Lisboa: Livraria Civilização, 1991.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Tomada de Ceuta**. Edição de Reis Brasil. Lisboa: Europa-América, 1992.

\_\_\_\_\_. **Crónica do Conde Dom Duarte de Meneses**. Edição diplomática de Larry King. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978.

\_\_\_\_\_. **Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses**. Edição e estudo de Maria Teresa Brocado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

\_\_\_\_\_. **Crónica dos feitos de Guiné**. Edição modernizada por José de Bragança. Lisboa: Livraria Civilização, 1973.

### DICIONÁRIOS

ABBAGNANO, Nicola (Org.) **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BOBBIO, NORBERTO (Org.) **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: Editora UnB, 2007. 2 vols.

COELHO, Jacinto do Prado. (Dir.) **Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira**. Porto: Livraria Figueirinhas, 1960.

ELIADE, Mircea. (Org.) **Dicionário das religiões**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe. (Orgs.) **Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 1993.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coords.) **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2006. 2 vols.

TRASK, R. (Org.) **Dicionário de linguagem e lingüística**. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

#### MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES

BERTOLI, André Luiz. **O cronista e o cruzado**: a revivescência do ideal da cavalaria no Outono da Idade Média Portuguesa (Séc. XV). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): o espelho do rei**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

MOCELIM, Adriana. **Por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha**: O Livro de Linhagens do Conde Pedro Afonso no contexto tardo-medieval português. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. **Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição: o reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

ORTA, Daniel Augusto Arpelau. **Escrita, poder e glória**: cronistas tardo-medievais portugueses e a nobreza no primeiro movimento expansionismo no noroeste africano (c. 1385-1464). Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

SKONIECZNY, Graziela da Silva. **Dom Duarte, O Leal Conselheiro e a virtude da prudência**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

#### LIVROS, ARTIGOS E COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS

ANDRÉ, Jean-Marie; HUS, Alain. **L'histoire à Rome**. Historiens et biographes dans la littérature latine. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.

ARNAUT, Salvador Dias. **A crise nacional dos fins do século XIV**: a sucessão de D. Fernando. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. Antonio de Vasconcelos, 1960. 2 vols.

AZEVEDO, João Lúcio de. **Épocas de Portugal Económico**. Esboços de História. 4. ed. Lisboa: Clássica, 1988.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**. Do ano mil à colonização da América. Trad. Marcelo Rede. São Paulo: Globo, 2006.

\_\_\_\_\_. Os modelos de transição. **Signum. Revista da ABREM**, n. 8, p. 9-32, 2006.

BENSAÚDE, Joaquim. **Origine du Plan des Indes**. Études sur l'Histoire des Découvertes Maritimes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1929.

BOXER, Charles R. **A Igreja Militante e a Expansão Ibérica: 1440-1770**. Trad. Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **O império marítimo português 1415-1825**. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. **Entre a cristandade e o islão (séculos XV-XVII)**. Cativos e renegados nas franjas de duas sociedades em confronto. Ceuta: Instituto de Estudios Ceuties, 1998.

BURKE, Peter (Org.) **A escrita da História**. Novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CAMPOS, Nuno Silva. **D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)**. Lisboa: Edições Colibri, 2004.

CARRASCO, Diego Melo. Algunas aproximaciones en relación con el espacio fronterizo entre Castilla y Granada (S. XIII-XV): espacio, instituciones, guerras y tregua. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes; FRIGHETTO, Renan (Coord.) **Instituições, poderes e jurisdições**. I Seminário Argentina – Brasil – Chile de História Antiga e Medieval. Curitiba: Juruá, 2007.

**CHANCELARIA RÉGIA**. Direcção-Geral de Arquivos. Arquivo Nacional Torres do Tombo, Lisboa. Disponível em: <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/?ID=3813585>> Acesso em: 16 de setembro de 2010.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia?** 38, ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CORTESÃO, Jaime. **A Expansão dos Portugueses no Período Henriquino**. Lisboa: Horizonte, 1975.

COSTA, Pe. Avelino de Jesus da. A Chancelaria Real Portuguesa e os seus registros, de 1217 a 1438. **História. Revista da Faculdade de Letras**, Porto, vol. 13, p. 95-96, 1996.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente. 1300-1800**: uma cidade sitiada. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DIAS, Isabel de Barros. **Metamorfoses de Babel**. A historiografia ibérica (Sécs. XIII-XIV). Construções e estratégias textuais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

DIFFIE, Bailey; WINIUS, George. **A fundação do império português. 1415-1580**. Lisboa: Vega, 1993. 2 vols.

DINIS, A. J. Dias. Antecedentes da expansão ultramarina portuguesa. Os diplomas pontifícios dos séculos XII a XV. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, t. 10, p. 86-106, 1962.

DOSSE, François. **A História**. Trad. Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru: EDUSC, 2003.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. (Org.) **Domínios da História**. Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campos, 1997. p. 61-90.

FARINHA, António Dias. A apropriação do espaço. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. (Dir.) **História da Expansão Portuguesa**. A formação do Império (1415-1570). Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. vol. 1. p. 118-221.

\_\_\_\_\_. O interesse pelo Norte de África. In: ALBUQUERQUE, Luis de (Coord.) **Portugal no Mundo**. Lisboa: Alfa, 1989. vol. 1. p. 101-136.

FERNANDES, Fátima Regina. A monarquia portuguesa e o Cisma do Ocidente (1378-85). In: GUIMARÃES, Marcella Lopes; FRIGHETTO, Renan (Coord.) **Instituições, poderes e jurisdições**. I Seminário Argentina – Brasil – Chile de História Antiga e Medieval. Curitiba: Juruá, 2007.

\_\_\_\_\_. A nobreza, o rei e a fronteira no medievo peninsular. **En la España Medieval**, Madrid, v. 28, p. 155-176, 2005.

\_\_\_\_\_. A participação da nobreza na expansão ultramarina portuguesa. **Estudos Ibero-americanos**, Edição Especial, v. 1, Porto Alegre, p. 107-124, 2000.

\_\_\_\_\_. Construção da sociedade política de Aviz à luz da trajetória dos Pereira. In: JORNADAS LUSO-ESPAÑHOLAS DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 7, 2008, Coimbra. **Anais**, Torres Novas, 2009. p. 421-446.

\_\_\_\_\_. Estratégias de legitimação linhagística em Portugal nos séculos XIV e XV. **Revista da Faculdade de Letras (Série de História)**, Porto, v. 7, p. 263-284, 2007.

\_\_\_\_\_. **Sociedade e poder na baixa Idade Média portuguesa**. Dos Azevedos aos Vilhena: as famílias da nobreza medieval portuguesa. Curitiba: Editora da UFPR, 2003.

FONSECA, Luís Adão da. Uma carta do Condestável dom Pedro sobre a política marroquina de D. Afonso V (1460). **História. Revista da Faculdade de Letras**, Porto, vol. 1, 1970.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. **Os reinos dos cronistas medievais (século XV)**. São Paulo / Brasília: Annablume / CAPES, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49. ed. São Paulo: Global, 2004.

FRIGHETTO, Renan. A longa Antiguidade Tardia: problemas e possibilidades de um conceito historiográfico. In: SEMANA DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 7, 2009, Brasília. **Programa de Estudos Medievais** (UnB), 2009 (Inédito).

\_\_\_\_\_. Historia est narratio rei gestae: la concepción de la Historia en la Antigüedad Tardía (siglos IV-VII) In: CORTI, Paola; MORENO, Rodrigo; WIDOW, José (Ed.) **El fin de la Historia**. Viña del Mar: Universidad Adolfo Ibáñez, 2008.

JAEGER, Werner. **Paidéia**. A formação do homem grego. 4. ed. Trad. Arthur Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JOÃO, Maria Isabel. **O Infante D. Henrique na historiografia**. Lisboa: Ministério da Educação, 1994.

GARCÍA FITZ, Francisco. La Reconquista: un estado de la cuestión. In: BAZÁN, Iñaki (Org.) Guerra y violencia en la Edad Media. Clío & Crimen. 2009. 1 CD-ROM.

GERBET, Marie Claude. **La nobleza en la Corona de Castilla**: sus estructuras sociales em Extremadura (1454-1516). Cárceres: Institución Cultural El Brocense, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**. História, retórica e prova. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GLÉNISSON, Jean. Prosopographie et informatique. In: INFORMATIQUE ET HISTOIRE MEDIEVALE, 1977, Roma. **Actes du Colloque de Rome**. Publications de l'École Française de Rome, 1977, p. 227-229.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **Os descobrimentos e a economia mundial**. Lisboa: Editorial Presença, 1983. 3 vols.

GUENÉE, Bernard. **O Ocidente nos séculos XIV e XV**. Os Estados. Trad. Luiza Maria F. Rodrigues. São Paulo: Pioneira / EDUSP, 1981.

\_\_\_\_\_. Y a-t-il un Etat dès XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles? **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, 26<sup>e</sup> année, n. 2, p. 399-406, 1971.

HEINZ, Flávio M. (Org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios**. 1875-1914. 11. ed. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steindel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOMEM, Armando Luís Carvalho; BECEIRO PITA, Isabel. Rey y "totalidad nacional" em la obra de Don Duarte: En torno a los conceptos de prudencia y consejo. **Hispania. Revista Española de Historia**, vol. 67, n. 227, p. 934-935, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

KRUS, Luís. **A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)**. Geografia dos Livros de Linhagens medievais portugueses. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**. Um conceito antropológico. 23. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida**: economia e religião na Idade Média. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. (Org.) **A nova História**. 5. ed. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **História e memória.** Trad. Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais na Idade Média.** Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. Um ilustre viajante português no século XV: perspectivas iniciais acerca das viagens do infante Dom Pedro. In: ENCONTRO ESTADUAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS DO RIO GRANDE DO SUL, 1, Porto Alegre. **Anais.** Porto Alegre: AEDOS – Pós-Graduação em História UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/viewFile/9846/>> Acesso em: 16 de setembro de 2010.

LOPES, David. Os portugueses em Marrocos. In: PERES, Damião. (Dir.) **História de Portugal.** Barcelos: Portucalense, 1931.

LÓPES EIRE, Antonio. La influencia de la Retórica sobre la historiografía desde el Helenismo a la Antigüedad Tardía. **Talia Dixit**, Cáceres, n. 3, p. 12, 2008.

MACEDO, Jorge Borges. História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. **Estudos de Geopolítica.** Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 1987. vol. 1.

MARTÍN, Bonifacio Palacios. El mundo de la ideas políticas en los tratados doctrinales españoles: los “espejos de príncipes” (1250-1350). In: **Europa en los Umbrales de la crisis: 1250-1350.** Pamplona: Gobierno de Navarra, 1995.

MARTINS, Oliveira. **Os filhos de D. João I.** Lisboa: Guimarães, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista.** 15. ed. Trad. Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição das lembranças. In: MALERBA, Jurandir. (Org.) **A História escrita.** Teoria e História da historiografia. São Paulo: Contexto, 2009.

MATTOSO, José. **A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder.** Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

MIETHKE, Jürgen. **Las ideas políticas de La Edad Media.** Trad. Francisco Bertelloni. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1993.

MONGELLI, Lênia Márcia. (Coord.) **A literatura doutrinária na corte de Avis.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MORENO, Humberto Baquero. **A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico.** Coimbra: Lourenço Marques, 1973. 2 vols.

\_\_\_\_\_. A Idade Moderna entre luzes e sombras. In: NOVAES, Adalberto. (Org.) **A descoberta do homem e do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 163.

\_\_\_\_\_. Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média. **História. Revista da Faculdade de Letras**, Porto, n. 4, 1987.



\_\_\_\_\_. O princípio da época moderna. In: TENGARRINHA, José (Org.) **História de Portugal**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2001.

\_\_\_\_\_. Portugal: do Mediterrâneo ao Atlântico, no século XV. **História. Revista da Faculdade de Letras**, Porto, vol. 13, p. 202, 1996.

NEMÉSIO, Vitorino. **Vida e obra do infante D. Henrique**. 3. ed. Lisboa: Edições Panorama, 1967.

ORTA, Daniel Augusto Arpelau. Assy como elles amtes faziã nas partes da Europa. A referência ibérica na crónística de Gomes Eanes de Zurara (Séc. XV). In: JORNADAS INTERNACIONALES DE HISTORIA DE ESPAÑA, 7, Buenos Aires. **Programa de actividades**, Buenos Aires, Fundación para la Historia de España, 2010. p. 45-46.

\_\_\_\_\_. Para a glória dos nobres: relações de poder no noroeste africano e a produção crónística de Gomes Eanes de Zurara. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 8, 2009, Vitória. **Caderno de Resumos**, Vitória, 2009, p. 49.

\_\_\_\_\_. Que façamos hua cousa que se começee e acabe por nos mesmos. Hierarquia, poder e exemplo na Crónica de Zurara (Séc. XV). In: SEMANA DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 8, Rio de Janeiro. **Caderno de Resumos**, Rio de Janeiro, 2009, p. 22.

PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean Pierre & SIRINELLI, Jean François (Org.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

QUINTANILLA RASO, María Concepción. La renovación nobiliaria en la Castilla bajomedieval: entre el debate y la propuesta. In: **La nobleza peninsular en la Edad Media**. Leon: Fundación Sánchez Albornoz, 1999.

REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

REIS, Carlos (Dir.) **História Crítica da Literatura Portuguesa**. Lisboa: Editorial Verbo, 1998. vol. 1. p. 308-309.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**. A inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Trad. Vanda Anastácio. Lisboa: Difel, 1990.

\_\_\_\_\_. **História e historiografia**. Exercícios críticos. Trad. Carmem Lúcia Druciak. Curitiba: Editora da UFPR, 2010.

RUBIO TOVAR, Joaquin. **La narrativa medieval**: los orígenes de la novela. Madrid: Anaya, 1990.

SANTOS, João Marinho dos. A expansão pela espada e pela cruz. In: NOVAES, Adauto (Org.) **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. **História da literatura portuguesa**. 16. ed. Lisboa: Porto Editora, 1995.

SARAIVA, Cardeal. **Obras completas**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874. Tomo 3.

SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SÉRGIO, António. **Breve interpretação da História de Portugal**. Lisboa: Sá da Costa, 1977.

\_\_\_\_\_. **Ensaio**. Lisboa: Sá da Costa, 1946.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **A historiografia portuguesa**. Doutrina e crítica. Lisboa: Editorial Verbo, 1972. vol. 1.

\_\_\_\_\_. **História de Portugal**. Estado, pátria e nação (1080-1415). 3. ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1979.

\_\_\_\_\_. **História de Portugal**. A formação do Estado Moderno (1415-1449). 3. ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1980.

SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. (Dir.) **Nova História da Expansão Portuguesa**. A expansão quatrocentista. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SETERS, John van. **Em busca da História**: historiografia no mundo antigo e as origens da História bíblica. Trad. Simone Maria de Lopes Mello. São Paulo: EDUSP, 2008.

SOUSA, Armindo de. Realizações. In: MATTOSO, José (Dir.) **História de Portugal**. A monarquia feudal (1096-1480). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

SOUSA, José Antônio de; BARBOSA, João Morais. **O reino de Deus e o reino dos Homens**: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SOUSA, Laura de Mello e. Idade Média e Época Moderna: fronteiras e problemas. **Signum. Revista da ABREM**, n. 7, p. 221-248, 2005.

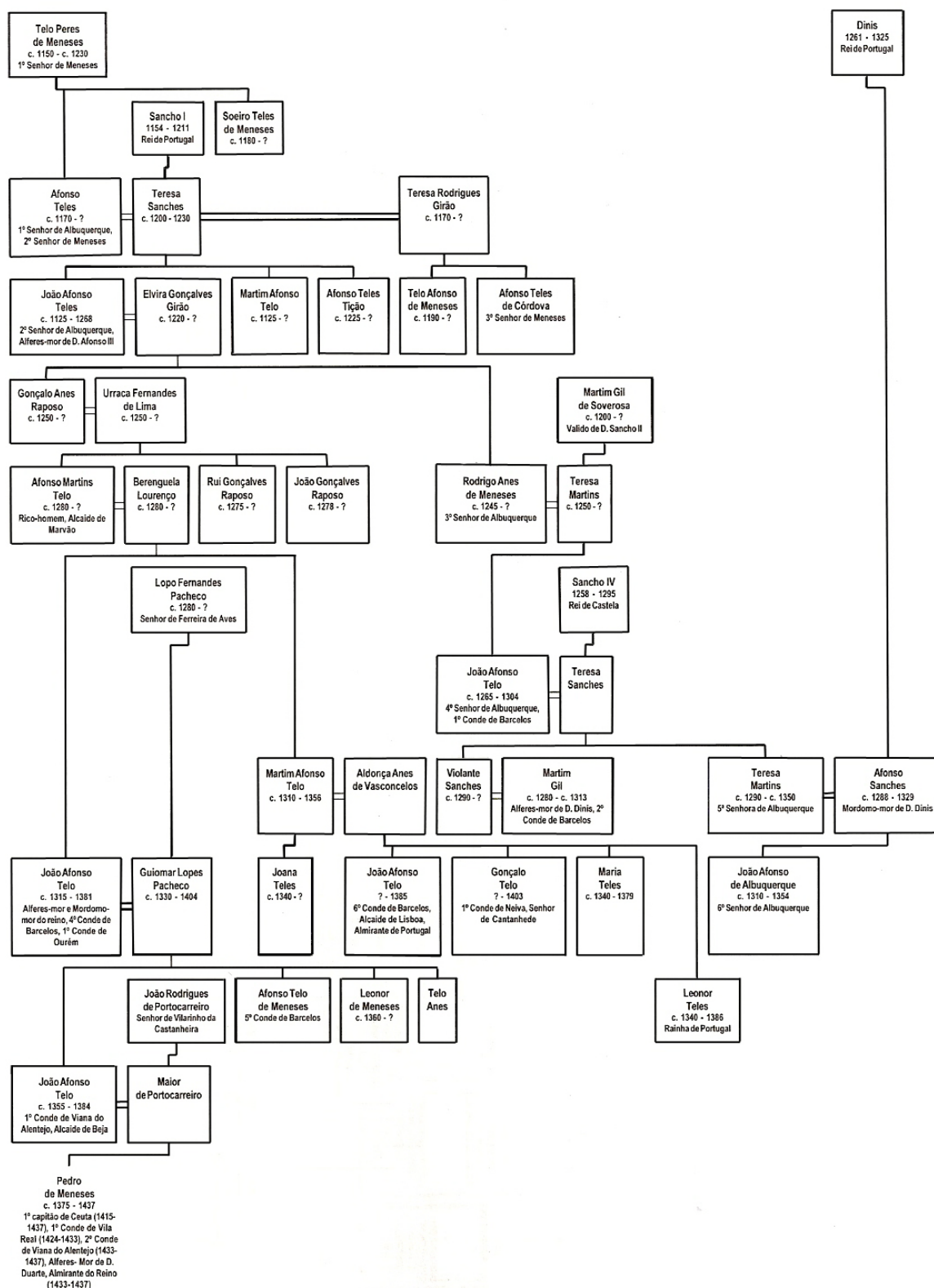
THOMAZ, Luís Filipe; ALVES, Jorge Santos. Da cruzada ao Quinto Império. In: BETHENCOURT, Francisco; COUTO, Diogo Ramada (Org.) **A memória da nação**. Lisboa: Sá da Costa, 1991.

THOMAZ, Luís Filipe. **De Ceuta a Timor**. 2. ed. Lisboa: Difel, 1994.

VERGER, Jacques. **Homens e saber na Idade Média**. 2. ed. Trad. Carlota Boto. Bauru: EDUSC, 1999.

## ANEXOS

Árvore Genealógica nº 1 - Os Teles de Meneses



Fonte : CAMPOS, Nuno Silva. **D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)**. Lisboa: Edições Colibri, 2004. p. 193

